



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 910

Terça-feira - 17 de Janeiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	20
Camboriú	21
Campo Alegre	21
Campos Novos	30
Canoinhas	32
Capinzal	69
Catanduvas	79
Chapadão do Lageado	80
Concórdia	80
Cordilheira Alta	89
Corupá	92
Curitibanos	93
Ermo	94
Eral Velho	94
Forquilha	94
Fraiburgo	96
Gaspar	100
Governador Celso Ramos	105
Guaramirim	106
Herval do Oeste	106
Imbituba	107
Iomerê	112
Irineópolis	112
Joaçaba	112
Lages	123
Leoberto Leal	125
Luzerna	136
Monte Carlo	136
Navegantes	140
Nova Trento	141
Paial	142
Paulo Lopes	142
Pinheiro Preto	142
Porto Belo	144
Rio do Sul	148
São Bento do Sul	225
São Lourenço do Oeste	229
São Pedro de Alcântara	231
Schroeder	233
Timbó	238
Tunápolis	251
Vidal Ramos	251
Videira	252
Vitor Meireles	253

Associações

EGEM	253
------------	-----

Consórcios

CINCO	255
CIS/AMMVI	260

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 046/2012

PORTARIA N° 046/2012

Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ANA PAULA EGERT, do Cargo FARMACEUTICO BIOQUIMICO, a partir de 13 de janeiro de 2012, pela contratação irregular.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 047/2012

PORTARIA N° 047/2012

Concede Licença Premio.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo, JACKSON ANDRE SIQUEIRA, ocupante do Cargo de MEDICO - 40H, a contar de 02 de janeiro de 2012, referente ao período de Fevereiro/2004 a Fevereiro/2009.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Janeiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso Processo Seletivo Público Nº 001/2012

AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: nº. 001/2012; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargos com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e na Secretaria Municipal de Saúde, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº. 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: 17 de janeiro a 01 de fevereiro de 2012. Data da prova: dia 07 de fevereiro de 2012. Cargos: Farmacêutico Bioquímico, Auxiliar de Manutenção e Conservação - Braçal, Motorista Categoria "C" e Operador de Máquinas. Inscrições: Biblioteca da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 13 de janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão (Presencial) 004/2012- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 004/2012- FMAS

OBJETO: aquisição de leite em pó para distribuição aos munícipes carentes do município, cadastrados na Secretaria de Assistência Social e Habitação de Biguaçu.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 31 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 31 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 15/2011- FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 15/2011- FMA

OBJETO: aquisição de materiais de construção e equipamentos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Biguaçu.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 2 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 281/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 281/2011- PMB

OBJETO: aquisição de gás P13 e P45 para as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino para o ano de 2012.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 6 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 302/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 302/2011- PMB

OBJETO: aquisição de utensílios domésticos a serem utilizados pelos CEIMs e escolas municipais.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 3 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 3 fevereiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 001/2012

Decreto nº 001/2012

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 001/2012.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo 001/2012, integrada pelas Srs. Rosana Baade Leonhardt, Silvânia Rohling Gode, Simone Nagel, Mariza Salete Meurer e Scheila Andréa Klug, sob a Presidência da primeira, para supervisionar a execução do processo seletivo 1/2012, destinado para preenchimento de cargos temporários do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 13 de janeiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 10/2012

EXTRATO DE CONTRATO 10/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV
CNPJ sob o nº 08.072.361/0001-55 Rua Tiradentes, 555
Cidade de Taió - SC

Objeto: Realização Processo Seletivo 1/2012

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Vigência até 30.04.2012.

Data da assinatura: 12.01.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 1/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/16

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012

Data do Registro: 12/01/2012

Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FINASTERIDA 5 MG (1467)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	aurobindo	0	0,1800	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SANVAL	0	0,2800	2
2	Salbutamol 2mg/ml xarope 80 ml (1844)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,6700	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NEOQUIMICA	0	0,7000	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,7000	3
3	Deltametrina schampoo 20mg fr c/100ml (1845)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Santa Terezinha	0	0,9900	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	STA TEREZINHA	0	1,0500	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANTA T.	0	1,1100	3
4	Dexclorfeniramina 0.4mg/ml 120ml (1585)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8000	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,8300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,9000	3
5	METOCLOPROPAMIDA 10 MG (225)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,0200	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	0,0400	2
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	BELFAR	0	0,0400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanofi Aventis	0	0,0400	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BELFAR	0	0,0400	5
6	Sais para reidratação, envelope 27.9g (1586)	ENV	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,2400	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,2600	2
7	AMINOFILINA 100MG (1703)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,0250	2
8	ÁCIDO FÓLICO 5MG (1704)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0200	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TKS	0	0,0200	4
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	PRATI DONADUZZI	0	0,0200	5
9	CIMETIDINA 200 MG (152)	CP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0290	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	2
10	OMEPRAZOL 20MG (881)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0370	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	SULFATO FERROSO 40 MG (1708)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0300	1
91	Ácido acetilsalicílico 500 mg (1847)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	SOBRAL	0	0,0280	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SOBRAL	0	0,0290	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	IMEC	0	0,0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Green Pharma	0	0,0400	5
92	DIMETICONA 40MG (1460)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0390	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	5
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0400	6
93	PARACETAMOL 200 MG C/10 ML (1070)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,4300	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	NATULAB	0	0,4400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,4400	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,4500	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	natulab	0	0,4500	5
94	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG (871)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CIMED	0	0,0190	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0300	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	GEOLAB	0	0,0300	5
95	NIMESULIDA 100 MG (1292)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0270	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,0280	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0300	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitapan	0	0,0300	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	5
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	CIMED	0	0,0300	6
96	AZITROMICINA 600MG SUSP (1715)	FR	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PHARLAB	0	2,6990	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	2,7000	2
97	ALBENDAZOL 400MG (1554)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,1390	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,1500	3
98	IVERMECTINA 6MG (876)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,2200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitapan	0	0,2300	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	VITAPAN	0	0,2800	3
99	Metronidazol (benzoilmetronidazol) suspensão oral 200mg/5ml frasco com 80 ml (1857)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,2800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,3000	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	1,3300	3
100	Nistatina suspensão oral 100.000UI/ml frasco com 50ml+conta gotas (1858)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	1,2200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	1,3900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,4000	3
101	SECNIDAZOL 100MG (883)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,3500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,3700	2
102	Aciclovir 200mg (1859)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0690	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0700	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0700	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0700	4
103	METFORMINA 500 MG (654)	CP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0500	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0600	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0600	4
104	Enalapril, maleato 20mg (1598)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ROYTON	0	0,0300	1
105	NIFEDIPINA 20 MG (1724)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0290	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0300	3
106	Atenolol 25mg (1599)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0190	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0200	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0200	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0200	5
107	DIGOXINA 0,25 MG (164)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	0,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	PHARLAB	0	0,0300	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	VITAPAN	0	0,0300	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,0300	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0300	5
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	VITAPAN	0	0,0300	6
108	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG (511)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PHARLAB	0	0,0190	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0200	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0200	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0200	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	6
109	Cloridrato de metoclopramida 10mg/2ml solução injetável - am (1874)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,2000	2
110	Succinato sódico de hidrocortisona pó liófilo 100mg (1877)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,8000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,8300	2
111	Bloqueador solar FPS 50 frasco com no mínimo de 120 a 200 ml (1889)	UND	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)		0	10,0000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	sunnyday	0	11,2500	2
112	Ginkgo biloba 80mg (1837)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,0800	1
113	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG (877)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	merck	0	0,1100	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MERCK	0	0,1400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	3
114	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG (1289)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	merck	0	0,1300	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MERCK	0	0,1500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1500	3
115	Alopurinol 300mg (1840)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,1000	2
116	PREDNISONA 20 MG (834)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0500	1
117	CINARIZINA 75 MG (217)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0390	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0400	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	GEOLAB	0	0,0400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Clopidrogel 75mg (1587)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	medley	0	0,4500	1
119	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 100ML (1707)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,8700	1
120	Dipirona gts 10ml (1850)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,4200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	FARMACE	0	0,4500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,4500	3
121	DIPIRONA 500MG (1709)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0390	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0400	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	5
122	DIPIRONA SÓDICA 259MG+BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG (1710)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	PHARLAB	0	0,0900	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,1100	3
123	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml (1852)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	medquimica	0	0,7300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,8400	2
124	DICLOFENACO DE SÓDIO 50MG (1711)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0190	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitamed	0	0,0200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAMED	0	0,0200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0200	4
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	PRATI DONADUZZI	0	0,0200	5
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAMED	0	0,0200	6
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	VITAMED	0	0,0200	7
125	PIROXICAN 20 MG (1468)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0590	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0600	2
126	AMOXICILINA 250 MG SUSP 60ML (1713)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	1,1900	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NEOQUIMICA	0	1,2000	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	1,2000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,2600	4
127	AMPICILINA 250MG SUSP 60ML (1714)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	1,4000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	AZITROMICINA 500 MG (1381)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,3700	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,3900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,3900	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,3900	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,4000	5
129	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG (1075)	UND	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SANVAL	0	0,0490	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	4
130	Amoxicilina+clavulanato de potássio comprimido 500mg+125mg (1854)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	GSK	0	0,6890	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	0,6900	2
131	Amoxicilina+clavulanato de potássio suspensão oral 50mg+12,5/ml (1855)	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	sandoz	0	5,0000	1
132	CIPROFLOXACINO 500 MG (527)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0800	1
133	FLUCONAZOL 150 MG (1140)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,1700	1
134	Mebendazol 20mg/ml 30ml (1595)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	SOBRAL	0	0,4900	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	NATULAB	0	0,5100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,5200	3
135	Nistatina creme vaginal 100.000 UI/4g 60gr c/ aplicador (1597)	BISN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	bergamo	0	1,0500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	1,1200	2
136	METFORMINA 850 MG (328)	CP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0490	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0500	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0500	5
137	VERAPAMIL 80 MG (1147)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0490	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0500	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0500	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	Losartana potássica 100mg (1867)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,2400	1
139	Losartana potássica 50mg (1868)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0450	2
140	ATENOLOL 50 MG (865)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0190	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0200	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0200	4
141	ATENOLOL 100 MG (1361)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0290	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0300	5
142	Ciprofibrato 100 mg (2619)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	neo quimica	0	0,4400	1
143	Acido acetilsalicílico tamponado 100mg (2620)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,3400	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ems	0	0,3780	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	E.M.S.	0	0,4000	3
144	Acido acetilsalicílico tamponado 200mg (2621)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	E.M.S.	0	0,4500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S.	0	0,5000	2
145	Rosuvastatina cálcica 10 mg (2622)	CPM	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,6700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	sandoz	0	0,6800	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GERMED	0	1,0000	3
146	Levotiroxina 75 mg (2623)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	merck	0	0,1400	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MERCK	0	0,1700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,1900	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	ACHE	0	0,1900	4
147	Óxido de zinco+retinol+colecalfiferol (150 mg+5000UI+900 UI) G pomada, bisnaga de 45g. (2624)	BISN	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	MULTILAB	0	1,0900	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	multilab	0	1,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	1,1200	3
148	Alendronato de sódio 70mg comprimido, cartela com 4 comprimidos. (2625)	CART	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	elofar	0	1,1800	1
149	FUROSEMIDA 40 mg (109)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,0190	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012**Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0200	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	geolab	0	0,0200	5
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0200	6

BRACO DO TROMBUDO , 12 de Janeiro de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0400	4
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	MULTILAB	0	0,0400	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	6
11	Dimeticona emulsão oral 75ml/ml frasco com 15 ml (1848)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATIVITA	0	0,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,6400	2
12	PARACETAMOL 500 MG (1144)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0250	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BALM-LABOR	0	0,0260	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM-LABOR	0	0,0300	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TKS	0	0,0300	5
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BALM LABOR	0	0,0300	6
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0300	7
13	AMPICILINA 500mg (COMP) (96)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,0800	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0900	2
14	DEXODIF+FIBRINO+CLORANFENICOL TB C/ 30 GR (869)	TB	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	CRISTALIA	0	23,6300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	26,9000	2
15	Sulfametoxazol+trimetropina 4%mg+0,8% 50ml (1593)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,6800	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,8300	2
16	TIMOLOL, MALEATO 0,5% SOLUÇÃO OFTALMICA (1719)	FR	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	TEUTO	0	1,0590	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	1,0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,1400	3
17	Benzoato de benzila 200mg/ml 100ml (1856)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Santa Terezinha	0	0,8400	1
18	MEBENDAZOL 100 MG (1152)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0290	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SOBRAL	0	0,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	0,0300	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,0300	4
19	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100 MG/G BISNAGA C/ 50 GRAMAS C/ APLICADOR (1720)	BISN	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	1,1700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	1,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Aciclovir 50mg/g creme - bisnaga 10 gramas (1860)	BISN	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	1,2000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	1,2800	4
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,7990	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,8000	2
21	CLORPROPAMIDA 250 MG (1721)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,8300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Quimica	0	0,0400	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NEOQUIMICA	0	0,0500	2
22	Anlodipina 10mg (1865)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,0400	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	GEOLAB	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0400	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0400	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitapan	0	0,0400	5
23	CAPTOPRIL 25 MG (830)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BALM-LABOR	0	0,0170	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0180	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0200	4
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0200	5
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	GEOLAB	0	0,0200	6
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0200	7
24	Captopril 50mg (1866)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0300	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0300	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0300	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	6
25	CARVEDILOL 6,25 MG (1371)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1100	1
26	CARVEDILOL 12,5 MG (1372)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1100	1
27	PROPANOLOL 40 MG (1145)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	osorio	0	0,0100	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0180	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0200	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA. (6262)	VITAPAN	0	0,0200	6
28	AMIODARONA 100 MG (1375)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	GEOLAB	0	0,1090	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,1100	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,1200	3
29	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 20MG (1727)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	biosintetica	0	0,0700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,0900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BIOSINTETICA	0	0,1100	3
30	ISOSSORBIDA, MONIDRATO 10MG (1728)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1200	1
31	Cloridrato de prometazina 50mg/2ml solução injetável - ampola 2 ml (1871)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,7000	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	CRISTALIA	0	0,8000	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	CRISTALIA	0	1,3300	3
32	Cetoprofeno 100mg/2ml solução injetável - ampola 2ml (1872)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	1,0500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	crystalia	0	1,0600	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	UNIÃO QUIMICA	0	1,0900	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	CRISTALIA	0	1,1300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	1,1500	5
33	Dipirona sódica 500mg/ml solução injetável - ampola 2ml (1873)	AMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	TEUTO	0	0,2690	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	santisa	0	0,2700	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANTISA	0	0,2900	3
34	Butilbrometo de escopolamina/dipirona sódica 20/2500mg/5ml solução injetável - ampola 5ml (1875)	AMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,5090	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,5100	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HYPOFARMA	0	0,5500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	0,5600	4
35	Succinato sódico de hidrocortisona pó líofilo 500mg (1876)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	aspen	0	2,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,4300	2
36	Cloreto de potássio 19,1% solução injetável - ampola de 10ml (1878)	AMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SAMTEC	0	0,1400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,1500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1500	3
37	Cloridrato de dobutamina 250mg/20ml solução injetável - ampola 20ml (1879)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	1,8200	1
38	Aminofilina 240mg/10ml solução injetável - ampola de 10ml (1880)	AMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	TEUTO	0	0,3900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Epinefrina 1g/1000ml solução injetável - ampola de 1ml (1881)	AMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FARMACE	0	0,4600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4800	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	HIPOLABOR	0	0,4500	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	HYPOFARMA	0	0,4600	2
40	Furosemda 10mg/ml solução injetável - ampola de 2ml (1882)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,2200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	HIPOLABOR	0	0,2300	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	TEUTO	0	0,2600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1900	1
41	Sulfato de atropina 0,25mg/1ml solução injetável - ampola de 1ml (1883)	AMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	FARMACE	0	0,2500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	teuto	0	0,6000	1
42	Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI (1885)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	Teuto	0	0,6600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TEUTO	0	0,7900	1
43	Benzilpenicilina procaina + benzilpenicilina potássica pó para suspensão injetável 300.000UI+100.000UI (1886)	AMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,7900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,0500	2
44	IODETO DE POTASSIO 100 ML (1142)	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	SOBRAL	0	0,9400	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	SOBRAL	0	1,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,0300	3
45	SINVASTATINA 20MG (882)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0470	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	0,0500	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	pharlab	0	0,0500	3
46	Alopurinol 100mg (1839)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0290	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0300	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0300	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	5
47	Etinilestradiol+levonorgestrel comprimido 0,03mg+0,15mg cartela com 21 comprimidos. (1841)	CART	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARCAS	0	0,5000	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	MABRA	0	0,5900	2
48	DEXAMETASONA 0,1% CREME TB C/ 10 GR (870)	TB	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,4900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,5000	2
49	METOCLOPROPAMIDA 4MG/ML 10ML (1701)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mariol	0	0,3200	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MARIOL	0	0,3300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	PREDNISONA 5 MG (254)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MARIOL	0	0,3300	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SANVAL	0	0,0200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0300	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0300	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0300	4
51	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) (1706)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0300	5
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	0,0490	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	BELFAR	0	0,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	0,0500	3
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BELFAR	0	0,0500	4
52	Complexo B (polivitamínico) frasco c/ 30ml (1846)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	BELFAR	0	1,3000	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	BELFAR	0	1,3100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Belfar	0	1,3800	3
53	Sulfato ferroso sol. oral 25mg/ml 30ml (1590)	FR	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	NATULAB	0	0,7000	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,8900	2
54	IBUPROFENO 300 MG (1296)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,0490	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	TEUTO	0	0,0500	2
55	Ibuprofeno 600mg (1853)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	MULTILAB	0	0,0590	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,0600	2
56	PARACETAMOL 750 MG (587)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0300	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0380	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,0400	5
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0400	6
57	DICLOFENACO DE RESINATO GTS FR 10ML (1712)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	1,2800	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	nova quimica	0	1,6900	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	1,8000	3
58	Nimesulida 50mg/ml 15ml (1591)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,5690	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,5700	2
59	AMOXICILINA 500 MG (1136)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0590	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	aurobindo	0	0,0600	2
60	CEFALEXINA 250 MG SUSP. 60ML (1716)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,7500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	1,8000	2
61	CEFALEXINA 500 MG (153)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,1090	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,1100	2
62	NEOMICINA + BACITRACINA 10 GR (1718)	BISN	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,7000	1
63	NORFLOXACINO 400MG (880)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0990	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MULTILAB	0	0,1000	2
64	Cetoconazol 200mg (1594)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0700	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0700	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	HIPOLABOR	0	0,0700	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0800	5
65	METRONIDAZOL 250 MG (162)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0390	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzzi	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0400	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0400	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	prati	0	0,0400	5
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	P.DONADUZZI	0	0,0400	6
66	GLIBENCLAMIDA 5 MG (1722)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0100	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	medquimica	0	0,0100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MEDQUIMICA	0	0,0100	3
67	Glimepirida 4mg (1861)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	CIFARMA	0	0,0790	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	cifarma	0	0,0800	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	CIFARMA	0	0,0800	3
68	ANLODIPINA 5 MG (1378)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0190	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitapan	0	0,0200	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0200	3
69	CARVEDILOL 25 MG (1373)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1700	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NEOQUIMICA	0	0,3300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,3600	3
70	ENALAPRIL, MALEATO 10MG (1723)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ROYTON	0	0,0200	1
71	METILDOPA 250MG (878)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,0750	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	tkS	0	0,0800	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	TKS	0	0,0800	3
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SANVAL	0	0,0800	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0800	5
72	METILDOPA 500 MG (326)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,1300	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,1350	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Laboris	0	0,1400	3
73	AMIODARONA 200 MG (1374)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,0990	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Royton	0	0,1000	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,1100	3
74	ESPIRONOLACTONA 25 MG (1462)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,0900	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GERMED	0	0,0950	2
75	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG (1141)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	PRATI	0	0,0190	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0200	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	GEOLAB	0	0,0200	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0200	4
76	PROPATILNITRATO 10MG (1729)	COMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmoquimica	0	0,4300	1
77	Diclofenaco sódico 75mg solução injetável - ampola 3ml (1870)	AMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,2000	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,2400	2
78	DOXAZOSINA 2 MG (1376)	COMP	ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	E.M.S	0	0,1100	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	E M S	0	0,1500	2
79	Levotiroxina sódica 100mg (1838)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	merck	0	0,1100	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	MERCK	0	0,1300	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	MERCK	0	0,1400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 12/01/2012 Válido até: 12/01/2013

Objeto da Compra: Aquisição de medicamentos para distribuição na unidade sanitária de saúde aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	SINVASTATINA 40 MG (1377)	COMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	LABORIS	0	0,0900	1
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	LABORIS	0	0,1000	2
81	Carbonato de cálcio+colecalciferol 500mg CaCO3+400UI (1849)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NATULAB	0	0,7200	1
82	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML (1135)	FR	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	TEUTO	0	0,5500	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,5800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,5900	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,6000	4
83	CLORIDRATO DE AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 5MG + 50MG (1725)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	VITAPAN	0	0,0590	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	vitapan	0	0,0600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan	0	0,0700	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAPAN	0	0,0700	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	VITAPAN	0	0,0700	5
84	Cloridrato de amilorida + Hidroclorotiazida 5mg+25mg (1869)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	ems	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,0900	2
85	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ P/SOL. INJ 1.200.000 (1208)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,6700	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	teuto	0	0,7200	2
86	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG (1204)	COMP	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	GEOLAB	0	0,0190	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HYPERMARCAS	0	0,0200	2
			Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	NEOQUIMICA	0	0,0200	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	0,0200	4
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	NEOQUIMICA	0	0,0200	5
87	GINKGO BILOBA 40 MG (1699)	COMP	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME (6015)	tkS	0	0,0500	1
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	VITAMED	0	0,0700	2
88	Acetato de medroxigesteronona 150mg/ml inj. c/1 seringa pré-enchida de 1ml (1843)	AMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	E.M.S.	0	13,0700	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GERMED	0	14,6800	2
			ANGEOMED - COM. DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (6213)	SIGMA	0	15,9900	3
89	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG (1134)	COMP	Dimerios Materiais Cirúrgicos Ltda (6648)	IMEC	0	0,0090	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,0100	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	IMEC	0	0,0100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0100	4

Caçador

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 003 Processo Seletivo Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 12 de janeiro de 2012.

Convoca aprovados em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuarem nos Programas DENGUE, CAPS II, CAPS AD E SECRETARIA DE SAÚDE - Edital nº 004/2011.

A VICE PREFEITA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício do cargo de Prefeita Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 004/2011, de 08/08/11, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.054, de 03/11/11 que homologou o resultado final do Processo, conforme seqüência de classificação:

PEDAGOGA - CAPS II
Elisângela Teodoro

TERAPEUTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CAPS AD
Giuliano Weiller

AUXILIAR DE ENFERMAGEM - CAPS AD
Eva Joneci do Nascimento Bittencourt

AUXILIAR DE ENFERMAGEM - SAÚDE MENTAL
Scheila Rosa de Andrade

ENFERMEIRA
Simone Cristina Vieceli Dresh

FISIOTERAPEUTA
Cibele Urió

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Orelia Aparecida Branco

ODONTÓLOGO 20H - UNIDADE DE SAÚDE
Cristiano Homero Bordignon

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caçador, em 12 de janeiro de 2012.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Prefeita Municipal, em exercício.

Ata SRP 02-2012 SAÚDE

Ata SRP 02/2012 FMS - Registro de Preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde referente ao processo licitatório nº 59/2011, PR 44/2011. Contratado: COLUSSI & CIA LTDA. Prazo: 16/07/2013, sendo:
LOTE 01 FIAT

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO
01	MGC 3052	DOBLO FLEX	2006
02	MBF 5023	DUCATO DIESEL	2006
03	MHE 5136	DUCATO DIESEL	2010
04	MHS 7686	DUCATO DIESEL	2010
05	MDK 6221	FIORINO GASOLINA	2004
06	NOVO	DOBLO	2011
07	NOVO	DOBLO	2011
08	NOVO	DUCATO	2011

Valor mão de obra/hora: R\$ 50,00. Peças 5% de desconto.

Ata SRP 03-2012 SAÚDE

Ata SRP 03/2012 FMS - Registro de Preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde referente ao processo licitatório nº 59/2011, PR 44/2011. Contratado: AUTO MECANICA GERAL LTDA. Prazo: 16/07/2013, sendo:
LOTE 02 GM

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO
09	MGZ 6087	CORSA FLEX	2010
10	MHA 8066	CORSA FLEX	2010
11	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011
12	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011
13	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011
14	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011
15	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011
16	NOVO	CORSA 1.4 HATCH	2011

Valor mão de obra/hora: R\$ 50,00. Peças 5% de desconto.

Ata SRP 04-2012 SAÚDE

Ata SRP 04/2012 FMS - Registro de Preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde referente ao processo licitatório nº 59/2011, PR 44/2011. Contratado: ALBERTO KOEHLER & CIA LTDA. Prazo: 16/07/2013, sendo:
LOTE 03 HONDA

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO
17	MBU 0735	MOTO GASOLINA	2002
18	MBE 8642	MOTO GASOLINA	2000

Valor mão de obra/hora: R\$ 30,00. Peças 5% de desconto.

IPASC**Homologação Processo Licitatório Nº 8/11 TP 01/11**
TOMADA DE PREÇO Nº 1/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/11

HOMOLOGAÇÃO: 09/01/12

CONTRATADO: CONSTRUTORA EXATA LTDA

CONTRATANTE: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

OBJETO: Contratação de empresa habilitada em regime de execução

por empreitada global, do tipo Menor Preço Global, para REFORMA DE 13,20 m² e AMPLIAÇÃO DE 207,32 m² DA SEDE DO IPASC

VALOR DA DESPESA: R\$ 276.587,73 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos)

DATA: 13/01/12 - FERNANDO SCOLARO - Diretor Presidente.

Camboriú**PREFEITURA****Termo de Errata do PR 01/12 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 001/2012-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 001/2012 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (INSUMO DE GLICEMIA) PARA O PROGRAMA DE DIABETES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado o item 6.2.1.6, no Edital.

6.2.1.6 - CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."(NR).

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 26/01/2012 as 10h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 16 de Janeiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****Decreto Nº 6.816 de 16 de Janeiro de 2012**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.816 DE 16 DE JANEIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso VIII do Artigo 300 combinado com o Inciso III do Artigo

302;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA, Registro no Sistema sob nº 954978, ao cargo público de Agente Comunitário de Saúde, Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico, com provimento de cargo Público Temporário, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Regime Estatutário cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Micro Área I - Bateias de Cima, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 010/2011, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/01/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.834 de 06 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.834 DE 06 DE JANEIRO DE 2012

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Designar a Servidora Pública Municipal Srª. MARLI AUGUSTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000379, registro no Sistema sob nº 832910, à disposição da AGC - da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por tempo indeterminado, como responsável pelo atendimento ao público e todos os serviços inerentes ao bom funcionamento da AGC - do Distrito de Bateias de Baixo neste Município.

Parágrafo único: As disposições de que tratam o caput do Artigo 1º desta Portaria ficam condicionadas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ônus ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.835 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.835 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Operacional III, JOÃO DE PAULA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000030, Registro no Sistema sob nº 296620, referente ao período aquisitivo 09 de março de 2011 a 08 de março de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2012 à 25 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.836 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.836 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Auxiliar de Enfermagem, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, referente ao período aquisitivo 11 de novembro de 2010 a 10 de novembro de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2012 à 25 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.837 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.837 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Suprimentos, LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2012 à 04 de fevereiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.838 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.838 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS DO MUNICÍPIO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar a servidora Agente Administrativo II - MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema Sob nº 124240, para substituir a Chefe do Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, a partir de 16 de janeiro de 2012 até 04 de fevereiro de 2012, por motivo da titular Servidora LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema Sob nº 954835, encontrar-se

em gozo de Férias.

Art.2º) A servidora designada será remunerada com 100% (cem por cento) do valor da Gratificação da Função de Confiança atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.839 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.839 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
DESIGNA ESTAGIÁRIA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Designar a Estagiária Srtª. FABIANE CRISTINA FRAGA, à disposição da AGC - da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelo período de 01 de setembro de 2011 à 31 de agosto de 2012, como responsável pelo atendimento ao público e todos os serviços inerentes ao bom funcionamento da AGC - do Distrito de Frágosos neste Município.

Parágrafo único: As disposições de que tratam o caput do Artigo 1º desta Portaria ficam condicionadas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ônus ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.840 de 13 de Janeiro de 2012

TGABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.840 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SUPERVISOR E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Designar o Assessor Jurídico - PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, Registro no Sistema sob nº 954720, na qualidade de Supervisor do Estágio na UCE, da Estagiária Srtª. FABIANE CRISTINA FRAGA, à disposição da AGC - da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelo período de 01 de setembro de 2011 à 31 de agosto de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.841 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.841 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Médico IV, IVAN COLERAUS, Matrícula Funcional nº 000545, Registro no Sistema sob nº 954651, referente ao período aquisitivo 23 de abril de 2010 a 23 de abril de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 15 de janeiro de 2012 à 03 de fevereiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 8.842 de 13 de Janeiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.842 DE 13 DE JANEIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde, INÊS MICKUS CÂNDIDO, Registro no Sistema sob nº 954862, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 16 de janeiro de 2012 a 04 de fevereiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2012

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

1ª Alteração ao Processo Licitatório Nº 01/2012 - Pregão (Modalidade Presencial)

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N. 001/2012

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012 - PRE-GÃO (Modalidade Presencial)

Considerando a decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 058.12.000101-0, de lavra do Douto Magistrado da 1ª Vara Cível da Comarca de São Bento do Sul/SC, Excelentíssimo Senhor Doutor Romano José Einzweiler, fica o Edital do Processo Licitatório n. 01/2012 alterado e integrado pelas informações constantes dos itens a seguir:

1.0 - O item 6.2.1.2 do Edital do Processo Licitatório n. 01/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

6.2.1.2 - A certidão de Vistoria dos veículos de que trata o item 6.1.3.6, será emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras. As vistorias deverão ser previamente agendadas com a Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com o Sr. Jarbas Catoni, Sra Lurdes Padilha Fiscal do Transporte Escolar ou Sra. Lucimara Prestes de Souza da Fiscalização de Tributos e serão realizadas entre os dias 19 e 20 de janeiro de 2012, até às 15:00hs deste último dia, no pátio da garagem da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC;

2.0 - O item 12.3 do Edital do Processo Licitatório n. 01/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

12.3 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município Campo Alegre/SC, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

3.0 - Os itens 1.10 e 1.10.1 do Edital do Processo Licitatório n. 01/2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

1.10 - Os veículos deverão ser de propriedade da licitante ou financiados em nome desta (propriedade resolúvel decorrente de alienação fiduciária), ou ainda, ser objeto de arrendamento mercantil (leasing) em nome da empresa licitante.

1.10.1 - A licitante para comprovar a propriedade ou arrendamento mercantil (leasing) dos veículos, deverá apresentar cópia do Certificado de Registro de cada veículo no envelope "HABILITAÇÃO/DOCUMENTOS", constando a indicação da propriedade, de alienação fiduciária ou de arrendamento mercantil (leasing).

4.0 - A data da nova sessão de abertura e julgamento de propostas e habilitação será remarcada e devidamente publicada logo que se faça possível, assim como outras alterações que se fizerem necessárias para adequar o presente processo licitatório à nova data, como prazo para vistoria de veículos, emissão de certidões, autenticações etc.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Ata Circunstanciada-(Processo Licitatório Nº 89/2011)

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 89/2011)

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às 14 horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Joceli de Souza e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 89/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição Parque Infantil para o CMEI Alegre Infância. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) da única empresa proponente: Krenke Brinquedos Pedagógicos Ltda. A empresa licitante apresentou a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como ME para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento da licitante sendo Sra. Inge Elenice Voigt representante da empresa Krenke Brinquedos Pedagógicos Ltda. Procedeu-se a abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Global. A licitante apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 8.488,00, A licitante concedeu desconto sobre o valor inicial, fechando o valor em R\$ 8.480,00. Passou-se a abertura do envelope contendo os documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e a habilitação da licitante Krenke Brinquedos Pedagógicos Ltda, com valor total em R\$ 8.480,00 a Pregoeira a declara vencedora do processo licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Termo de Cessão de Direito de Uso

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, ODRACYR ANTONIO CUBAS, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG n.º



78.028-SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 002.906.709-00, residente e domiciliado na Rua Jerônimo Coelho, 315, Centro, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89201-050, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VILMAR GROSSKOPF, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1º. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo, para fins de execução e manutenção de Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada na localidade de Faxinal, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior, será de 25.00 (vinte e cinco) m², mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro Geral matriculado sob nº 10.625 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, de uso exclusivo pelo Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC - pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Águas de Campo Alegre, sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3º. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para execução e manutenção do Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada, na localidade de Faxinal, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.

DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5º. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 12 de maio de 2011.

ODRACYR ANTONIO CUBAS

Cedente

VILMAR GROSSKOPF
CESSIONÁRIO

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
OAB/SC n.º 15760

TESTEMUNHAS:

ARTUR FERNANDO BASTOS
CPF/MF n.º 481.106.639-15

JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF n.º 304.385.869-72

Termo de Cessão de Direito de Uso 002

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO 002

Pelo presente instrumento particular, de um lado, ALCINDO PEREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, aposentado, Portador do RG nº. 9ª/R 605.835-SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 020.098.469-15, residente e domiciliado na Estrada Principal, snº, Localidade de Rodeio de Santa Cruz, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VILMAR GROSSKOPF, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1º. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo, para fins de execução e manutenção de Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada na localidade de Rodeio de Santa Cruz, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior, será de 25.00 (vinte e cinco) m², mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro do Imóvel na Receita Federal do Brasil sob nº 4.189.924-5 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, de uso exclusivo pelo Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC - pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Águas de Campo Alegre, sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3º. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para execução e manutenção do Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada, na localidade de Rodeio de Santa Cruz, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.

DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5º. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 18 de julho de 2011.

ALCINDO PEREIRA DE LIMA

Cedente

VILMAR GROSSKOPF

Cessionário

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB/SC n.º 15760

TESTEMUNHAS:

ARTUR FERNANDO BASTOS

JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF n.º 481.106.639-15

CPF/MF n.º 304.385.869-72

Termo de Cessão de Direito de Uso Nº 003

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 003

Pelo presente instrumento particular, de um lado, ALDO HASTREITER, brasileiro, casado, aposentado, Portador do RG nº. 171.135-0-SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 129.684.129-49, residente e domiciliado na Estrada Principal, snº, Localidade de Saltinho, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VILMAR GROSSKOPF, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito de Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1º. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo, para fins de execução e manutenção de Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada na localidade de Saltinho, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior, será de 25.00 (vinte e cinco) m², mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro do Imóvel sob nº 18.385 FLS. 87 DO Livro 3-V em data de 26 de novembro de 1963, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, de uso exclusivo pelo Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC - pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Águas de Campo Alegre, sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3º. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para execução e manutenção do Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada, na localidade de Saltinho, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.

DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5º. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do

CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 26 de julho de 2011.

ALDO HASTREITER

Cedente

VILMAR GROSSKOPF

Cessionário

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB/SC n.º 15760

TESTEMUNHAS:

ARTUR FERNANDO BASTOS

JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF n.º 481.106.639-15

CPF/MF n.º 304.385.869-72

Termo de Cessão de Direito de Uso Nº 004

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO Nº 004

Pelo presente instrumento particular, de um lado, NILTON ROGÉRIO JANCKOWSKI, brasileiro, casado, aposentado, Portador do RG nº. 1.099.501, inscrito no CPF/MF sob n.º 383.775.359-04, residente e domiciliado na Rodovia Municipal - RM-100, snº, Localidade de Corredeiras, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, adiante denominado CEDENTE, e de outro lado, MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VILMAR GROSSKOPF, adiante denominado CESSIONÁRIO, tem entre si, justo e acordado o presente Termo de Cessão de Direito de Uso de Imóvel, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, nos seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1º. O presente Termo tem como OBJETO a Cessão de Direito de Uso de parte do imóvel, conforme Cláusula 2ª deste Termo, para fins de execução e manutenção de Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada na localidade de Corredeiras, neste Município de Campo Alegre/SC.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A área que trata a cláusula anterior, será de 25.00 (vinte e cinco) m², mais o direito de acesso da mencionada área, parte integrante do Registro do Imóvel sob nº 3.264 RG - 02, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC, de uso exclusivo pelo Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC - pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Águas de Campo Alegre, sendo intransferível para terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 3º. Por tratar-se de obra de relevante interesse público, o CEDENTE obriga-se a permitir gratuitamente o livre acesso de pessoal e maquinário do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, ou de contratados por este, para execução e manutenção do Sistema de Captação e Reservação de Água Tratada, na localidade de Corredeiras, neste Município de Campo Alegre/SC, sempre que se faça necessário, sem prévio aviso ou pedido formal.



DO PRAZO

Cláusula 4ª. O prazo de duração do presente Termo de Cessão de Direito de Uso é indeterminado, enquanto houver necessidade e interesse público.

DO FORO

Cláusula 5ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 11 de agosto de 2011.

NILTON ROGÉRIO JANCKOWSKI

Cedente

VILMAR GROSSKOPF

Cessionário

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB/SC n.º 15760

TESTEMUNHAS:

ARTUR FERNANDO BASTOS

CPF/MF n.º 481.106.639-15

JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF n.º 304.385.869-72

Termo de Cessão de Uso Nº 002/2011

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2011

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Campo Alegre-SC e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.749/0001-77, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vilmar Grosskopf, portador da Carteira de Identidade nº 2R543185 SSP/SC, CPF/MF nº 019.658.839-15, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro - Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Cel. BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF/MF nº 353.078.469-91, amparados pela Lei Municipal nº 3.696 de 03 de maio de 2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão do Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC: 01 veículo Pick-up L 200 Marca MITSUBISHI, modelo SAVANA, tipo Esp/Caminhonete/AB/C. Dupla, combustível DIESEL, ano de fabricação/modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 93XVVK74OBCB76536, placa MIS 4341, tipo Auto Transporte Material (ATM), com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**I - DO CESSIONÁRIO:**

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2011 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - Fonte de Recursos 0111, Ação 4376, Itens Orçamentários 3.3.90.30.01 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.19 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.39 (material para manutenção de veículos), 3.3.90.39.69 (seguros em geral), e 3.390.47.10 (taxas).

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar o presente Termo de Cessão de Uso nº 002/2011 o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto deste Termo de Cessão de Uso será utilizado exclusivamente na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, de 05 de Abril

de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao Município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, de maio de 2011
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC.

Coronel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:
ANTÔNIO Z. C. VILMIZ.
Função: 3º SGT CMT DO 1º GBM
CPF/MF nº 654.659.549-49

JOSÉ LUIS SILVA
Função: Assessor de Gabinete
CPF/MF nº 304.385.869-72

Termo de Cessão de Uso Nº 002/2011

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2011

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Campo Alegre-SC e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.749/0001-77, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vilmar Grosskopf, portador da Carteira de Identidade nº 2R543185 SSP/SC, CPF/MF nº 019.658.839-15, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro - Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Cel. BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF/MF nº 353.078.469-91, amparados

pela Lei Municipal nº 3.696 de 03 de maio de 2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão do Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC: 01 veículo Pick-up L 200 Marca MITSUBISHI, modelo SAVANA, tipo Esp/Caminhonete/AB/C. Dupla, combustível DIESEL, ano de fabricação/modelo 2011, cor vermelha, chassi nº 93XVKNK740BCB76536, placa MIS 4341, tipo Auto Transporte Material (ATM), com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Campo Alegre/SC.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2011 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - Fonte de Recursos 0111, Ação 4376, Itens Orçamentários 3.3.90.30.01 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.19 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.39 (material para manutenção de veículos), 3.3.90.39.69 (seguros em geral), e 3.390.47.10 (taxas).

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar o presente Termo de Cessão de Uso nº 002/2011 o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto deste Termo de Cessão de Uso será utilizado exclusivamente na sede do 1º Grupamento de Bombeiros Militar da 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 9º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de Campo Alegre/SC, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao Município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, de maio de 2011
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC.

Coronel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:
ANTÔNIO Z. C. VILMIZ.
Função: 3º SGT CMT DO 1º GBM
CPF/MF nº 654.659.549-49

JOSÉ LUIS SILVA
Função: Assessor de Gabinete
CPF/MF nº 304.385.869-72

Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel Público Municipal

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL

Pelo presente Termo de Permissão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO ALEGRE - ASP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.300.841/0001-09, estabelecida à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal do Município de Campo Alegre/SC; o seguinte:

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Permissão de Uso de Bem Imóvel Público, para construir a Sede e demais Equipamentos Desportivos incluindo áreas de Lazer, no imóvel de propriedade do Município de Campo Alegre/SC, imóvel este com área de 12.693,74m² (doze mil, seiscentos e noventa e três metros e setenta e quatro decímetros quadrados), contido no imóvel com área maior possuindo 33.275,00m², (trinta e três mil, duzentos e setenta e cinco metros quadrados), imóvel este localizada na região de Avenquinha, neste Município, conforme Levantamento Planimétrico anexo a Lei Municipal nº 3.711 de 16 de junho de 2011.

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da PERMISSIONÁRIA, aquelas descritas no estatuto da Entidade Cessionária, para o desenvolvimento e realização das respectivas atividades/finalidades.

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será de 30 (trinta) anos, contados da vigência da Lei Municipal nº 3.711 de 16 de junho de 2011.

Cláusula Quarta - Da Utilização das Instalações Úteis:

A utilização da Área do Imóvel concedido para a construção da Sede Social, demais Equipamentos Desportivos e Áreas de Lazer que comporão todo o Complexo da Sede da Associação dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - ASP, dar-se-á com a exclusiva utilização de todos espaços do imóvel - área cedida, para o atendimento das finalidades estatutárias da Entidade Cessionária.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Permitente:

Compete ao PERMITENTE as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar o Bem Imóvel (área de terra) descrito na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão;

b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso do imóvel concedido, verificando se as atividades desenvolvidas pela PERMISSIONÁRIA se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Permissão de Uso.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Permissionária

Compete a PERMISSONÁRIA - as seguintes obrigações:

- a) Preservação e manutenção do Bem Imóvel;
- b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que porventura trabalhe para a PERMISSONÁRIA;
- c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;
- d) Utilizar o imóvel para as instalações da Sede Social, Equipamentos Desportivos e Área de Lazer que vier a construir, exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão de Uso;

Cláusula Oitava - Da Responsabilidade Patrimonial:

É vedado a PERMISSONÁRIA autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da Inexistência de Vínculo Trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o PERMITENTE e a PERMISSONÁRIA.

Cláusula Décima - Da revogação:

A presente Permissão de Uso do Bem Imóvel, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo PERMITENTE, sem direito de indenização para a PERMISSONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da Rescisão:

O presente Termo de Permissão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, nas seguintes hipóteses:

- a) Ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;
- b) A qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 16 de junho de 2011.
PERMITENTE

PERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Nome: JOCELI DE SOUZA
CPF/MF nº 036.729.179-74

Nome: JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF nº 304.385.869-72

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 15 de 20/12/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 20/12/2011

DEMARCA PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO DISTRITO DA BARRA DO LEÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica demarcado o perímetro urbano da sede do Distrito da Barra do Leão, que terá as seguintes confrontações e limites:

- Partindo do marco M1, situado no entroncamento entre as Ruas Almirante Barroso e acesso à COAB, definido pela coordenada geográfica de Latitude 27° 18' 30,55" Sul e Longitude 51° 34' 12,11" Oeste, Datum SIRGAS 2000 e pela coordenada plana UTM 6.979.267,464m Norte e 443.598,876m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr, deste, confrontando neste trecho com a estrada de acesso a COAB, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 56,188m e azimuth plano de 309°34'07" chega-se ao marco M2, deste confrontando neste trecho com terreno de Darci Luis Belotto, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 113,934m e azimuth plano de 327°49'56" chega-se ao marco M3, deste confrontando neste trecho com Ângelo Fracaro, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 67,749m e azimuth plano de 304°12'57" chega-se ao marco M4 no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 25,495m e azimuth plano de 25°33'36" chega-se ao marco M5, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 70,892m e azimuth plano de 296°50'11" chega-se ao marco M6, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 134,855m e azimuth plano de 31°25'18" pelo eixo da estrada, chega-se ao marco M7, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 46,842m e azimuth plano de 112°26'06" chega-se ao marco M8, deste seguindo pelo eixo da estrada municipal, no quadrante Noroeste, seguindo com a distancia de 184,296m e azimuth plano de 32°34'19" chega-se ao marco M9, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 186,305m e azimuth plano de 66°07'23" chega-se ao marco M10, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 283,446m e azimuth plano de 95°02'46" chega-se ao marco M11, deste confrontando neste trecho com o entroncamento da Rua do Cemitério, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 72,644m e azimuth plano de 349°13'12" chega-se ao marco M12, deste confrontando neste trecho com a Ponte do Rio Leão, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 80,357m e azimuth plano de 83°30'25" descendo pelo Rio Leão chega-se ao marco M13, deste, seguindo pelo Lajeado, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 183,394m e azimuth plano de 171°29'49" chega-se ao marco M14, deste confrontando neste trecho com a Ponte de acesso ao moinho no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 417,546m e azimuth plano de 145°39'06" chega-se ao marco M15, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 284,482m e azimuth plano de 163°03'55" chega-se ao marco M16, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 131,893m e azimuth plano de 12°36'36" chega-se ao marco M17, deste confrontando neste trecho com terreno de Sergio Coronetti no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 113,655m e azimuth plano de 357°41'38" chega-se ao marco M18, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 63,946m e azimuth plano de 126°06'08" chega-se ao marco M19,

no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 100,570m e azimute plano de 146°58'51" chega-se ao marco M20, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 149,350m e azimute plano de 167°14'34" chega-se ao marco M21, deste confrontando neste trecho com o Lajeado e terreno de Ronildo Borges, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 246,987m e azimute plano de 95°29'20" chega-se ao marco M22, deste confrontando este trecho com terreno de Balduino Bevilaqua, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 76,531m e azimute plano de 223°16'21" chega-se ao marco M23, deste confrontando neste trecho com o eixo da Rua Campos Novos, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 170,782m e azimute plano de 257°35'50" chega-se ao marco M24, no quadrante Nordeste, seguindo com distancia de 53,377m e azimute plano de 168°59'44" chega-se ao marco M25, deste confrontando neste trecho com terreno de Santa Michelotto, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 90,928m e azimute plano de 235°45'56" chega-se ao marco M26, deste confrontando neste trecho com terreno de Adelar Amalcabúrio, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 120,603m e azimute plano de 253°44'13" chega-se ao marco M27, deste confrontando neste trecho com terreno de Cassiano Borges, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 272,646m e azimute plano de 231°07'21" chega-se ao marco M28, no quadrante Sudeste, seguindo com distancia de 115,237m e azimute plano de 263°48'04" chega-se ao marco M29, deste confrontando neste trecho com terreno da caixa d'água do SAMAE, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 104,315m e azimute plano de 301°10'20" chega-se ao marco M30, deste confrontando neste trecho com o eixo da Rua Getúlio Vargas, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 107,790m e azimute plano de 310°09'30" chega-se ao marco M31, deste confrontando neste trecho com a Ponte do Lajeado no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 142,375m e azimute plano de 53°19'14" descendo pelo Lajeado chega-se ao marco M32, deste confrontando neste trecho com terreno de José Carlos Belotto no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 105,936m e azimute plano de 302°32'24" chega-se ao marco M33, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 137,864m e azimute plano de 34°54'59" chega-se ao marco M34, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 70,584m e azimute plano de 18°11'22" chega-se ao marco M35, no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 21,970m e azimute plano de 350°04'59" chega-se ao marco M36, confrontando neste trecho com a Rua Almirante Barroso no quadrante Noroeste, seguindo com distancia de 43,180m e azimute plano de 17°34'36" chega-se ao marco M37, deste subindo a Rua Almirante Barroso no quadrante Sudoeste, seguindo com distancia de 531,029m e azimute plano de 285°40'11" chega-se ao marco M1 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. O perímetro urbano descrito no artigo 1º tem a área de 796.323,40m² (setecentos e noventa e seis mil trezentos e vinte e três metros e quarenta centímetros quadrados).

Art. 3º. As áreas de imóveis inclusas no perímetro urbano cujas características de exploração identificam-se pela exploração Agropecuária, ficam isentas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) enquanto perdurar esta situação.

Art. 4º. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para efetuar o cadastro dos imóveis enquadrados nas disposições previstas no artigo 3º.

Art. 5º. Para fins de regularização das matrículas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca, e cadastro no INCRA, dos imóveis atingidos por esta Lei Complementar, o município expedirá a documentação necessária para tal finalidade, após o cumprimento do disposto no artigo 4º.

Art. 6º. Aplicam-se no que couber as disposições das Leis

Complementares:

I - Nº 03 de 28 de maio de 2007 - institui o Plano Diretor de desenvolvimento municipal, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do município de Campos Novos e dá outras providências.

II - Nº 04 de 28 de maio de 2007 - dispõe sobre normas relativas as edificações do município de Campos Novos - Código de Edificações.

III - Nº 05 de 28 de maio de 2007 - dispõe sobre a utilização do espaço do município de Campos Novos e o bem estar público, observadas as normas federais e estaduais relativas a matéria.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 20 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.459 de 12/01/2012

DECRETO Nº 6.459 DE 12/01/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEP. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.081 - Realização da Festa do Município

8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 167.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais) provenientes da subtração de superávit financeiro do exercício anterior - Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de janeiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 01/2012 FUNDAÇÃO CULTURAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

O Município de Campos Novos através da Fundação Cultural Camponovense torna público que fará realizar no dia 27/01/2012 às 17:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campsnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada temporariamente no Rua no Salão Paroquial, à rua São João Batista, Praça Lauro Müller, no horário das 13:30 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 17 de janeiro de 2012
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 03_12

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27/01/2012 às 15hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME proposta padronizada. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campsnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial, localizado na Rua: São João Batista, Praça Lauro Muller, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC no horário das 13hs às 17h30m, diariamente.

Campos Novos, 16 de janeiro 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 01/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2012
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADA: CN SYSTEM INFORMÁTICA LTDA.
OBJETO: MANUTENÇÃO E ASSISTENCIA DOS COMPUTADORES DA CAMARA MUNICIPAL
VALOR MENSAL: R\$ 546,50
DATA: 03/01/2012
VIGENCIA: 02/01/2013

SAMAE

Portaria 003/2012

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 003/2012, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições e tendo em vista que o SAMAE presta um serviço público e que a população consumidora deve identificar os servidores do SAMAE, quando no exercício das funções de seu cargo, para o que o SAMAE disponibiliza uniformes e diante da necessidade de regulamentação de seu uso,

RESOLVE

Art. 1º. O SAMAE fornece uniformes a todos os seus servidores e que devem obrigatoriamente ser usados durante o horário de

expediente.

Art. 2º. Ao receber os uniformes cada servidor deverá assinar recibo das peças recebidas.

Art. 3º. Os uniformes podem ser usados pelos servidores desde suas residências até o local de trabalho, bem como no retorno até suas residências, sendo, porém vedado o seu uso, em horário fora do expediente, tanto em sua própria residência ou locomovendo-se na cidade.

Art. 4º. Peças tornadas inservíveis ou sem condições de uso também devem ser devolvidas ao SAMAE, mediante recibo, sob pena do servidor ser responsabilizado pela correspondente indenização, calculada pelo valor de peça nova.

Art. 5º. Em caso de servidor desligar-se do SAMAE por qualquer motivo ou entrar em licença sem vencimentos, igualmente terá que devolver todas as peças recebidas, sob pena do disposto no artigo anterior.

Art. 6º. A desobediência ao disposto nesta Resolução, será considerada infração funcional, nos termos da legislação municipal aplicável.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Portaria 004/2012

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 004/2012, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Joel Francisco Fagundes, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Capítulo X, da Lei Complementar nº. 12/11,

RESOLVE

Constituir Comissão Permanente, integrada pelos servidores Altamir Boff, Agostinho Becker e Vilma Aparecida Camargo Susin, respectivamente ocupantes dos cargos de: Operador de ETA, Auxiliar de Operações e Assistente Administrativa, para avaliação dos servidores em estágio probatório. A Comissão atuará sob a Presidência do servidor Altamir Boff. O mandato dos membros da Comissão terá início a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Edital Nº. 002/2012 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO Público PREVISTO NO Edital Nº 002/2007

EDITAL Nº. 002/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado

através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;
Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;
Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os

concurados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2011.

PEDRO TEODORICO ARAÚJO

Secretário Municipal de Administração e Finanças Interino

EDITAL Nº. 002/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 007 - AGENTE ADMINISTRATIVO

MARISTELA MURARA BURGARDT

MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ

FRANCIELI JOANA BIALESKI

CARGO 029 - FISIOTERAPEUTA

FLÁVIA GRAZIELA STEILEIN PERÓN

Anulação do Edital de Presencial n.º 80/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 200/2011

PREGÃO PRESENCIAL N.º 80/2011

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 80/2011, que tem por objeto a Registro de Preços de serviços para manutenção de fogões industriais, refrigeradores (geladeira) freezer, bebedouros elétricos, máquinas de lavar roupa e aparelhos de ar condicionado destinados a Prefeitura e Fundos Municipais.. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Resultado do julgamento da documentação e propostas referente Concorrência Pública n.º 19/2011.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 198/2011

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 19/2011

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, através de sua Comissão de



Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, relativamente ao processo acima. Empresas participantes: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA E EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA. Empresas habilitadas, VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA E EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA. Haja vista que, todas as empresas participantes assinaram o termo de renúncia quanto à fase de habilitação, as propostas das empresas habilitadas foram abertas e o preço para execução dos serviços objeto desta licitação, ficou assim distribuído:

Proponente	Valor Proposto
EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA	R\$ 266.266,51
VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA E EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA	R\$ 313.546,00

A licitante vencedora foi a empresa EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA, com o valor global de R\$ 266.266,51. A amostra do material cotado pela empresa EXPOENTE SOLUÇÕES COMERCIAIS E EDUCACIONAIS LTDA foi analisado e aprovado pela Comissão de Pedagógica da Secretaria de Educação. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório e à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura. As empresas participantes tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, para interposição de possíveis recursos, quanto ao julgamento das propostas.

Comissão de Licitação

Edital de Contribuição de Melhoria_ 11.2011 - Rua Cassimiro Kwiecien

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 11/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Cassemiro Kwiecien, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 136,70 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de

pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de 01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 53.351,47 (cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Cassemiro Kwiecien, no

trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 136,70 metros

lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos

individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos

a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Cassemiro Kwiecien, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 136,70 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo

com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 -

Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA

CATARINA

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e

agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá

se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar

desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao

interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido

no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem

aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar

o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto

à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar

auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c

Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua

contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou

vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos

procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição

dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT

Prefeito


DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: CASSIMIRO KWIECIEN

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 136,70 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	107,68	4,02	432,87
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	107,68	7,68	826,98
TOTAL DO ITEM (2)					1.259,85
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	956,90	1,39	1.330,09
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	114,82	90,00	10.333,80
3.3	Imprimação	m²	956,90	3,60	3.444,84
3.4	Pintura de Ligação	m²	956,90	1,35	1.291,81
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	95,69	215,35	20.606,84
TOTAL DO ITEM (3)					37.007,38
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	6,00	639,10	3.834,60
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	21,60	5,67	122,47
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	21,60	7,68	165,88
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	19,08	4,55	86,81
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	19,08	7,68	146,53
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	19,08	11,05	210,83
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	24,00	34,66	831,84
TOTAL DO ITEM (4)					5.398,96
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	237,00	24,10	5.711,70
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	5,33	70,10	373,63
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	71,10	8,00	568,80
TOTAL DO ITEM (5)					6.654,13
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	20,50	15,71	322,05
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	26,10	15,71	410,03
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	2,00	195,79	391,58
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	2,00	195,79	391,58
TOTAL DO ITEM (6)					1.806,34
TOTAL GERAL DA OBRA					53.351,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: CASSIMIRO KWIECIEN- Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 136,70 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 53.351,47						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua Antonio Bertão e a Rua Wiegando Wiese						
Prefeitura do Município de Canoinhas	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0059	483,50	-	46.416,00
Fernanda Isfair da Cunha Pinto	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0077	323,63	123,50	67.946,33
Jovino Dranka e Eva Silvana de Paula M. Dranka	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0090	307,80	120,74	62.968,80
Sebastião de Castro	Cassimiro Kwiecien	Direita	01.05.043.0123	303,92	181,60	63.913,95
Pedro Heuke	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0342	300,00	150,05	65.680,00
Celi Maria Salamori	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0306	312,50	162,98	68.550,00
José Karpyn e Lucia de Lima Karpyn	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0295	312,50	138,92	64.296,00
Antonio Linkowski	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0283	312,50	126,00	66.976,00
Camila Knupel e Cleyton Knuppel	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0271	312,50	119,60	53.216,00
Artemio W. Poltronieri e Eunice	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0259	312,50	136,50	67.781,00
Paulo Moises Polak	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0247	312,50	154,00	66.386,00
Joaquim da Silva	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0235	299,94	153,10	64.662,00
Nivea Viviane Damasio e Outra	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0223	312,50	95,00	52.570,00
Marcelo Antonio Sakr	Cassimiro Kwiecien	Esquerda	01.05.042.0211	312,50	167,00	73.654,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szcztygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Editais de Contribuição de Melhoria_ 13.2011 - Rua Irineu Bornhausen

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 13/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o

Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas

atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Irineu Bornhausen, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua

Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,90 metros lineares, neste

município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da

publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de

pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem

pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a

consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 55.529,43 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove

reais e quarenta e três centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os

valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é

aquela correspondente à extensão da Rua Irineu Bornhausen, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese

e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com

extensão de 148,90 metros lineares,

neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos

individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados

ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se

tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Irineu Bornhausen, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 148,90 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art.

3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº.

195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT

Prefeito


DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: IRINEU BORNHAUSEN

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 148,90 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	102,67	4,02	412,73
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	102,67	7,68	788,50
TOTAL DO ITEM (2)					1.201,23
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	1.042,30	1,39	1.448,79
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	125,07	90,00	11.256,30
3.3	Imprimação	m²	1.042,30	3,60	3.752,28
3.4	Pintura de Ligação	m²	1.042,30	1,35	1.407,10
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	104,23	215,35	22.445,93
TOTAL DO ITEM (3)					40.310,40
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	6,00	639,10	3.834,60
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	21,60	5,67	122,47
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	21,60	7,68	165,88
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	19,08	4,55	86,81
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	19,08	7,68	146,53
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	19,08	11,05	210,83
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	24,00	34,66	831,84
TOTAL DO ITEM (4)					5.398,96
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	198,00	24,10	4.771,80
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	4,45	70,10	311,94
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	59,40	8,00	475,20
TOTAL DO ITEM (5)					5.558,94
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	22,33	15,71	350,80
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	26,10	15,71	410,03
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	2,00	195,79	391,58
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	2,00	195,79	391,58
TOTAL DO ITEM (6)					1.835,09
TOTAL GERAL DA OBRA					55.529,43

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: IRINEU BORNHAUSEN Lei Municipal nº: 4.891 , de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 148,90 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 55.529,43						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua Loacir Muniz Ribas e a Rua Wiegando Wiese						
Edison Roque Simm	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0024	300,00	67,80	43.207,00
Zeno Lukachinski	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0036	312,50	127,00	60.130,00
Sebastião Celeste Hack	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0047	312,50	146,77	59.920,00
Jair Niedzwiski	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0059	312,50	139,50	52.400,00
Luiz Cesar de Barros	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0070	312,50	135,16	57.440,00
Arlida Maria Martins	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0081	312,50	116,36	54.000,00
Zorilda de Jesus Munhoz C. Pere	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0093	312,50	69,00	49.100,00
Elmo Keiser	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0105	312,50	151,82	66.500,00
Antonio Mauricio Martinhuk	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0116	312,50	158,19	62.000,00
Moacir Ramos de Paula e Maria Elza Ferreira	Irineu Bornhausen	Direita	01.05.040.0151	299,94	113,19	63.010,00
Valderez de Paula Budant e Outros						
Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0337	300,00	130,15	54.230,00	
Célio Miguel de Lima	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0303	312,50	157,51	66.800,00
José Roberto Francisco	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0291	312,50	111,99	53.850,00
Joaquim Rogério Bonete	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0280	312,50	139,24	57.050,00
Juarez José Schwed	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0269	312,50	168,70	69.520,00
Jair Meneguzzo e Elisângela Ana Felícia Castro	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0257	312,50	74,48	50.615,00
Maria Loni Tinfel Follador	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0246	312,50	133,52	60.270,00
Alinor Ribeiro da Silva	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0234	312,50	108,81	52.650,00
Oswaldo Carlos Artner	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0222	312,50	135,73	55.115,00
José Roberto Kauva	Irineu Bornhausen	Esquerda	01.05.039.0210	300,00	109,98	62.121,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Editais de Contribuição de Melhoria_10.2011 - Rua Antônio Bertão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 10/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o

Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas

atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Antônio Bertão, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir

Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 170,25 metros lineares, neste

município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da

publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de

pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem

pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a

consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 64.429,58 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e

nove reais e cinquenta e oito centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste

Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os

valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é

aquela correspondente à extensão da Rua Antônio Bertão, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e

Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 170,25 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos

individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados

ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade

Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Antônio Bertão, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 170,25 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT

Prefeito


DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: ANTONIO BERTÃO

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 170,25 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	174,43	4,02	701,20
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	174,43	7,68	1.339,62
TOTAL DO ITEM (2)					2.040,82
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	1.191,75	1,39	1.656,53
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	143,01	90,00	12.870,90
3.3	Imprimação	m²	1.191,75	3,60	4.290,30
3.4	Pintura de Ligação	m²	1.191,75	1,35	1.608,86
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	119,17	215,35	25.663,25
TOTAL DO ITEM (3)					46.089,84
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	5,00	639,10	3.195,50
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	14,40	5,67	81,64
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	14,40	7,68	110,59
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	12,72	4,55	57,87
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	12,72	7,68	97,68
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	12,72	11,05	140,55
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	16,00	34,66	554,56
TOTAL DO ITEM (4)					4.238,39
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	340,00	24,10	8.194,00
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	7,66	70,10	536,96
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	102,00	8,00	816,00
TOTAL DO ITEM (5)					9.546,96
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	25,53	15,71	401,07
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	13,05	15,71	205,01
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	1,00	195,79	195,79
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	1,00	195,79	195,79
TOTAL DO ITEM (6)					1.288,76
TOTAL GERAL DA OBRA					64.429,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: ANTONIO BERTÃO - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 170,25 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 64.429,58						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua Irmã M. Albertina Bischof e a Rua Wiegando Wiese						
Diocese de Caçador	Antonio Bertão	Direita	01.05.049.1316	2.649,29	524,71	230.745,47
PMC (R. Loacir Muniz)	Antonio Bertão	Direita				9.600,00
PMC (R. Cassimiro Kwiecien)	Antonio Bertão	Direita				9.600,00
Prefeitura do Município de Canoinhas	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0059	483,50	483,50	51.057,60
Fernanda Isfair da Cunha Pinto	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0077	323,63	323,63	64.839,48
Jovino Dranka e Eva Silvana de Paula M. Dranka	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0090	307,80	307,80	62.968,80
Alaor Henrique de Melo	Antonio Bertão	Direita	01.05.043.0160	321,81	321,81	66.683,14
Garoslava Melechenko	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0019	243,68	67,61	32.692,61
Iliaria Melnechenko Czarnik	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0040	370,00	135,97	45.960,00
Djalma Sebastião Souza Rocha	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0060	1.100,95	92,00	104.593,08
Alaines Soares e Outros	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0070	217,30	66,39	31.880,80
Adelina Soares	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0080	217,58	114,12	39.837,68
Aroldo Schultz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.044.0116	361,60	56,49	43.909,96
PMC (R. Irma M. Carolina Gross)	Antonio Bertão	Esquerda				9.600,00
Juarez Guimarães	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0015	472,50	98,07	77.041,00
Deise Jeane Magalhães	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0030	472,50	170,00	89.579,00
Lucia Litz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0046	504,00	134,98	76.814,00
Célia Litz	Antonio Bertão	Esquerda	01.05.045.0092	593,17	124,95	93.160,75

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Thérézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia



Edital de Contribuição de Melhoria_12.2011 - Rua Donato de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 12/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Donato de Souza, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua

Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,90 metros lineares, neste

município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da

publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de

pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem

pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a

consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 54.959,52 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta

e nove reais e cinquenta e dois centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante

deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os

valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é

aquela correspondente à extensão da Rua Donato de Souza, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e

Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,90 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados

ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade

Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares na Rua Donato de Souza, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 148,90 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT

Prefeito


DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: DONATO DE SOUZA

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 148,90 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	99,51	4,02	400,03
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	99,51	7,68	764,23
TOTAL DO ITEM (2)					1.164,26
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	1.042,30	1,39	1.448,79
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	125,07	90,00	11.256,30
3.3	Imprimação	m²	1.042,30	3,60	3.752,28
3.4	Pintura de Ligação	m²	1.042,30	1,35	1.407,10
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	104,23	215,35	22.445,93
TOTAL DO ITEM (3)					40.310,40
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	6,00	639,10	3.834,60
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	21,60	5,67	122,47
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	21,60	7,68	165,88
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	19,08	4,55	86,81
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	19,08	7,68	146,53
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	19,08	11,05	210,83
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	24,00	34,66	831,84
TOTAL DO ITEM (4)					5.398,96
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	179,00	24,10	4.313,90
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	4,03	70,10	282,50
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	53,70	8,00	429,60
TOTAL DO ITEM (5)					5.026,00
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	22,33	15,71	350,80
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	26,10	15,71	410,03
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	2,00	195,79	391,58
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	2,00	195,79	391,58
TOTAL DO ITEM (6)					1.835,09
TOTAL GERAL DA OBRA					54.959,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: DONATO DE SOUZA - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 148,90 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 54.959,52						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua Loacir Muniz Ribas e a Rua Wiegando Wiese						
Vitor Correa	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0024	300,00	169,87	68.300,00
Nivaldo Soares Boeno	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0035	300,00	182,04	70.215,00
Antonio Yarenhuk	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0047	312,50	123,00	47.360,00
Augusto Tomczik	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0058	312,50	118,00	55.000,00
Ana Lucia Moreschi	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0070	312,50	146,85	64.456,00
Juventino Santos Sobrinho	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0082	312,50	130,42	57.405,00
Elivir Morantt	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0093	312,50	181,03	68.556,00
Aurelio Carlos	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0105	312,50	72,00	45.285,00
Walmir Sandro dos Santos	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0117	312,50	109,43	55.607,00
Julio Schindler Filho	Donato de Souza	Direita	01.05.041.0152	300,00	131,03	56.055,00
Dario José Felipe	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0340	300,00	70,84	37.138,00
Roseli de Fátima Granza	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0305	312,50	178,41	69.936,00
Sandra Francisca Araújo Pedrosa	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0293	312,50	169,40	73.920,00
Maristela de Cassia de Oliveira	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0281	312,50	127,83	60.220,00
Euni Muller da Silva Gruber	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0269	312,50	111,60	60.889,00
Eneldo Grosskopf	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0257	312,50	121,03	63.500,00
Sara Elis Cardoso e Israel Y. Cardoso	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0245	312,50	112,85	51.000,00
Osmar dos Santos Lima	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0233	312,50	160,56	58.072,00
Nagi Paulo Nader	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0221	312,50	101,02	49.215,00
Beleli Bafille Takahashi	Donato de Souza	Esquerda	01.05.040.0210	300,00	85,64	46.605,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edital de Contribuição de Melhoria_14.2011 - Rua Irineu Gonzaga

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 14/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o

Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas

atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Irineu Gonzaga, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir

Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 148,89 metros lineares, neste

município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da

publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de

pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem

pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a

consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 55.229,38 (cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e nove

reais e trinta e oito centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os

valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é

aquela correspondente à extensão da Rua Irineu Gonzaga, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e

Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, com

extensão de 148,89 metros lineares,

neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos

individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados

ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se

tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Irineu Gonzaga, no trecho entre a Rua Wiegando Wiese e Rua Loacir Muniz Ribas, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 148,89 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art.

3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº.

195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT

Prefeito


DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: IRINEU GONZAGA

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 148,89 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	125,32	4,02	503,78
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	125,32	7,68	962,45
TOTAL DO ITEM (2)					1.466,23
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	1.042,23	1,39	1.448,69
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	125,06	90,00	11.255,40
3.3	Imprimação	m²	1.042,23	3,60	3.752,02
3.4	Pintura de Ligação	m²	1.042,23	1,35	1.407,01
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	104,22	215,35	22.443,77
TOTAL DO ITEM (3)					40.306,89
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	6,00	639,10	3.834,60
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	21,60	5,67	122,47
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	21,60	7,68	165,88
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	19,08	4,55	86,81
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	19,08	7,68	146,53
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	19,08	11,05	210,83
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	24,00	34,66	831,84
TOTAL DO ITEM (4)					5.398,96
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	178,00	24,10	4.289,80
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	4,00	70,10	280,40
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	53,40	8,00	427,20
TOTAL DO ITEM (5)					4.997,40
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	22,33	15,71	350,80
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	26,10	15,71	410,03
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	2,00	195,79	391,58
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	2,00	195,79	391,58
TOTAL DO ITEM (6)					1.835,09
TOTAL GERAL DA OBRA					55.229,38

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: IRINEU GONZAGA Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 148,89 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 55.229,38						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua Loacir Muniz Ribas e a Rua Wiegando Wiese						
Sandra Mara Dal Bó	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0024	300,00	92,70	57.338,00
Maria Salette Simm Colaço	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0036	312,50	83,10	50.270,00
Jorge Heuko	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0048	312,50	138,00	62.600,00
Dinora Oppitz de França	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0060	312,50	100,05	53.770,00
Amauri de Brito	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0071	312,50	119,60	59.235,00
Ana Marli Wurzer Bilescki	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0083	312,50	150,21	63.925,00
Willi Baukat	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0095	312,50	128,51	60.500,00
Charles Roberto Novak Rosa	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0107	312,50	95,00	52.187,00
Doris Stela da Silva	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0118	312,50	90,64	55.088,00
Tufi Miguel Isfair	Írineu Gonzaga	Direita	01.05.042.0153	300,00	100,10	50.105,00
Terezinha de Jesus Lino	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0338	300,00	130,21	52.180,00
Argemiro Godoy	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0304	312,50	107,30	45.900,00
Felipe Pflanzner	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0292	312,50	154,10	57.440,00
Pedro Lucio Nisponginski	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0281	312,50	229,85	83.820,00
Leonel Rodrigues	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0269	312,50	153,15	63.600,00
Edgar Hruschka	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0258	312,50	163,91	56.420,00
Marcos Alberto Steklain e Marli de Brito	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0246	312,50	115,11	52.700,00
Silvana Regina Fritche Hoepers	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0234	312,50	115,10	61.858,00
Walmor Krauss	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0222	312,50	81,97	52.688,00
Leonides de Freitas Neves	Írineu Gonzaga	Esquerda	01.05.041.0210	300,00	98,55	46.980,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygł Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edital de Contribuição de Melhoria_15.2011 - Rua Loacir Muniz

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 15/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o

Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas

atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, localizados na Rua Loacir Muniz Ribas, no trecho entre a Rua Antônio Bertão e SC 477,

localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 244,28 metros lineares, neste município de

Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação

deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação

asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial,

sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de

01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 96.710,34 (noventa e seis mil, setecentos e dez reais e

trinta e quatro centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real

aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à

publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e

forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é

aquela correspondente à extensão da Rua Loacir Muniz Ribas, no trecho entre a Rua Antônio Bertão e

SC 477, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 244,28

metros lineares, neste município de

Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO

II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados

ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se

tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido

em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Loacir Muniz Ribas, no trecho entre a Rua Antônio Bertão e SC 477, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 244,28 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei

Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.


Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.


LEOBERTO WEINERT
Prefeito

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



RUA: LOACIR MUNIZ RIBAS

BAIRRO: ÁGUA VERDE

EXTENSÃO: 244,28 m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	184,62	4,02	742,17
2.2	Transp. De Mat. De bota Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	184,62	7,68	1.417,88
TOTAL DO ITEM (2)					2.160,05
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	1.859,96	1,39	2.585,34
3.2	Camada de Brita Graduada	m³	223,19	90,00	20.087,10
3.3	Imprimação	m²	1.859,96	3,60	6.695,85
3.4	Pintura de Ligação	m²	1.859,96	1,35	2.510,94
3.5	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	185,99	215,35	40.052,94
TOTAL DO ITEM (3)					71.932,17
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	12,00	639,10	7.669,20
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	43,20	5,67	244,94
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	43,20	7,68	331,77
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	38,16	4,55	173,62
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	38,16	7,68	293,06
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	38,16	11,05	421,66
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	48,00	34,66	1.663,68
TOTAL DO ITEM (4)					10.797,93
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	304,00	24,10	7.326,40
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	6,84	70,10	479,48
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	91,20	8,00	729,60
TOTAL DO ITEM (5)					8.535,48
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	36,64	15,71	575,61
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	26,10	15,71	410,03
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	2,00	195,79	391,58
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	2,00	195,79	391,58
TOTAL DO ITEM (6)					2.059,90
TOTAL GERAL DA OBRA					96.710,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: LOACIR MUNIZ RIBAS - Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 244,28 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 96.710,34						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a SC-477 e a Rua Cassimiro Kwiecien						
Prefeitura do Município de Canoinhas	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1105	900,86	283,31	128.165,00
Prefeitura do Município de Canoinhas	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1189	1.870,34	985,49	294.545,00
Diocese de Caçador	Loacir Muniz	Direita	01.05.049.1316	2.649,29	524,71	307.120,00
Leopoldo Maister	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0023	300,00	280,11	105.205,00
Maria Dranka Tromm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0362	300,00	98,01	55.928,00
Joel Ignaszewski	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0350	300,00	160,39	64.860,00
Valderez de Paula	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.039.0337	300,00	130,15	54.240,00
Prefeitura de Canoinhas (R. Irineu Bornhausen)	Loacir Muniz					6.912,00
Edison Roque Simm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0024	300,00	67,80	42.180,00
Dorival Bitencurt	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0364	300,00	101,85	44.625,00
Adilson de Barros	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0352	300,00	147,43	66.068,00
Dario José Felipe	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.040.0340	300,00	70,84	42.880,00
Prefeitura de Canoinhas (R. Donato de Souza)	Loacir Muniz	Esquerda				6.912,00
Vitor Correa	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0024	300,00	169,87	74.055,00
João Altino Bergamo	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0362	300,00	190,86	53.415,00
Lucia Helena Bittencourt	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0350	300,00	89,25	48.870,00
Terezinha de Jesus Lino	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.041.0338	300,00	130,21	52.180,00
Prefeitura de Canoinhas (R. Irineu Gonzaga)	Loacir Muniz					6.912,00
Sandra Mara Dal Bó	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0024	300,00	92,70	57.338,00
Iolanda Wichneski Simm	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0367	300,00	85,50	48.400,00
José Fernandes	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0354	300,00	127,50	59.050,00
Pedro Heuke	Loacir Muniz	Esquerda	01.05.042.0342	300,00	150,05	68.560,00
Prefeitura de Canoinhas (R. Casimiro Kwiecien)	Loacir Muniz					6.912,00

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Edital de Contribuição de Melhoria_16.2011 - Rua Wiegando Wiese

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 16/2011

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças DALSON LUIS SALOMON, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);

LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de

Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.891, de 01/12/2011, localizados na Rua Wiegando Wiese, no trecho entre a SC 477 e Rua Antônio Bertão, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 300,37 metros lineares, neste município de

Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação

deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.891, de 01/12/2011, corresponde à quantia de R\$ 157.430,50 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos) conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de financiamento junto a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE

MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.891/2011.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Wiegando Wiese, no trecho entre a SC 477 e Rua Antônio Bertão, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 300,37

metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO

II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº

4.891/2011): 1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se,

proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona

beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br

CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o

limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em

estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.891/2011, no artigo 145, inciso III, da

Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário

Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário

Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo

em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o

nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos,

projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de

reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária

atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e

atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que

os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva

zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme

previsão na Lei Municipal nº 4.891/2011, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal,

Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes

isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos

previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras

normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se

tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido

em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Wiegando Wiese, no trecho entre a SC 477 e Rua Antônio Bertão, localizada no Bairro Água Verde, neste município de Canoinhas, com extensão de 300,37 metros lineares.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA

LEI MUNICIPAL nº 4.891/2011:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei

Municipal nº 4.891/2011).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7720 - Fax 3621-7712 - e-mail planejamento@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.891/2011, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.891/2011 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.



3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I					
		ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
RUA:	WIEGANDO WIESE				
BAIRRO:	ÁGUA VERDE				
EXTENSÃO:	300,37 m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	C. UNIT.	C. TOTAL (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da obra padrão (1,0X3,0m)	m²	3,00	263,27	789,81
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	un	3,00	145,00	435,00
TOTAL DO ITEM (1)					1.224,81
2.	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavação E Carga Material 1A Categoria, Utilizando Trator De Esteiras M3	m³	865,92	4,02	3.480,99
2.2	Transp. De Mat. De boca Fora Clas. 1A Cat Dmt 6Km	m³	865,92	7,68	6.650,26
TOTAL DO ITEM (2)					10.131,25
3.	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização do Sub Leito 100% Proctor Normal	m²	2.252,59	1,39	3.131,10
3.2	Camada de Macadame Seco	m³	420,51	75,00	31.538,25
3.3	Camada de Brita Graduada	m³	270,31	90,00	24.327,90
3.4	Imprimação	m²	2.252,59	3,60	8.109,32
3.5	Pintura de Ligação	m²	2.252,59	1,35	3.040,99
3.6	Camada de Concreto Asfáltico Usinado a Quente	ton	216,25	215,35	46.569,43
TOTAL DO ITEM (3)					116.716,99
4.	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Execução de Caixa Coletora c/Boca de Lobo e tampa de concreto	un	16,00	639,10	10.225,60
4.2	Esc. Mec. De Valas Para Drenagem- 1A. Categoria	m³	57,60	5,67	326,59
4.3	Transp. De Mat. Dmt 6Km (Escavação de Vala) Bota Fora	m³	57,60	7,68	442,36
4.4	Escavação e Carga Material de Jazida 1ª Cat. (Reaterro de Galeria)	m³	50,88	4,55	231,50
4.5	Transp. De Mat. Reaterro de Galeria. 1A Cat Dmt 6Km	m³	50,88	7,68	390,75
4.6	Reaterro E Apiloamento Em Camadas De 20 Cm	m³	50,88	11,05	562,22
4.7	Fornecimento E Transp. E Execução de Rede D=30 cm	m	64,00	34,66	2.218,24
TOTAL DO ITEM (4)					14.397,26
5.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio Fio de concreto simples	m	476,00	24,10	11.471,60
5.2	Camada de Pó de Pedra de 1,50cm de espessura e larg. 1,50 m	m³	10,71	70,10	750,77
5.3	Reaterro de calçada compactado incluindo carga e Transportes DMT 1Km h=0,20m	m³	142,80	8,00	1.142,40
TOTAL DO ITEM (5)					13.364,77
6.	SINALIZAÇÃO				
6.1	Pintura de Faixa Horizontal com tinta acrílica Amarela	m²	45,05	15,71	707,73
6.2	Pintura de Travessia de Pedestres com tinta acrílica Branca	m²	13,05	15,71	205,01
6.3	Placa de Indicação de Rua 30x60cm	un	2,00	145,55	291,10
6.4	Placa de Indicação 40x40 cm	un	1,00	195,79	195,79
6.6	Placa de Regulamentação R-1	un	1,00	195,79	195,79
TOTAL DO ITEM (6)					1.595,42
			TOTAL GERAL DA OBRA		157.430,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS						
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO						
ANEXO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA						
LOCAL: RUA: WIEGANDO WIESE- Lei Municipal nº: 4.891, de 01/12/2011						
EXTENSÃO: 300,37 metros						
VALOR TOTAL: R\$ 157.430,50						
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Imóvel			Valor do Imóvel Antes da Obra (R\$)
			Inscrição Imobiliária	Área Total do Terreno (m²)	Área Total Construída (m²)	
Trecho entre a Rua SC-477 e a Rua Antonio Bertão						
Dirce Braz da Silveira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0152	300,00	225,51	78.403,00
Silene Maria de Amorim	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0164	300,00	145,03	63.581,00
Wilson Alves Pereira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0176	300,00	113,18	50.607,00
José Roberto Kauva	Wiegando Wiese	Direita	01.05.039.0210	300,00	109,98	62.121,00
PMC (R. Irineu Bornhausen)	Wiegando Wiese					6.912,00
Moacir Ramos de Paula e Maria Elza Ferreira	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0151	300,00	113,19	63.010,00
Derli Luiz dos Santos	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0164	300,00	119,82	56.816,00
Aderbal Ludka	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0176	300,00	141,56	60.200,00
Beleli Bifille Takahashi	Wiegando Wiese	Direita	01.05.040.0210	300,00	85,64	52.367,00
PMC (R. Donato de Souza)	Wiegando Wiese					6.912,00
Julio Schindler Filho	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0152	300,00	131,03	61.816,00
Aurélio Carlos	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0165	300,00	92,00	58.662,00
José Eduardo Nascimento	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0177	300,00	100,50	52.280,00
Leonides de Freitas Neves	Wiegando Wiese	Direita	01.05.041.0210	300,00	98,55	46.976,00
PMC (R. Irineu Gonzaga)	Wiegando Wiese					6.912,00
Tufi Miguel Spfaier	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0153	300,00	100,10	50.107,00
Carlos Henrique Wendt	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0165	300,00	100,00	52.330,00
Jeferson Soares Fragoso	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0177	300,00	126,65	60.800,00
Marcelo Antonio Sakr	Wiegando Wiese	Direita	01.05.042.0211	312,50	167,00	73.654,00
PMC (R. Cassimiro Kwiecien)	Wiegando Wiese					6.912,00
Sebastião de Castro	Wiegando Wiese	Direita	01.05.043.0123	303,92	181,60	63.923,95
Alaor Henrique de Melo	Wiegando Wiese	Direita	01.05.043.0160	321,81	133,00	66.734,14
Indústria Ervateira Bonetes	Wiegando Wiese	Esquerda	01.05.038.0393	30.956,29	5.963,34	4.172.798,22

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.

Canoinhas - SC, 21 de dezembro de 2.011.

Comissão de Avaliação

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Polyanna Orlonski
Agente Administrativo

Simone Mery Adur
Agente Administrativo

Vanessa Langer
Contadora

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Fernando Tokarski
Fotógrafo

Diogo Carlos Seidel
Administrador

Dorval Padilha Junior
Assistente Técnico em Topografia

Capinzal

PREFEITURA

Gabarito Provisório Processo Seletivo 042/2011 - (Recursos 16 e 17/01/2012)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

RESOLUÇÃO n.º 02/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 042/2011

Divulga o gabarito preliminar das provas escritas do Edital de Processo Seletivo n.º 042/2011, realizadas em 14 de janeiro de 2012.

A Comissão Coordenadora do Concurso Público, no uso de suas atribuições, **torna público** para conhecimento dos interessados:

1 - Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº. 042/2011, resolve tornar público o Gabarito Preliminar das Questões Objetivas das Provas Escritas do Edital do Processo Seletivo nº 042/2011 realizada em 14/01/2012.

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO

ENSINO SUPERIOR

CARGO 01 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	D	C	B	A	A	C	D	B

CARGO 02 – PROFESSOR DE GEOGRAFIA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	A	B	D	D	C	A	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 03 – PROFESSOR DE HISTÓRIA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	B	A	D	B	B	A	A

CARGO 04 – PROFESSOR DE ARTE

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	A	B	D	D	B	C	A

CARGO 05 – PROFESSOR DE LETRAS (Língua Portuguesa)

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	C	C	A	B	D	D	B



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 06 – PROFESSOR DE LETRAS (Língua Inglesa)

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	D	D	A	B	C	C	A

CARGO 07 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	B	B	D	C	B	A	A

CARGO 08 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	A	B	D	B	D	A	A	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 09 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA – SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	B	D	D	C	A	C	D	B

CARGO 10 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	B	B	A	D	C	B	A	A

CARGO 21 – FUTSAL – TREINAMENTO

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	D	C	B	B	A	D	C	D	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 22 – FUTSAL – ESCOLINHA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	A	A	B	C	D	B	C

CARGO 23 – VOLEIBOL – ESCOLINHA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	D	C	A	D	A	C	C	B

CARGO 24 – FUTEBOL – ESCOLINHA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	A	C	B	A	B	B	C	A	X	D	C	B	A	B	C	C	A	D

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	B	A	A	C	D	B	A



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 27 – XADREZ – DO ESCOLINA

X - ANULADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	D	A	A	A	B	A	A	X	D	A	C	D	A	A	C	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	D	D	D	D	C	A	D	A

ENSINO MÉDIO

CARGO 11 – ARTES CÊNICAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	D	B	C	A	D	C	D	A

CARGO 12 – DANÇA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	C	B	A	A	D	C	B	A

CARGO 13 – BIJUTERIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	C	C	A	A	B	D	C	A



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 14 – ARTE APLICADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	D	A	B	C	B	C	D	A	B

CARGO 15 – CANTO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	D	C	B	B	C	D	A	C

CARGO 16 – CUSTOMATIZAÇÃO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	B	B	A	D	C	D	B

CARGO 17 – CULINÁRIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	C	A	D	B	C	D	A



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 18 – INFORMÁTICA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	D	A	B	D	C	A	A

CARGO 19 – RECICLAGEM

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	C	D	D	B	C	D	B	A

CARGO 20 – RECREAÇÃO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	C	A	A	D	B	C	C	B

CARGO 26 – HAECON – DO ESCOLINA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	B	A	A	A	D	D	C	D



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CARGO 28 – TÊNIS DE MESA – DO ESCOLINA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	D	B	A	A	C	D	B	A	D	C	B	A	C	B	D	D	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	D	A	A	B	D	D	B	A

2 - Os recursos apresentados na ocasião da prova escrita estão em fase de julgamento e serão divulgados quando da publicação do gabarito oficial.

Capinzal, 16 de Janeiro de 2012

Presidente da Comissão

Retifica o Gabarito Preliminar do Cargo de Bocha 042/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROCESSO SELETIVO 042/2011



INSTITUTO O BARRIGA VERDE

RESOLUÇÃO n.º 03/2012**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 042/2011****RETIFICA O GABARITO PRELIMINAR DO CARGO DE BOCHA
TREINAMENTO, DO EDITAL 042/2011 DE PROCESSO SELETIVO.**

Comissão Coordenadora do Concurso Público, atendendo ao Edital de Processo Seletivo Nº 042/2011.

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº. 042/2011, TORNA PÚBLICO a Retificação do Gabarito Preliminar das Questões Objetivas do cargo de Bocha Treinamento, em que constatou-se a ausência das respostas das questões de 01 à 30.

Capinzal (SC), 16 de Janeiro de 2012

Presidente da Comissão Municipal

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 042/2011**CARGO 26 – BOCHA TREINAMENTO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	A	D	B	A	A	A	B	D	B	D	A	D	D	B	C	C	C	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	D	D	A	C	B	C	C	C

SIMAE**Extrato de Contrato Nº CAO/02/2012**

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/02/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 84.590.900/0001-26

OBJETO: TERMO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/02/2010, PARA REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: 2.117,28 (DOIS MIL, CENTO E DEZESSETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) MENSAIS

DATA DA ASSINATURA: 16/01/2012

VIGÊNCIA: O PRESENTE ADITIVO TEM EFEITO RETROATIVO À 01/01/2012, E SUA VIGÊNCIA ENCERRA-SE NO DIA 31/12/2012

Catanduvás**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 0153/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0153/2011

Objeto: Locação de uma área de terras identificada como Quadra 180 do Loteamento Pinheiros, com área aproximada de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados), em anexo ao Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: IMOBILIÁRIA PINHEIROS LTDA

Valor global contratado: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: de 1º de novembro de 2011 até 30 de novembro de 2011.

Data e assinatura do contrato: 9 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0157/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0157/2011
Lei Municipal nº 2.333, de 9 de novembro de 2011.

Objeto: Contrato de Promessa de Permuta De Imóveis - Sem Sinal (Arras).

PERMUTANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

PERMUTANTE: ARAMIS HEBERLE JUNIOR e ROSANE SCHAUFFLER

Data e assinatura do contrato: 9 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0169/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0169/2011
Tomada de Preços nº 0006/2011 (Processo Licitatório nº 0103/2011).

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas visando o cumprimento do Convênio a ser celebrado com o Estado, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. ME.

Valor global contratado: R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais).

Prazo de vigência: de 16 de dezembro de 2011 até o dia em 31 de junho de 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0170/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0170/2011
Tomada de Preços nº 0006/2011 (Processo Licitatório nº 0103/2011).

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas visando o cumprimento do Convênio a ser celebrado com o Estado, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SILVA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 64.860,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais).

Prazo de vigência: de 16 de dezembro de 2011 até o dia em 31 de junho de 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0171/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0171/2011
Tomada de Preços nº 0005/2011 (Processo Licitatório nº 0101/2011).

Objeto: Execução de projeto para construção de ESCOLA DE ENSINO INFANTIL - PROJETO PADRÃO FNDE/MEC E OBRAS COMPLEMENTARES, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo e orçamento básico anexo ao edital deste processo licitatório, em regime de empreitada global, visando ao atendimento do convênio celebrado com o Governo Federal, através do Ministério da Educação e o Município de Catanduvás.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CONE CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Valor global contratado: R\$ 657.764,77 (seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

Prazo de vigência: 9 de janeiro de 2011 até 6 de julho de 2012.

Data e assinatura do contrato: 19 de dezembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 018 de 16.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 018/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 70, inciso II, alínea a e g, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação da servidora TAINÉ RODE, no cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº. 017, de 13.01.2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, na Edição nº. 909 de 16.01.12.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 13.01.2012.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 16 de janeiro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 019 de 16.01.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 019/2012

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o servidor VALERIO HINTEMANN, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Agricultura, Industria e Comercio, nomeado pela portaria nº. 303/2011 de 04.07.2011, a partir de 17.01.12

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de janeiro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria n003/2012 de 17/01/2012

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado
PORTARIA Nº003/2012 de 17/01/2012.

ARLINDO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais.

RESOLVE:

EXONERAR

ROSILDO JOSÉ PEREIRA, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS, CONTRATOS e LICITAÇÕES, nomeado pela Portaria Nº011/2011, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado - SC, a partir do dia 17 de janeiro de 2012.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 17 de janeiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Aplicação de Sanções - CV MÓVEIS MODULADOS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
Processo Licitatório nº 190/2011
Pregão Eletrônico nº 22/2011
Contrato nº 319/2011
Contratada: CV MOVEIS MODULADOS LTDA

APLICA-SE à empresa CV MOVEIS MODULADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.328.768/0001-30, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 2191, Bairro Primavera, Concórdia, SC, CEP 89.700-000, representada neste ato, pela sua procuradora Sra. Silvana Volpin Senger, portadora da Cédula de Identidade nº 2.699.389 e inscrito no CPF sob nº 867.390.009-30, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- multa no valor de R\$ 5.432,56 (cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), referente a 20% pela inexecução total do Contrato e do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos da alínea "f", do inciso "I", do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 2/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2012- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de conexão de internet em diversas unidades administrativas deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/02/2012.

Abertura: dia 09/02/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 13 de janeiro de 2012.
MARIA S. DOS SANTOS BIGATON
Secretária Municipal de Administração em exercício

APLICAÇÃO de SANÇÕES - COMÉRCIO de ARTIGOS de PAPELARIA ALFY LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 190/2011

Pregão Eletrônico nº 22/2011

Contrato nº 318/2011

Contratada: COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA.

APLICA-SE à empresa COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA ALFY LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.816.174/0001-91, situada na Rua Uruguai, nº 698E, Bairro Santa Maria, Chapecó, SC, CEP 89812-222, representada neste ato, pelo seu sócio Sr. Eduardo Ahlf, portador da Cédula de Identidade nº 12/R 4.256.783-1 e inscrita no CPF sob nº 034.712.719-37, pelo inadimplemento contratual, as sanções de:

- multa no valor de R\$ 2.067,85 (dois mil, sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), referente a 20% pela inexecução parcial do Contrato;
- declarada impedida de licitar e contratar com o Município, além de descredenciá-la do Cadastro de Fornecedores do Município de Concórdia, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta data.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos do do inciso "III", do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Classificação das Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 34/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de pavimentação das Ruas Severina Bortoli Minozzo, Travessa Lourenço Vivan, Rua "A" no Loteamento Flor Jardim, Rua Rovigo, Pico 31 de Março, Mato Grosso, Pedro Antonio Balena, Jordânia, Canadá, Carlos Franke, Ceneda, Leonel Mosele e Jacarandás, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DA NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Em virtude de recurso administrativo interposto pela licitante SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, protocolizado em 07/12/2011, contra a classificação da proposta vencedora da empresa BAUER ENGENHARIA LTDA, alegando que a proposta de preço da licitante vencedora deveria ser desclassificada por inexequibilidade, retificamos o resultado da licitação publicado em 05/12/2011, DOM/SC Edição nº 879, e desclassificamos a proposta de preço da licitante: BAUER ENGENHARIA LTDA, valor global de R\$ 22.907,05 (vinte e dois mil novecentos e sete reais e cinco centavos). Portanto, a nova

classificação para este certame é a seguinte: a licitante SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, sagra-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o valor global de R\$ 39.921,00 (Trinta e nove mil, novecentos e vinte um reais), e a licitante GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, fica na segunda colocação com o valor global de R\$ 43.630,50 (quarenta e três mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2012.
RUTINEIA ROSSI
Presidente CPL, em Exercício

Balanço Financeiro FUNDAÇÃO MUNICIPAL de ESPORTES de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	4.437,82	ORÇAMENTÁRIA	764.167,68
Receitas Orçamentárias	4.437,82	Despesas Correntes	555.714,40
Receitas Correntes	4.437,82	Pessoal e Encargos Sociais	93.832,26
Receitas de Serviços	4.437,82	Outras Despesas Correntes	461.882,14
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas de Capital	200.836,00
		Investimentos	200.836,00
		Despesas Intra-Orçamentárias	7.617,28
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	7.617,28
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.598.484,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	781.532,57
Depósitos	17.631,33	Depósitos	17.631,33
Depósitos em Diversas Origens	17.631,33	Depósitos em Diversas Origens	17.631,33
Obrigações em Circulação	764.167,68	Obrigações em Circulação	763.901,24
Obrigações a Pagar	764.167,68	Obrigações a Pagar	763.901,24
Fornecedores	661.778,29	Fornecedores	661.511,85
Pessoal a Pagar	92.271,47	Pessoal a Pagar	92.271,47
Encargos Sociais a Recolher	9.178,07	Encargos Sociais a Recolher	9.178,07
Obrigações Tributárias	939,85	Obrigações Tributárias	939,85
Interferências Ativas	816.685,80	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	816.685,80	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	58.507,07	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	115.729,45
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	1.621,80
Bancos Conta Vinculada	58.507,07	Bancos Conta Vinculada	114.107,65
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	1.661.429,70	TOTAL	1.661.429,70

Fonte: Fund. Municipal de Esportes

GIL ARTIFON
Ordenador de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contador Adj.
CRC/SC 15097/O-2

Balanço Financeiro FUNDO MUN. de ASSIST. do SERVIDOR de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	310.849,57	ORÇAMENTÁRIA	416.175,47
Receitas Orçamentárias	310.849,57	Despesas Correntes	415.570,47
Receitas Correntes	187.255,69	Outras Despesas Correntes	415.570,47
Receitas de Contribuições	141.383,59	Despesas de Capital	605,00
Receitas Patrimoniais	7.610,43	Investimentos	605,00
Receitas de Serviços	264,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	38.203,09	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	205,42		
Receita Intra-Orçamentária Correntes	123.799,30		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	205,42		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	420.241,41	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	420.317,01
Depósitos	3.990,34	Depósitos	3.990,34
Depósitos em Diversas Origens	3.990,34	Depósitos em Diversas Origens	3.990,34
Obrigações em Circulação	416.251,07	Obrigações em Circulação	416.326,67
Obrigações a Pagar	416.251,07	Obrigações a Pagar	416.326,67
Fornecedores	416.175,47	Fornecedores	416.175,47
Recursos Especiais a Liberar	75,60	Recursos Especiais a Liberar	151,20
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	595.159,58	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	489.758,08
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	3.659,58	Bancos Conta Vinculada	489.758,08
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	591.500,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	1.326.250,56	TOTAL	1.326.250,56

Fonte: FUND. MUN. DE ASSISTENCIAAO SERVIDOR

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
 Ordenadora de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
 Contador Adj.
 CRC/SC 15097/O-2

Balanço Financeiro FUNDO MUN. de HABITAÇÃO de INTER. SOC. de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	279,36	ORÇAMENTÁRIA	20.083,34
Receitas Orçamentárias	279,36	Despesas Correntes	20.083,34
Receitas Correntes	279,36	Outras Despesas Correntes	20.083,34
Receitas Patrimoniais	279,36	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.172,42	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	22.310,92
Depósitos	11,08	Depósitos	11,08
Depósitos em Diversas Origens	11,08	Depósitos em Diversas Origens	11,08
Obrigações em Circulação	20.083,34	Obrigações em Circulação	22.299,84
Obrigações a Pagar	20.083,34	Obrigações a Pagar	22.299,84
Fornecedores	20.083,34	Fornecedores	22.221,84
Acréscimos Patrimoniais	78,00	Recursos Especiais a Liberar	78,00
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	68.022,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	46.079,72
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	Bancos Conta Movimento	0,00
Bancos Conta Vinculada	68.022,20	Bancos Conta Vinculada	46.079,72
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	88.473,98	TOTAL	88.473,98

Fonte: Fundo Mun. de Habitação

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
 Contadora
 CRC/SC 024478/O-8

MAURO KICHEL
 Ordenador de Despesa

Balanço Financeiro FUNDO MUNICIPAL de ASSIST. SOCIAL de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	39.341,84	ORÇAMENTÁRIA	151.695,99
Receitas Orçamentárias	39.341,84	Despesas Correntes	148.946,59
Receitas Correntes	39.341,84	Outras Despesas Correntes	148.946,59
Receitas Patrimoniais	1.102,79	Despesas de Capital	2.749,40
Transferências Correntes	38.239,05	Investimentos	2.749,40
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	316.646,64	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	204.458,19
Depósitos	2.752,18	Depósitos	2.752,08
Depósitos em Diversas Origens	2.752,18	Depósitos em Diversas Origens	2.752,08
Obrigações em Circulação	151.695,99	Obrigações em Circulação	201.706,11
Obrigações a Pagar	151.695,99	Obrigações a Pagar	201.706,11
Fornecedores	151.695,99	Fornecedores	199.507,64
Acréscimos Patrimoniais	2.198,47	Recursos Especiais a Liberar	2.198,47
Interferências Ativas	160.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	160.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	249.859,69	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	249.693,99
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	16.673,51	Bancos Conta Movimento	42.526,86
Bancos Conta Vinculada	73.627,26	Bancos Conta Vinculada	207.167,13
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	159.558,92	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	605.848,17	TOTAL	605.848,17

Fonte: Fundo Mun. de Assistência Social

MAURO KICHEL
 Ordenador de Despesa

SOLANGE BEATRIZ KLOCK VICARI
 Contadora
 CRC/SC 024478/O-8

Balanço Financeiro FUNDO MUNICIPAL de DESENV. AGROP. de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	6.908,35	ORÇAMENTÁRIA	416.909,80
Receitas Orçamentárias	6.908,35	Despesas Correntes	319.409,80
Receitas Correntes	6.908,35	Outras Despesas Correntes	319.409,80
Receitas Patrimoniais	163,12	Despesas de Capital	97.500,00
Receitas Agropecuárias	850,50	Investimentos	97.500,00
Receitas de Serviços	4.958,76	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	935,97	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	823.979,88	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	416.979,88
Depósitos	11,08	Depósitos	11,08
Depósitos em Diversas Origens	11,08	Depósitos em Diversas Origens	11,08
Obrigações em Circulação	416.968,80	Obrigações em Circulação	416.968,80
Obrigações a Pagar	416.968,80	Obrigações a Pagar	416.968,80
Fornecedores	416.968,80	Fornecedores	416.968,80
Interferências Ativas	407.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	407.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	38.542,81	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	35.541,36
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	38.542,81	Bancos Conta Movimento	35.541,36
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	869.431,04	TOTAL	869.431,04

Fonte: Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário

ANTONIO COLUSSI
Ordenador de Despesa

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

Balanço Financeiro FUNDO MUNICIPAL de SAÚDE de CONCORDIA Dezem bro /2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.903.862,78	ORÇAMENTÁRIA	3.861.506,39
Receitas Orçamentárias	1.903.862,78	Despesas Correntes	3.395.720,82
Receitas Correntes	1.903.862,78	Pessoal e Encargos Sociais	1.405.239,45
Receita Tributária	30.984,20	Outras Despesas Correntes	1.990.481,37
Receitas Patrimoniais	10.336,88	Despesas de Capital	262.088,41
Transferências Correntes	1.860.754,18	Investimentos	262.088,41
Outras Receitas Correntes	1.787,52	Despesas Intra-Orçamentárias	203.697,16
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	203.697,16
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.518.948,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.178.948,16
Realizável	2.734,55	Realizável	2.734,55
Créditos em Circulação	2.734,55	Créditos em Circulação	2.734,55
Depósitos	312.917,82	Depósitos	312.917,82
Consignações	1.787,52	Consignações	1.787,52
Depósitos em Diversas Origens	311.130,30	Depósitos em Diversas Origens	311.130,30
Obrigações em Circulação	3.863.295,79	Obrigações em Circulação	3.863.295,79
Obrigações a Pagar	3.863.295,79	Obrigações a Pagar	3.863.295,79
Fornecedores	2.220.293,82	Fornecedores	2.220.293,82
Pessoal a Pagar	1.453.035,25	Pessoal a Pagar	1.453.035,25
Encargos Sociais a Recolher	189.966,72	Encargos Sociais a Recolher	189.966,72
Interferências Ativas	2.340.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.340.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.487.558,82	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.869.915,21
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	131.721,09	Bancos Conta Movimento	368.303,94
Bancos Conta Vinculada	1.355.837,73	Bancos Conta Vinculada	1.501.611,27
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	9.910.369,76	TOTAL	9.910.369,76

Fonte: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

GENAIR LOURDES BOGONI
 Ordenador da Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
 Responsável Setor Contábil FMS
 CRC/SC 17.218

Balanço Financeiro PREFEITURA MUNICIPAL de CONCÓRDIA Dezem bro /2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Balanço Financeiro
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Dezem bro /2011

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	9.931.164,32	ORÇAMENTÁRIA	12.177.375,21
Receitas Orçamentárias	9.931.164,32	Despesas Correntes	8.359.461,71
Receitas Correntes	9.832.616,52	Pessoal e Encargos Sociais	4.945.976,58
Receita Tributária	1.397.702,23	Juros e Encargos da Dívida	38.279,44
Receitas de Contribuições	166.749,27	Outras Despesas Correntes	3.375.205,69
Receitas Patrimoniais	143.340,69	Despesas de Capital	3.025.789,91
Receitas de Serviços	32.860,75	Investimentos	2.939.595,53
Transferências Correntes	8.901.070,44	Amortização	86.194,38
Outras Receitas Correntes	328.463,06	Despesas Intra-Orçamentárias	792.123,59
(-)Deduções da Receita Corrente	1.137.569,92	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	792.123,59
Receitas de Capital	98.547,80	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Alienação de Bens	24.436,01		
Transferências de Capital	74.111,79		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.729.496,20	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	18.033.149,00
Realizável	19.080,55	Realizável	19.080,55
Créditos em Circulação	19.080,55	Créditos em Circulação	19.080,55
Depósitos	1.295.231,26	Depósitos	1.466.086,01
Consignações	131.152,23	Consignações	131.152,23
Depósitos em Diversas Origens	1.164.079,03	Depósitos em Diversas Origens	1.334.933,78
Obrigações em Circulação	12.280.344,78	Obrigações em Circulação	12.284.213,02
Obrigações a Pagar	12.280.344,78	Obrigações a Pagar	12.284.213,02
Fornecedores	6.327.740,69	Fornecedores	6.256.427,60
Pessoal a Pagar	5.438.284,44	Pessoal a Pagar	5.438.284,44
Encargos Sociais a Recolher	309.559,99	Encargos Sociais a Recolher	309.559,99
Obrigações Tributárias	176.406,55	Obrigações Tributárias	176.406,55
Recursos Especiais a Liberar	28.353,11	Recursos Especiais a Liberar	103.534,44
Acréscimos Patrimoniais	47.004,12	Interferências Passivas	4.263.769,42
Interferências Ativas	87.835,49	Transferências Financeiras Concedidas	4.263.769,42
Transferências Financeiras Recebidas	87.835,49		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	19.506.437,44	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12.956.573,75
Caixa	2.664,16	Caixa	24.083,42
Bancos Conta Movimento	9.717.662,99	Bancos Conta Movimento	10.924.339,95
Bancos Conta Vinculada	1.516.816,60	Bancos Conta Vinculada	1.414.492,99
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	7.438.121,63	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	831.172,06	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	593.657,39
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	43.167.097,96	TOTAL	43.167.097,96

Fonte: Pref. Mun. de Concórdia

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM P. B. BICCA N.
SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contador
CRC/SC 028226/O-9

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Concessão de Férias

PORTARIA Nº 010 DE 13 DE JANEIRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E CONVERSÃO EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público, Sr. ENIO LUIZ TECHIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22/04/2010 à 21/04/2011, sendo que 20 (vinte) dias serão gozadas no período de 23/01/2012 à 11/02/2012 e 10 (dez) dias serão transformados em abono pecuniário correspondente ao período de 12/02/2012 à 21/02/2012.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias e ao abono pecuniário, serão pagos no mês de janeiro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta - SC 13 de janeiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

ENIO LUIZ TECHIO Ciente em: ____/____/2012

Concessão de Férias

PORTARIA Nº 011 DE 13 DE JANEIRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/09/2010 à 14/09/2011, que serão gozadas no período de 01/02/2012 à 01/03/2012.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês janeiro do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 13 de janeiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

ISABEL CRISTINA TOZZO Ciente em: ____/____/2012.

Concessão de Férias

PORTARIA Nº 012 DE 13 DE JANEIRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. SOLANGE MARIA D. LANZARIN, ocupante do Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/01/2010 à 15/01/2011, que serão gozadas no período de 23/01/2012 à 21/02/2012.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês janeiro do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 13 de janeiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

SOLANGE MARIA D. LANZARIN Ciente em: ____/____/2012.

Notificação de recursos Federais**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 11/01/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.378,56
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.378,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.378,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.427,14
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	951,42

Notificação de recursos Federais**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 12/01/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.423,45
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	14.423,45
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	14.423,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	8.654,07
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	5.769,38

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 001/12

EXTRATO DO CONTRATO 001/12

Processo de licitação nº 142/11

Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço nº 043/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de 6.100 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 710.000,00 (Setecentos e Dez Mil Reais).

Data da Assinatura: 05/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 002/12

EXTRATO DO CONTRATO 002/12

Processo de licitação nº 143/11

Modalidade Pregão Presencial nº 044/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.552.792/0001-23, estabelecida na Rua Emmerich Ruysam, 185-Apto.402 - Vila Nova CEP 89.259-530, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para elaboração de projeto básico de terraplenagem, pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e obras complementares, incluindo levantamento topográfico de diversas Ruas do Município, com extensão aproximada de 5.295,00 metros, e, fiscalização das obras em andamento e elaboração de novos projetos na área de Infra Estrutura no Município de Corupá, disponibilizando 01 (um) engenheiro civil, no período de 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 75.500,00 (Setenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais).

Data da Assinatura: 05/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 003/12

EXTRATO DO CONTRATO 003/12

Processo de licitação nº 144/11

Modalidade Pregão Presencial nº 045/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TISSI COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.970.347/0001-20 e inscrição Estadual nº 253.527.309, estabelecida na Rua Paulo Voltolini, 175, Nereu Ramos, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de empresa de engenharia elétrica para REVISÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR NOS PRÉDIOS DAS UNIDADES ESCOLARES do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 80.250,00 (Oitenta Mil e Duzentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 05/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 173/11

EXTRATO DO CONTRATO 173/11

Processo de licitação nº 135/11

Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço nº 041/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BORRACHARIA CORUPÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.573.105/0001-90 e inscrição Estadual nº 42203024782, estabelecida na BR-280- Rodovia Prefeito Engenbert Oechsler, 468-Sala 02 - Seminário, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de eventuais aquisições parceladas de Serviços de Montagem e conserto de Pneus dos veículos e máquinas que compõe a Frota Municipal, para uso das Secretarias do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 18.890,00 (Dezoito Mil e Oitocentos e Noventa Reais).

Data da Assinatura: 22/12/2011

Data da Vigência: 22/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 174/11

EXTRATO DO CONTRATO 174/11

Processo de licitação nº 136/11

Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço nº 042/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.018.430/0001-05 e inscrição Estadual nº 255.457.006, estabelecida na Rua Amadeu Felipe da Luz, 59 - Centro, CEP 89.130-000, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de remanufaturas de toner e cartuchos de tinta para uso nos periféricos de diversas Secretarias do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 21.695,00 (Vinte e Um Mil e Seiscentos e Noventa e Cinco Reais).

Data da Assinatura: 15/12/2011

Data da Vigência: 15/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preços Nº 7/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2012

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de pneus de fabricação nacional para manutenção da frota desta Secretaria no período de Fevereiro a Dezembro de 2012, conforme anexo I e demais condições constantes neste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/02/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/02/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Curitibanos, 02 de Janeiro de 2012.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Republicação Edital de Concorrência Nº 175/2011 REPUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 175/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência do tipo maior oferta, para seleção de instituição financeira para ocupar e explorar, através de permissão onerosa de uso de espaço público, pelo período de 60 (sessenta) meses, bem como a conta salário da Folha de Pagamento dos servidores da administração municipal ativos e inativos e a possibilidade de operar empréstimos com consignação em folha de pagamento mediante convênio, conforme este edital e minuta de contrato que fica fazendo parte integrante deste edital, da seguinte forma:

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia de 24 de fevereiro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 24 de fevereiro de 2012.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 13 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 16/2012

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para prestação de 60 serviços funerários para atendimento a pessoas carentes, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 02/02/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 02.02.2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se

à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de dezembro de 2011.
ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 01/2012 - FMS- Dispensa de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Contratação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde, conforme especificações e quantidades estimadas em anexo, para o exercício de 2012.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos serviços contratados importam em R\$ 203.762,00 (duzentos e três mil, setecentos e sessenta e dois reais) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

Os valores pagos para cada serviço serão fixos e irrevogáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para realização de exames, consultas médicas especializadas e assessoria e manutenção de programas na área da saúde se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 16 de janeiro de 2012.

VANESSA JORDÃO DE OLIVEIRA

Pres. Com. Perm. Licitação

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 006/2012
Edital de Pregão Presencial nº 005/2012

Objeto: Contratação de difusão radiofônica semanal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 30/01/2012. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Extrato de Edital de Pregão 006/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 008/2012
Edital de Pregão nº 006/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos e suplementos de informática e material de expediente. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/01/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 03/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 03/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LINE TELEINFORMÁTICA LTDA ME

OBJETO - contratação de empresa para prestar serviços de manutenção corretiva e preventiva das centrais telefônicas, ramais, linhas, entre outros relacionados a telefonia fixa, durante o

exercício de 2012.

VALOR - R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), por mês, perfazendo um valor global de R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 130/PMF/2011

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23)

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 04/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 04/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME.

DO OBJETO - fornecimento pela CONTRATADA de forma parcelada, de tubos de concreto de vários diâmetros e ter as resistências mínimas especificadas em NBR 8890/2003, para uso em diversas obras no Município de Forquilha-SC.

VALOR - R\$ 566.160,00 (quinhentos e sessenta e seis mil cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2012

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 124/PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 10 de janeiro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato PMF Nº. 182/2011

EXTRATO DO CONTRATO PMF Nº. 182/2011

DOADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DONATÁRIO - ASSOC. DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO-BRASILEIRO

OBJETO - O DOADOR, através deste ato, doa a DONATÁRIA o imóvel acima descrito para que a DONATÁRIA construa o Memorial do Centenário de Colonização de Forquilha, na forma disposta na Lei Municipal nº. 1.744, de 29 de novembro de 2011.

FUNDAMENTO LEGAL - fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº. 1.744, de 29 de novembro de 2011.

DATA DA ASSINATURA - 30 de novembro de 2011.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
Vanderlei Alexandre

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 02/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 02/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 082/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços com fornecimento de material na construção do Centro de Triagem A com 600 m², localizado na Rua 267, Bairro Ouro Negro, Forquilha/SC, conforme Processo nº. 25100.063.553/2009-12, Termo de Compromisso nº. TC/PAC 721/09, firmado junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo;

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 082/PMF/2011 para mais 60 (sessenta dias), sendo que o prazo estipulado anteriormente em 08/01/2012 passará para 08/03/2012 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 15/05/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 06/01/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio PMF Nº. 01/2012

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº. 01/2012

CONVENENTES - Município de Forquilha e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Forquilha.

OBJETO - Assegurar o atendimento educacional especializado as crianças portadoras de deficiência física e mental.

VIGÊNCIA - 02/01/2012 até 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Municipal nº. 879 e alterações posteriores, de 03 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08/06/94 e Lei Orgânica Municipal, Art. 166, acrescido do Art. 166-A, pela Emenda 02/2008.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA - 05.2.019.13.3..50.01.00 (81) - Assistência Financeira a Entidades.

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2012.

SIGNATÁRIOS: Vanderlei Alexandre, Prefeito Municipal e Lizabeth Terezinha Tomazi da Silva, pela Associação.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
Vanderlei Alexandre

APAE
Lizabeth Terezinha Tomazi da Silva

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0019/2012

DECRETO Nº 0019, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2122, de 07 de dezembro de 2011 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.040.160,97 (dois milhões, quarenta mil, cento e sessenta reais e noventa e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros Educacionais
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9306 (254) R\$ 150.072,18

07.02 - Cultura
13.392.0014.1.019 - Construção de Espaços culturais
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9239 (255) R\$ 183.909,05

13.392.0014.1.020 - Construção de Centro de Eventos
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9232 (256) R\$ 993.587,02

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Av. e Logradouros Públicos
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9224 (257) R\$ 151.671,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9226 (258) R\$ 98.200,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9227 (259) R\$ 61.455,66

10.02 - Segurança Pública
06.181.0024.1.039 - Sinalização Viária Horizontal e Vertical
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9236 (262) R\$ 143.916,26
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9237 (263) R\$ 151.068,05

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento econômico
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
22.661.0026.2.060 - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9243 (264) R\$ 11.281,75

22.691.0027.2.061 - Programa de Incentivos ao Comércio e Serviços
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9243 (265) R\$

95.000,00

Total R\$ 2.040.160,97

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão respectivamente à conta dos Convênios/Contrato de Repasse: Nº 700096/2008 do Ministério da Educação, Nº 0333195-85/2010 do Ministério do Turismo, Nº 1.249/2010-1 do Estado de Santa Catarina através do Secretaria de Desenvolvimento Regional de Videira, Nº 0259131-41/2008 do Ministério do Turismo, Nº 0308603-04/2009, Nº 0315275-83/2009 e Nº 0336040-80/2010 do Ministério das Cidades, Nº 0333698-68/2010 do Ministério do Turismo, Nº 0330526-23/2010 e Nº 0336006-65/2010 do Ministério das Cidades e Nº 001878/2011-30 do Ministério do Trabalho e Emprego celebrados com o Município de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0020/2012

DECRETO Nº 0020, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 454.734,99 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0403 (63) R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0403 (64) R\$ 35.682,06
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0409 (65) R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0409 (66) R\$ 19.602,03
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0416 (67) R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0416 (68) R\$ 36.512,34
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0417 (69) R\$ 1.814,96
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0415 (70) R\$ 1.707,42

10.301.0016.2.033 - Saúde da Família
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0405 (71) R\$ 14.005,00

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0406 (72) R\$ 100.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0406 (73) R\$ 16.922,97

10.301.0017.2.035 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0418 (74) R\$ 28.189,36
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0422 (75) R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0422 (76) R\$ 12.021,97
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0424 (77) R\$ 15.026,54

10.301.0017.2.036 - Assistência Farmacêutica
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0404 (78) R\$ 15.879,50
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0413 (79) R\$ 3.381,66

10.301.0017.2.037 - Gestão do SUS
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0420 (80) R\$ 22.934,93

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0407 (81) R\$ 6.054,25
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0407 (82) R\$ 15.000,00

Total R\$ 454.734,99

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta de parte do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
 FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2012.
 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0021/2012

DECRETO Nº 0021, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.164.684,13 (Um milhão, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e treze centavos), nas seguintes dotações:

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0292 (214) R\$ 76.246,03

16.482.0004.1.008 - Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Urbanas
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0289 (237) R\$ 15.145,72

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01 - Educação Geral
 12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0301 (215) R\$ 272.435,05
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0301 (216) R\$ 200.000,00

12.361.0006.2.012 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0303 (217) R\$ 24.416,52
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0310 (218) R\$ 24.996,44

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0302 (219) R\$ 12.918,71

12.362.0008.2.017 - Transporte Escolar do Ensino Médio
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0311 (220) R\$ 9.267,06

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0322 (221) R\$ 114.218,90

12.306.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0306 (222) R\$ 2.797,79
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0307 (223) R\$ 6.580,31
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0308 (224) R\$ 15.618,83

12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0305 (225) R\$ 29,65
 12.306.0012.2.027 - Alimentação Escolar de Jovens e Adultos
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0304 (226) R\$ 33,85

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0216 (227) R\$ 10.552,36

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
 10.01 - Secretaria de Infraestrutura
 15.452.0023.2.050 - Manutenção da Iluminação Pública
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0217 (228) R\$ 8.429,18

10.02 - Segurança Pública
 06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0203 (229) R\$ 30.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0203 (230) R\$

22.527,95
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0204 (231) R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0204 (232) R\$ 15.922,33
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0205 (233) R\$ 18.000,00
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0205 (234) R\$ 10.110,01

06.182.0024.2.052 - Manutenção do FUNREBOM
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0700 (235) R\$ 18.301,42
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0700 (236) R\$ 100.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social
 11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção a Pessoa com Necessidades Especiais
 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.3.0505 (238) R\$ 1.735,16

08.243.0025.2.055 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0504 (239) R\$ 12.453,72

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0509 (243) R\$ 10.000,00
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0510 (244) R\$ 13.000,00
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0511 (245) R\$ 28.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0507 (240) R\$ 3.804,36
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0509 (246) R\$ 5.637,68
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0510 (247) R\$ 10.175,87
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0511 (248) R\$ 20.061,52
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0516 (249) R\$ 55,76
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0502 (250) R\$ 1.264,16
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0507 (242) R\$ 5.000,00

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
 08.243.0025.2.059 - Manut. do Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente
 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativo - Recurso 0.3.0600 (251) R\$ 19.436,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0600 (252) R\$ 5.511,79

Total R\$ 1.164.684,13

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta de parte do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade

com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
 FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2012.
 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0022/2012

DECRETO Nº 0022, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
 08.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.302.0017.2.035 - Atenção de Média de Alta Complexidade Ambulatorial
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0400 (85) R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
 FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2012.
 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
 Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0129/2012

PORTARIA Nº 0129, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.
 Prorroga Licença a Servidor Público.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010 e com o Processo Administrativo nº 0103, de 04 de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar licença sem remuneração ao servidor SANTI-LINO JOSÉ OLIVIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº

226.206.569-15, servidor nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de janeiro de 2012 até 04 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de janeiro de 2012, revogando-se as disposições em contrário

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0130/2012

PORTARIA N.º 0130 DE 16 DE JANEIRO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 003/2011, homologado pelo decreto 280/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIO CESAR DACOL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.381.289-17, no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 17 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0131/2012

PORTARIA N.º 0131 DE 16 DE JANEIRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ROBERTA PEDROSO LEANDRO DE PAULA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.812.279-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0001/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2012 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2011 - FMS

Objeto: Realização de cursos - treinamentos - com diversos temas direcionados a servidores da saúde, englobando os enfermeiros, técnicos em enfermagem, agentes comunitários de saúde, profissionais do PA e do SAMU e ainda os profissionais que atuam em diversos setores da Secretaria de Saúde entre os dias 30/01 a 11/02/2012, neste município. Contratada: VITAL TREINAMENTOS GERENCIAIS E PROFISSIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.336.388/0001-08. Valor: R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais) em uma única parcela, no prazo de até 15 (quinze) dias após o término dos cursos; Fundamento Legal: Art. 25, inc. II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 16 de janeiro de 2012.

NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Aviso do Pregão Presencial Nº 0001/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de suplementos alimentares para crianças carentes do município de Fraiburgo no período de fevereiro a maio de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 31/01/2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de janeiro de 2012.

NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0003/2012-PMF RP 0002

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0002/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos que freqüentam os Centros Municipais de Educação durante o período de fevereiro a abril de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 30/01/2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0005/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de equipamentos para monitoramento de segurança com serviços de instalação para a Unidade de Saúde da Vila Salete (PA) e para o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) do Fundo Municipal de Saúde - FMS. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:30 horas do dia 01/02/2012. Abertura: Às 09:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0037/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0037/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ na Rua Fuji, Loteamento Macieira, Bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 6.218,00 m2 de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas, VIAPAV CONSTRUTORA LTDA e ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, não havendo recurso contra este julgamento, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS, designado para dia 25/01/2012 às 09h15min.

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 4.681 de 12 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº 4.681 DE 12 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA KÁTIA VARGAS SOARES PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada KÁTIA VARGAS SOARES, portadora do CPF nº 019.812.809-60, para o cargo em comissão de Secretária Escolar - Nível CC, Ref. 45 com 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.683, de 12 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 4.683, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, o aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	LOTAÇÃO
Emanuele Karina Oeschler	Professora Educação Infantil	40	CDI Irmã Cecília Venturi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.673 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.673 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO, Professora de Educação Infantil DOC III - 4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Maria da Silva, para 40 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.674 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.674 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ELISANGELA CORREIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora ELISANGELA CORREIA, Professora de Educação Infantil DOC III - 4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Fátima Regina, para 40 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.675 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.675 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ROSELI FELISKY.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora ROSELI FELISKY, Professora de Educação Infantil DOC III - 4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Maria da Silva, para 40 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.676 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.676 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT, Professora de Educação Infantil DOC III - 4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Vovó Leonida, para 40 horas semanais no mesmo local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.677 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.677 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA KÁTIA ROZANA SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 08 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora KÁTIA ROZANA SPENGLER, Professora de Anos Iniciais DOC IV - 4, lotada com 20 horas semanais na EEB Ervino Venturi, para 40 horas semanais, sendo 20 horas no mesmo

local e 20 horas na EEB Angélica S. Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.678 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.678 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 08 de fevereiro de 2012, a carga horária do servidor EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS, Professor de Inglês DOC III - 6, lotado com 30 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Luiz Franzói e 10 horas na EEB Vitório A. Cardoso, para 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Luiz Franzói, 10 horas na EEB Vitório A. Cardoso, 5 horas na EEB Mário Pederneiras e 5 horas na EEB Ana Lira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.679 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.679 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR VALENTIN FURTONATO BONELLI NETO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 08 de fevereiro de 2012, a carga horária do servidor VALENTIN FURTONATO BONELLI NETO, Professor de Ciências DOC III - 4, lotado com 20 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Luiz Franzói e 5 horas na EEB Norma M. Sabel, para 30 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Luiz Franzói, 5 horas na EEB Norma M. Sabel e 10 horas na EEB Zenaide S. Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.680 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.680 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA TAMILY ROEDEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 08 de fevereiro de 2012, a carga horária da servidora TAMILY ROEDEL, Professora de Ciências DOC III - 2, lotada com 10 horas semanais na EEB Ferandino Dagnoni, para 30 horas semanais, sendo 10 horas no mesmo local e 20 horas na EEB Zenaide S. Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.617 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.617 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA SANIRA CRISTINA DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por permuta com a servidora Marise Kremer Theiss, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora SANIRA CRISTINA DIAS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Dep. Francisco Mastella, para 40 horas semanais no CDI Ivan Carlos Duarte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.618 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.618 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA MARISE KREMER THEISS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por permuta com a servidora Sanira Cristina Dias, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora MARISE KREMER THEISS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Ivan Carlos Duarte, para 40 horas semanais no CDI Dep. Francisco Mastella.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.619 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.619 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA SAMARA SCHEIDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora SAMARA SCHEIDT, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Fátima Regina, para 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.620 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.620 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA REGIANE C. GONÇALVES SULZBACHER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora REGIANE C. GONÇALVES SULZBACHER, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Maria da Silva (Vovó Lica), para 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.621 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.621 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA GIOVANA APARECIDA DE CAMARGO VARELA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora GIOVANA APARECIDA DE CAMARGO VARELA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, para 40 horas semanais no CDI Deputado Francisco Mastella.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.622 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.622 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA SILVIA DE AMORIM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora SILVIA DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Sônia Gioconda Beduschi Buzzi, para 40 horas semanais no CDI Cachinhos de Ouro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.623 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.623 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA ROSMARI ELZA NUNES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora ROSMARI ELZA NUNES, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, para 40 horas semanais no CDI Vovó Benta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.624 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.624 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA ROSALI WOLTER GOEDERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora ROSALI WOLTER GOEDERT, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, para 40 horas semanais no CDI Natália Andrade dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.625 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.625 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA GRASIELA DONINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012,

a servidora GRASIELA DONINI, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, para 40 horas semanais no CDI Thereza Beduschi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.626 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.626 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA IVONE BARBIERI RONCAGLIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora IVONE BARBIERI RONCAGLIO, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, para 40 horas semanais no CDI Thereza Beduschi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.627 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.627 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora NÁDIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil DOC III-4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Natália Andrade dos Santos, para 20 horas semanais no CDI Maria da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.628 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.628 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA ROSELI FELISKY.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora ROSELI FELISKY, ocupante do cargo efetivo de

Professora de Educação Infantil DOC III-4, lotada com 20 horas semanais vespertino no CDI Thereza Beduschi, para 20 horas semanais no CDI Maria da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.629 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.629 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA TÂNIA REGINA BERNZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora TÂNIA REGINA BERNZ, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil/Anos Iniciais DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 no CDI Thereza Beduschi e 20 horas na EEB Zenaide S. Costa, para 20 horas semanais na EEB Zenaide S. Costa e 20 horas semanais na EEB Ferandino Dagnoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.630 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.630 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA KÁTIA MILENE DE SOUZA FIDÉLIS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora KÁTIA MILENE DE SOUZA FIDÉLIS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEF Augusto Schramm e 20 horas na EEB Norma M. Sabel, para 20 horas semanais na EEB Norma M. Sabel e 20 horas semanais na EEB Angélica S. Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.631 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.631 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA CLEUSA BOETTGER SANSÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a

servidora CLEUSA BOETTGER SANSÃO, ocupante do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais na EEB Angélica S. Costa, para 20 horas semanais na EEB Angélica S. Costa e 20 horas semanais na EEF Prof. Olímpio Moretto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.632 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.632 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA ANGELA MERINI GRAHL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora ANGELA MERINI GRAHL, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física DOC IV-6, lotada com 30 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Vitório Anacleto Cardoso, 15 horas na EEF Prof. Olímpio Moretto, e 5 horas na EEB Norma M. Sabel, para 10 horas semanais na EEB Vitório Anacleto Cardoso e 20 horas semanais na EEF Prof. Olímpio Moretto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.633 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.633 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO O SERVIDOR JAN PAULO WEICKERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, o servidor JAN PAULO WEICKERT, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física DOC IV-8, lotado com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Zenaide S. Costa, 15 horas na EEB Belchior, 5 horas na EEB Rudolfo Gunther e 5 horas na EEB Norma M. Sabel, ficando com 10 horas na EEB Zenaide S. Costa, 20 horas na EEB Belchior, 10 horas na EEB Rudolfo Gunther

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.634 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.634 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.
REMOVE A PEDIDO O SERVIDOR EVANDRO ROBERTO MASTELOTTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são

conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, o servidor EVANDRO ROBERTO MASTELOTTO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Inglês DOC III-8, lotado com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Norma M. Sabel, 10 horas na EEB Belchior, 5 horas na EEB Ervino Venturi e 5 horas na EEB Prof. Olímpio Moretto, ficando com 20 horas na EEB Norma M. Sabel, 05 horas na EEB Belchior, 5 horas na EEB Rudolfo Gunther, 5 horas na EEB Ervino Venturi e 5 horas na EEB Prof. Olímpio Moretto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.635 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.635 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.

REMOVE A PEDIDO O SERVIDOR EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, o servidor EVANILDO DE OLIVEIRA RÔAS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Inglês DOC III-6, lotado com 30 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Luiz Franzói, 5 horas na EEB Ana Lira e 5 horas na EEB Mário Pederneiras, ficando com 20 horas na EEB Luiz Franzói, 10 horas na EEB Vitório Anacleto Cardoso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.636 de 10 de Janeiro de 2012.

P O R T A R I A Nº. 2.636 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.

REMOVE A PEDIDO A SERVIDORA CAMILA SCHREIBER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a servidora CAMILA SCHREIBER, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ciências DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais, sendo 5 horas na EEB Zenaide S. Costa, 30 horas na EEB Ferandino Dagnoni, e 5 horas na EEB Norma M. Sabel, ficando com 10 horas semanais na EEB Dolores L. S. Krauss e 30 horas semanais na EEB Ferandino Dagnoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de janeiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do termo aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 003/2009

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 003/2009. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: JOSE GONZAGA NUNES OBJETO: Locação de um imóvel com área de 90m2, na localidade de Ganchos do Meio, para uso da Secretaria de Educação abrigando a Casa da Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de Dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA - ALTERA VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: Fica aditado ao valor do contrato original previsto na Cláusula Quarta - Do valor, a quantia de R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais) em consonância com disposto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de Janeiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 004/2009

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 004/2009. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: MAURI GOMES. OBJETO: Locação de um imóvel constituído de 03 (três) salas de alvenaria, as mesmas medindo 7,00 X 4,00m. O imóvel será utilizado para a Secretaria Municipal de Educação, nos projetos de dança, música, judô e informática - PAIC (Portal de Acesso à Informação e Cidadania) na localidade de Areias de Baixo. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de Dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA - ALTERA VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: Fica aditado ao valor do contrato original previsto na Cláusula Quarta - Do valor, a quantia de R\$ 489,60 (quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 10.089,60 (dez mil oitenta e nove reais e sessenta centavos) em consonância com disposto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de Janeiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 046/2009

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 046/2009. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: DECOPEÇAS COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - EPP. OBJETO: É objeto do presente contrato a contratação de empresas para serviços de mão de obra em mecânica e elétrica de automóveis, caminhonetes, ônibus, caminhões e equipamentos pesados, com fornecimento de peças, conforme determina o edital

e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de Dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de Janeiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo Nº 001/2012 ao Contrato Nº 079/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 079/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: SUPORTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de placas de sinalização com fornecimento de materiais para sinalização do trânsito no município.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de Dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de Janeiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - FMS.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial nº. 01/2012 que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA AS NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS: CORTICEIRA E CAIXA D'ÁGUA.

Onde lê-se:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a entregar os objetos licitados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 03 (três) dias após solicitação através de ordem de compra ().

Leia-se:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a entregar os objetos licitados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 30 (trinta) dias após solicitação através de ordem de compra ().

A data de abertura da licitação será no mesmo dia, local e horário disposto no edital de Licitação, mantendo inalteradas as demais cláusulas do Edital.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM (SC), 13/01/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3000/2012

Decreto nº 3000/2012 de 13 de janeiro de 2012.

"Atribui a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) a competência de Unidade Gestora de Orçamento, e dá outras providências".

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto Federal nº 7.257/2010 de 04 de agosto de 2010 e na Lei nº 4.320/1964 de 17 de março de 1964;

DECRETA:

Art. 1º. - A Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), além de suas atribuições legais, passa a ter a competência de Unidade Gestora de Orçamento.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 13 de janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Portaria Nº 056/2012

PORTARIA Nº 056/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 12 de janeiro de 2012, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora ZENILISA MARIA FRIEDRICH (Matr. 515), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/F, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 057/2012

PORTARIA Nº 057/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 12 de janeiro de 2012, da servidora BERNARDETE MARIA SPIER (Matr. 3083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2012

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas para dar publicidade aos atos, programas educativos e campanhas institucionais do poder executivo municipal

CREDENCIADO

JACILDA AURORA ZAGO SCHIMITT

VALOR CREDENCIADO

CMC PRETO & BRANCO R\$ 4,50

CMC COLORIDO R\$ 6,50

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste, 13 de janeiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2012

OBJETO

Credenciamento de Clínica Médica para prestação de serviços Consultas Médicas nas áreas de Ginecologia e Obstetrícia e de Pequenos procedimentos cirúrgicos.

CREDENCIADO

CLINICA FEMINA LTDA.

VALOR CREDENCIADO

R\$ 15.000,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste, 13 de janeiro de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS

Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2012
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2012

OBJETO

Credenciamento de Clínica Médica para prestação de serviços de Serviço de residência terapêutica.

CREDENCIADO

CLINICA REVIVER LTDA.

VALOR CREDENCIADO

R\$ 5.800,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste, 13 de janeiro de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do FMS

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 176.2011

DECRETO PMI Nº 176, de 29 de dezembro de 2011

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM

Manutenção das atividades do FUNREBOM

06.182.0012-2.086

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (0003) Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL 10.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM

Manutenção das atividades do FUNREBOM

06.182.0012-2.086

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI nº 172, de 26 de dezembro de 2011.

Imbituba, 29 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 016/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 016, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Odontólogo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Leonardo Ferreira	Odontólogo - PSFB	031.282.679-60	03/01/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 017/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 017, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Enfermeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Aurea Ines Presa	Enfermeira	005.162.240-85	14/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 018/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 018, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Juliana Ribeiro Arantes	Psicóloga	055.052.009-07	14/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 019/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 019, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Josiane Natália Pacheco dos Santos	Servente Merendeira	017.914.099-03	20/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 020/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 020, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Analista de Trânsito, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 02/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Adriano José de Souza Dalbosco	Analista de Trânsito	033.975.639-09	22/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 021/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 021, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Enfermeiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, admitido com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Carlos Eduardo da Silva	Enfermeiro	032.343.789-32	21/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 022/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 022, de 13 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Assistente Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, admitida com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Denise Silva Maisto	Assistente Social	335.157.190-91	22/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de dezembro de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI Nº 005.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 005, de 11 de janeiro de 2012.
Dispõe sobre alteração da Portaria PMI/SEAGP nº 158, de 07 de outubro de 2011 que nomeou os membros do Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base no art. 6º da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº 054, de 29 de setembro de 1995, que instituiu o Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Em substituição aos representantes da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, do Conselho de Recursos Humanos, ficam nomeados os seguintes membros:

- I - Titular e presidente Sr. Flávio da Rosa, substituindo a Sra. Andreza Barcelos Carvalho;
- II - Suplente Sr. Michel Martins, substituindo o Sr. Flávio da Rosa.

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria n.º 158, de 07 de outubro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de janeiro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Edital SEAGP Nº 034/2012

EDITAL SEAGP Nº 034/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de Janeiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 034/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Atendente de Consultório Odontológico

Aniely Ramos de Oliveira

Termo de Fiscalização Nº 040.2011

 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA SECRETARIA DA FAZENDA DIRETORIA DE CONTROLE TRIBUTÁRIO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 040/2011	
Contribuinte: HOTEL FAZENDA VERDE LTDA-EPP			
Endereço: ESTRADA GERAL PRAIA DO ROSA, S/N			CEP: 88.780-000
Bairro: IBIRAQUERA		Município: IMBITUBA	UF: SC
Tipo de Estabelecimento:		Inscrição Municipal:	CNPJ:
<input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> MATRIZ		123880	03.569.014/0001-19
<p>Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2011, foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima identificado. Com o início deste procedimento fiscal, ficam suspensos benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de qualquer obrigação tributária (Parágrafo Único do art. 138 da Lei nº 5.172/66 - CTN) e seu prazo de encerramento está previsto para 60 (sessenta) dias, se não previamente prorrogado. Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei Municipal nº 3.019/2006, fica o responsável pelo estabelecimento, intimado a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, no <u>Departamento de Fiscalização</u>, localizado à Av. Dr. João Rimsa, 601 - Centro, até às 19:00h, a documentação abaixo discriminada, correspondente ao período de 01/2006 a 11/2011.</p>			
GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN PRÓPRIO <input checked="" type="checkbox"/> ISSQN RETIDO NA FONTE GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXAS <input checked="" type="checkbox"/> Taxa de Licença, anos de 2006 à 2011 <input type="checkbox"/> Alvará Bombeiros _____ <input type="checkbox"/> Alvará Vigilância Sanitária _____ <input type="checkbox"/> Outras Taxas _____ DOCUMENTOS CADASTRAIS <input checked="" type="checkbox"/> Contrato Social e Alterações <input checked="" type="checkbox"/> Estatuto Social e Alterações		LIVROS, DEMONSTRATIVOS E DOCUMENTOS FISCAIS <input checked="" type="checkbox"/> De Registros de Serviços <input checked="" type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Razão <input checked="" type="checkbox"/> Caixa <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados <input type="checkbox"/> Nota Fiscal de Venda - Blocos (ICMS) <input checked="" type="checkbox"/> Nota Fiscal de Serviços - Blocos OUTROS <input checked="" type="checkbox"/> Informar a quantidade e tipo de acomodações; <input checked="" type="checkbox"/> Valor individualizado por tipo de acomodação; Livro e/ou ficha de hóspedes; Extratos de cartões de crédito emitidos pelas respectivas administradoras	
Observações: 1. Caso a empresa esteja desobrigada de escriturar o Livro Diário (optantes do SIMPLES Federal) deverá apresentar, em substituição aos Livros Diário e Razão, o Livro Caixa; 2. Todos os livros apresentados deverão ser autenticados no órgão responsável, para assegurar sua veracidade e inviolabilidade. 3. O prazo para entrega dos documentos inicia-se a partir do recebimento deste.			
Para seu conhecimento e atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional (Lei nº. 5.172 de 25/10/66), e o art. 126 da Lei Municipal nº 3.019/2006 do município de Imbituba, lavrei o presente termo que, vai assinado por mim e pelo responsável da empresa.			
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL		AUTORIDADE FISCAL	
Nome:		EDUARDO CRISTIANO MORAES AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MATRICULA Nº 5451	
Cargo:	CPF:		
Declaro que recebi 2ª via do presente termo.			
Data:	Assinatura:		

Iomerê

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 0001/2012

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação 0001//2012

O Município de Iomerê torna pública a inexigibilidade de licitação para aquisição de Material Didático Pedagógico.

Fornecedor: VEZ - Instituto Unibrasil para Desenvolvimento da Ciência e da Cultura.

Valor: R\$ 111.416,00

Iomerê, 16 de janeiro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis

HOSPITAL BOM JESUS

Resolução 002/2012

RESOLUÇÃO NR. 02/2012

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO - PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Nilda Edite Banhuki Galvão, usando da competência que lhe confere com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da LC 007/2001, em conformidade com o Decreto nº 2155/2011, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada, **R E S O L V E :**

Art.1.º - Fica reformulada a nominata do Pregoeiro e da Equipe de Apoio para atuar em procedimentos licitatórios, realizados pelo Hospital Municipal Bom Jesus, na modalidade Pregão Presencial, ficando assim composta:

Pregoeiro:

Edinéia Ambrosi Levandoski

Membros da Equipe de Apoio:

Edinilson Brand

Rosane Aparecida de Oliveira

Giseli Kempinski

Daniela Aparecida Fritzen

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogados os termos da Resolução nº 004/2011 de 18/02/2011 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus, 16 de janeiro de 2.012.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente HMBJ

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.988 de 10 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 3.988 DE 10 DE JANEIRO DE 2012.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento especificamente ao que se reporta a Lei 8.666/93, em seu art. 51 § 4º,

DECRETA:

Art. 1º A Servidora ISABELA TOSCAN MITTERER, nomeada pelo Decreto nº 3.897/2011 para compor a Comissão Municipal de Licitações, responsável pela promoção dos trabalhos gerais de Licitação do Município, fica substituída pelas Servidoras ANA PAULA BILIBIO e LURDES CORREIA DE ÁVILA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 10 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Alteração 2 PP 63/2011/PMJ - PL 133/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE ALTERAÇÃO 2

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 133/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2011/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 63/2011/PMJ (extrato PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 10/01/2012), cujo objeto é a "contratação de serviços radiofônicos, em emissoras de frequência AM e FM, com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, em conformidade com as especificações do objeto, durante o exercício financeiro de 2012":

1) No anexo V "MINUTA DO CONTRATO", na "CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO";

ONDE SE LÊ:

" 3.1. O valor total ora contratado é de R\$ (.....), correspondente ao (s) seguinte (s) item (ns):

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO R\$	VALOR TOTAL CONTRATADO R\$
1	2.500	un	Inserções de 30" (trinta segundos) cada uma, durante a programação das 7 às 18 horas, todos os dias da semana, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM)		

2	48	un	Programa semanal com, no mínimo, 15 (quinze) minutos, para a realização de entrevistas e divulgação de matérias de utilidade pública, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM), de acordo com a seguinte programação: 03 no mês de janeiro 03 no mês de fevereiro 04 no mês de março 04 no mês de abril 04 no mês de maio 04 no mês de junho 04 no mês de julho 05 no mês de agosto 04 no mês de setembro 05 no mês de outubro 04 no mês de novembro 04 no mês de dezembro		
3	03	vb	Cobertura e divulgação dos eventos relativos ao Aniversário do Município, Desfile Cívico de 07 de Setembro e Festival de Danças, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM).		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$					

“
LEIA-SE:
“O valor total ora contratado é de R\$ (.....),
correspondente ao (s) seguinte (s) item (ns):

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO R\$	VALOR TOTAL CONTRATADO R\$
1	2.500	un	Inserções de 30” (trinta segundos) cada uma, durante a programação das 7 às 18 horas, todos os dias da semana, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM)		
2	48	un	Programa com, no mínimo, 15 (quinze) minutos, para a realização de entrevistas e divulgação de matérias de utilidade pública, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM), de acordo com a seguinte programação: 05 no mês de fevereiro 07 no mês de março 05 no mês de abril 07 no mês de maio 07 no mês de junho 01 no mês de julho 03 no mês de outubro 07 no mês de novembro 06 no mês de dezembro.		

3	03	vb	Cobertura dos eventos relativos ao Aniversário do Município, Desfile Cívico de 07 de Setembro e Festival de Danças, em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM).		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$					

“
Conforme publicado no Diário Oficial dos Municípios em 16/01/2012, a data de abertura do referido será no dia 27/01/2012, a partir das 14 horas, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Da mesma forma, o prazo para Credenciamento e entrega dos envelopes será até as 14h do dia 27/01/2012.

Joaçaba (SC), 09 de janeiro de 2012.
JOVENTINO DE MARCO
Prefeito em Exercício

Extrato Alteração PP 43/2011/PMJ - PL 51/2011/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AVISO DE ALTERAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2011/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011/FMS

O Município de Joaçaba, por meio do Fundo Municipal de Saúde – FMS, torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 43/2011/FMS (extrato PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 10/01/2012), cujo objeto é a “Contratação de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadro informativo semanal de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012”:

1) No subitem 1.1. “DO OBJETO”;

ONDE SE LÊ:

“1.1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadro informativo semanal de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.”;

LEIA-SE:

“1.1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.”;

2) No subitem 1.2. “DA FORMA DE EXECUÇÃO”;

ONDE SE LÊ:

“1.2.1. A execução da veiculação dos quadros informativos (ITEM 1) e das inserções (ITEM 2) está prevista para iniciar a

partir do mês de fevereiro de 2011;

1.2.2. Cada quadro informativo de utilidade pública terá a duração de uma hora, semanalmente, cuja veiculação deverá ocorrer no período das 9h10min às 10h10min e será produzido e apresentado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

1.2.2.1. A quantidade total estimada de veiculação dos quadros informativos no exercício de 2012 é de 51 (cinquenta e uma), dividida semanalmente de acordo com a seguinte programação:

- 04 no mês de janeiro
- 04 no mês de fevereiro
- 05 no mês de março
- 04 no mês de abril
- 05 no mês de maio
- 04 no mês de junho
- 04 no mês de julho
- 05 no mês de agosto
- 04 no mês de setembro
- 04 no mês de outubro
- 04 no mês de novembro
- 04 no mês de dezembro”;;

LEIA-SE:

“1.2.1. A execução da veiculação dos quadros informativos (ITEM 1) e das inserções (ITEM 2) está prevista para iniciar a partir do mês de fevereiro de 2011;

1.2.1.1. As inserções e quadros informativos não serão veiculados no período de 03 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos do art. 73, VI, “b”, da Lei 9.504/97.

1.2.2. Cada quadro informativo de utilidade pública terá a duração de uma hora, cuja veiculação deverá ocorrer no período das 9h10min às 10h10min e será produzido e apresentado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

1.2.2.1. A quantidade total estimada de veiculação dos quadros informativos no exercício de 2012 é de 51 (cinquenta e uma), dividida de acordo com a seguinte programação:

- 06 no mês de fevereiro
- 07 no mês de março
- 07 no mês de abril
- 07 no mês de maio
- 07 no mês de junho
- 01 no mês de julho
- 03 no mês de outubro
- 07 no mês de novembro
- 06 no mês de dezembro”.

3) No anexo I “ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA CARTA PROPOSTA / VALOR DE REFERÊNCIA”;

ONDE SE LÊ:

“

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$

1	51	HR	Veiculação de quadro informativo de utilidade pública em emissora de rádio AM ou FM com duração de 01 uma hora semanal, das 9h10min às 10h10min, produzido e apresentado por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba – SC, de acordo com a seguinte programação: 04 no mês de janeiro 04 no mês de fevereiro 05 no mês de março 04 no mês de abril 05 no mês de maio 04 no mês de junho 04 no mês de julho 05 no mês de agosto 04 no mês de setembro 04 no mês de outubro 04 no mês de novembro 04 no mês de dezembro.	1.843,00		
02	1500	un	Inserções diárias de 45” (quarenta e cinco segundos) cada uma, em emissora de rádio AM ou FM, variáveis entre as 7 e as 18 horas, de segunda-feira à sábado, para divulgação de matérias de utilidade pública, emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.	26,80		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					R\$	

”

LEIA-SE:

”

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$

1	51	HR	Veiculação de quadro informativo de utilidade pública em emissora de rádio AM ou FM com duração de 01 uma hora, das 9h10min às 10h10min, produzido e apresentado por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba – SC, de acordo com a seguinte programação: 06 no mês de fevereiro 07 no mês de março 07 no mês de abril 07 no mês de maio 07 no mês de junho 01 no mês de julho 03 no mês de outubro 07 no mês de novembro 06 no mês de dezembro.	1.843,00		
02	1500	un	Inserções diárias de 45" (quarenta e cinco segundos) cada uma, em emissora de rádio AM ou FM, variáveis entre as 7 e as 18 horas, de segunda-feira à sábado, para divulgação de matérias de utilidade pública, emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.	26,80		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$		

"

4) No anexo V "MINUTA DO CONTRATO";

ONDE SE LÊ:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadro informativo semanal de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

1.2. A execução da veiculação dos quadros informativos (ITEM 1) e das inserções (ITEM 2) está prevista para iniciar a partir do mês de fevereiro de 2012;

1.2.1. Cada quadro informativo de utilidade pública terá a duração de uma hora, semanalmente, cuja veiculação deverá ocorrer no período das 9h10min às 10h10min e será produzido e apresentado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

1.2.1.1. A quantidade total estimada de veiculação dos quadros informativos de utilidade pública no exercício de 2011 é de 51 (cinquenta e uma), dividida semanalmente de acordo com a seguinte programação:

- 04 no mês de janeiro
- 04 no mês de fevereiro
- 05 no mês de março
- 04 no mês de abril
- 05 no mês de maio
- 04 no mês de junho
- 04 no mês de julho
- 05 no mês de agosto
- 04 no mês de setembro
- 04 no mês de outubro
- 04 no mês de novembro
- 04 no mês de dezembro";

LEIA-SE:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

1.2. A execução da veiculação dos quadros informativos (ITEM 1) e das inserções (ITEM 2) está prevista para iniciar a partir do mês de fevereiro de 2012;

1.2.1.1. As inserções e quadros informativos não serão veiculados no período de 03 (três) meses que antecede o pleito eleitoral, nos termos do art. 73, VI, "b", da Lei 9.504/97.

1.2.2. Cada quadro informativo de utilidade pública terá a duração de uma hora, cuja veiculação deverá ocorrer no período das 9h10min às 10h10min e será produzido e apresentado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

1.2.2.1. A quantidade total estimada de veiculação dos quadros informativos de utilidade pública no exercício de 2012 é de 51 (cinquenta e uma), dividida semanalmente de acordo com a seguinte programação:

- 06 no mês de fevereiro
- 07 no mês de março
- 07 no mês de abril
- 07 no mês de maio
- 07 no mês de junho
- 01 no mês de julho
- 03 no mês de outubro
- 07 no mês de novembro
- 06 no mês de dezembro".

5) No anexo V "MINUTA DO CONTRATO", na "CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO";

ONDE SE LÊ:

" 3.1. O valor total ora contratado é aquele apresentado na proposta vencedora do Processo de Licitação nº 51/2011, de acordo com o (s) seguinte (s) item (ns):

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO CONTRATA- DO R\$	VALOR TOTAL CONTRATA- DO R\$
1	51	HR	Veiculação de quadro informativo de utilidade pública em emissora de rádio AM ou FM com duração de 01 uma hora semanal, das 9h10min às 10h10min, produzido e apresentado por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba – SC, de acordo com a seguinte programação: 04 no mês de janeiro 04 no mês de fevereiro 05 no mês de março 04 no mês de abril 05 no mês de maio 04 no mês de junho 04 no mês de julho 05 no mês de agosto 04 no mês de setembro 04 no mês de outubro 04 no mês de novembro 04 no mês de dezembro.		
02	1500	un	Inserções diárias de 45" (quarenta e cinco segundos) cada uma, em emissora de rádio AM ou FM, variáveis entre as 7 e as 18 horas, de segunda-feira à sábado, para divulgação de matérias de utilidade pública, emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$					

"

LEIA-SE:

"3.1. O valor total ora contratado é aquele apresentado na proposta vencedora do Processo de Licitação nº 51/2011, de acordo com o (s) seguinte (s) item (ns):

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO CONTRATA- DO R\$	VALOR TOTAL CONTRATA- DO R\$

1	51	HR	Veiculação de quadro informativo de utilidade pública em emissora de rádio AM ou FM com duração de 01 uma hora semanal, das 9h10min às 10h10min, produzido e apresentado por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba – SC, de acordo com a seguinte programação: 04 no mês de janeiro 04 no mês de fevereiro 05 no mês de março 04 no mês de abril 05 no mês de maio 04 no mês de junho 04 no mês de julho 05 no mês de agosto 04 no mês de setembro 04 no mês de outubro 04 no mês de novembro 04 no mês de dezembro.		
02	1500	un	Inserções diárias de 45" (quarenta e cinco segundos) cada uma, em emissora de rádio AM ou FM, variáveis entre as 7 e as 18 horas, de segunda-feira à sábado, para divulgação de matérias de utilidade pública, emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.		
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$					

"

6) Diante das alterações efetuadas, a data de abertura do referido processo fica alterada do dia 20/01/2012, a partir das 15h, para o dia 27/01/2012, a partir das 14h30min, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Da mesma forma, o prazo para Credenciamento e entrega dos envelopes fica alterado de até as 15h do dia 20/01/2012, para até as 14h30min do dia 27/01/2012.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 09 de janeiro de 2012.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em Exercício

Extrato DL 2/2012/PMJ - PL 4/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 4/2012/PMJ - D.L. 2/2012/PMJ

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à locação das dependências do ginásio de esportes, da ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - AABB, localizado na Rua Roberto Trompowski, 110, centro, neste Município,



de propriedade do LOCADOR, conforme Certidão de Registro de Imóveis em anexo, destinadas à execução das aulas de Educação Física para os alunos da rede municipal de ensino do Centro Educacional Roberto Trompowsky.

LOCADOR:

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - AABB, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowski, 110, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 84.592.484/0001-03, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. Rony Edson Lenz, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Fica contratado o valor total de R\$ 24.937,00 (vinte e quatro mil novecentos e trinta e sete reais), para o período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2012, sendo que o pagamento será feito de forma parcelada, no valor de R\$ 2.267,00 (dois mil duzentos e sessenta e sete reais) mensais, conforme estabelecido no contrato.

CONTRATO nº 887/2011/PMJ, de 13/01/2012.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

JUSTIFICATIVA: O presente processo de dispensa de licitação para esta contratação justifica-se devido ao fato das instalações do Centro Educacional Roberto Trompowsky - CERT não comportarem os aproximadamente mil e duzentos alunos do referido educandário para a prática de Educação Física. O imóvel possui localização estratégica, uma vez que fica próximo da escola, dispensando despesas com transporte dos alunos. O imóvel possui também amplo espaço para o regular desenvolvimento das atividades. Com relação ao valor proposto pelo locador, esse, de acordo com o laudo de avaliação, é compatível com o praticado no mercado.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como justificativa quanto ao valor, que, conforme já mencionado, é compatível com os valores praticados no mercado.

FUNDAMENTO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso X.

Joaçaba (SC), 13 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 2/2012/PMJ - PL 6/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital. Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 30/01/2012, a partir das 15h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 30/01/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 13 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 2/2012/PMJ - PL 6/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2012/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2012/PMJ

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 17/02/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes contendo as Propostas Técnicas (01, 02 e 03) e a Proposta de Preços (04): até as 14h30min do dia 17/02/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações.

Joaçaba, 13 de janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Edital de Concurso Público 1/2012

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 DE 11 DE JANEIRO DE 2012.

"Abre inscrições e fixa normas ao Concurso Público de provas, para provimento de cargo de provimento efetivo atualmente vago, dos que vagarem e forem necessários ao Município de Joaçaba e dos que forem criados durante o prazo de validade deste Concurso."

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Complementares nº 76/2003 e 211/2011, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de CONCURSO PÚBLICO visando a contratação de servidores para provimento de vagas de interesse público, nos termos do presente edital.

O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da Empresa Georgeo Almeida ME - APRENDER. COM – sediada em Joaçaba-SC.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período previsto no cronograma constante do ANEXO III deste Edital, na Prefeitura Municipal de Joaçaba (SC), localizada na Avenida XV de Novembro, nº 378, na cidade de Joaçaba-SC, no horário das 13 às 19 horas

2.2 A inscrição neste Concurso Público implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 A inscrição somente será efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado com poderes específicos para representá-lo.

2.4 A inscrição será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, ocasião em que o

candidato apresentará fotocópia dos seguintes documentos juntamente seus documentos originais:

- a) CPF e Identidade – (Cópia Autenticada)
- b) Ter idade mínima de (dezoito) 18 anos na data da contratação;
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF.

2.5 Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.6 O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.7 A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.8 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.9 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.10 A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Concurso Público.

2.11 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição, a qual estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste certame.

3.2 Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99. 3.3 Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.3 O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 16, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.4 A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.4 O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, dentro do prazo legal, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido

para as inscrições.

- a) Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.
- b) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Joaçaba que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.5 O candidato portador de necessidades especiais participará deste Concurso Público em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.6 O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.7 A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.8 A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.9 Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no ANEXO III deste Edital, e estarão disponíveis no Mural da Municipalidade e no endereço eletrônico www.aprender.sc.com.br.

4.2 Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

V – DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste certame, serão regidos pelo Regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba e serão filiados ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Joaçaba.

VI – DAS PROVAS

6.1 O Concurso Público, objeto deste Edital, constará das seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

Prova objetiva de conhecimentos, de caráter eliminatório/classificatório;

6.2 Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme dispuser o cronograma constante no Anexo III deste Edital. Não poderão as provas ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.

6.3 As provas serão realizadas na data e horário constantes no Cronograma do Anexo III deste Edital, no Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky no dia 03/03/2012 as 08h00min. O candidato deverá estar no local 30 minutos antes do início das provas.

6.4.Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.5 As provas escritas serão realizadas em etapa única de três (03) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

6.6 Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.7 Serão considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.8 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.9 Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.10 Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.11 Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.12 No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.13 Durante a realização das provas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos, anotações ou qualquer outro material, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no certame. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14 No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.15 O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 01 (uma) hora de seu início.

6.16 O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será eliminado automaticamente do Concurso Público.

6.17 Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas, rubricar todos os cartões respostas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.18 Os candidatos poderão comparecer aos locais de prova com antecedência de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.19 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

VII – DA PROVA OBJETIVA

7.1 O Concurso Público, objeto deste Edital, constará das seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

Prova objetiva de conhecimento e caráter eliminatório/classificatório: Contador.

7.2.A prova objetiva inclui questões de conhecimentos específicos, conforme ementa da disciplina constante do Anexo II, parte integrante deste Edital.

7.3 A pontuação de cada disciplina para as provas objetivas será a seguinte:

Disciplina	Número de questões	Peso individual	Peso total
Conhecimentos Português	10	0,20	2,00
Conhecimentos Matemática	10	0,25	2,50
Conhecimentos Geral	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	15	0,30	4,50
Total	40		10,00

7.4 Para a realização da prova objetiva, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5 A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7 A prova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (uma) decimal, sem arredondamento.

7.8 Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

7.9 O Gabarito Oficial referente a prova objetiva será divulgado no Mural da Municipalidade, e nos endereços eletrônicos www.aprendersc.com.br e www.joacaba.sc.gov.br.

7.10 Havendo impugnação de questões da prova objetiva, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que

estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

a) O formulário de impugnação de questão estará disponível e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

b) As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

c) A questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00.

8.2 A nota final para o cargo será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaP \times 0,20 + NaCG \times 0,20 + NaCM \times 0,25 + NaCE \times 0,30) = MF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaP: Número de acertos em questões de Língua Portuguesa; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos de Matemática; NaCE: Número de acertos de Conhecimentos Específicos. MF: Média Final.

8.3 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

8.4 Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de conhecimentos matemática;
- c) maior nota na prova de conhecimentos portugueses;
- d) maior nota na prova de conhecimentos gerais.
- e) maior idade..

8.5 A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no ANEXO III deste Edital e será divulgada primeiramente no mural público, no site oficial do município e no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br posteriormente, nos meios oficiais de publicação a critério da Administração Pública Municipal.

8.6 A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação contendo sua média final de acordo com a fórmula constante no item 8.2.

8.7 Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas, poderão enviar solicitação das mesmas para o e-mail através do site: www.aprenderesc.com.br.

8.8 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF, cargo a que concorreu e data de nascimento do candidato interessado.

8.9. Em hipótese alguma serão fornecidas informações por telefone.

IX – DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo III deste Edital.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.
- e) Caso necessita para interpor recurso, o candidato poderá requerer o caderno de prova junto à comissão organizadora do concurso.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, cabendo à Comissão Especial receber e encaminhar os devidos a empresa promotora do Concurso Público para apreciação e parecer da empresa Georgeo Almeida ME – (Aprender.com).

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

9.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

9.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.8. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.9. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.10. A Comissão Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

X – DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O resultado final do Concurso Público objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no órgão de publicação oficial do Município.

XI – DA CONTRATAÇÃO

11.1 Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- b) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
- c) Certificado ou diploma de conclusão de curso e outros documentos comprobatórios da habilitação mínima exigida para o cargo no ANEXO I deste Edital;
- d) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- e) Declaração de bens;
- f) Declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;
- g) Laudo médico de boa saúde física e mental, a ser realizado por

órgão credenciado pela Prefeitura Municipal;

11.2 Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

11.3 O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.

11.4 O candidato convocado que não se apresentar no dia e horários determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá seu direito de preferência sobre os demais candidatos, sem prejuízo de sua classificação para novas eventuais convocações.

XII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1 Delega-se competência à Georgeo Almeida ME (Aprender.com) para:

- elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as provas;
- apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- prestar informações sobre o Concurso Público;
- definir normas para aplicação das provas;

XIII – DO FORO JUDICIAL

13.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba.

XIV– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

14.2 O presente Concurso Público e respectivo resultado terão validade pelo prazo de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período.

14.3 Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4 As vagas constantes no Anexo I serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal; havendo necessidade, poderão ser abertas novas vagas, aproveitando-se os candidatos aprovados que comporão reserva técnica para essa finalidade;

14.5 A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6 O candidato classificado quando for convocado para assumir a vaga, se, por motivo de força maior, optar pela desistência desta, deverá assinar termo de desistência e não fará mais parte da lista de classificados do referido certame, caso contrário, o mesmo poderá optar por ficar no final da fila.

14.7 Será excluído do certame, por ato da APRENDER.COM, o candidato que:

- tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a

prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
c) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.8 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.9 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário, ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Georgeo Almeida ME e pela Comissão Especial do Concurso Público do Município de Joaçaba.

14.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Dos Cargos, Vencimentos Iniciais e Habilitações Mínimas;
- ANEXO II – Dos Conteúdo Programático para o Cargo;
- ANEXO III – Do Cronograma Previsto.

14.12 Será publicado um extrato do presente Edital para fins de publicidade, sendo que este Edital completo estará disponível na Prefeitura Municipal de Joaçaba e no endereço eletrônico www.aprendersc.com.br a partir do dia 17/01/2012.

Joaçaba-SC, 11 de Janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Função	Nº Vagas	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Vencimento
CONTA-DOR	(1)	Ensino Superior em Ciências Contábeis e Registro no CRC	35 horas	R\$ 2.2197,08

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO

a) Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, advérbios, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal e nominal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística. Gramática em geral.

b) Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Regra de três simples e composta; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; Radiação; Expo-nenciação.



c)Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral – nacional ou internacional – amplamente veiculados, nos últimos dois anos, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local – rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos e políticos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Aspectos econômicos, históricos, geográficos e culturais do Município de Joaçaba.

d)Conhecimentos Específicos: Legislação e ética profissional do contabilista; Conhecimentos pertinentes em informática. Lei Orgânica Municipal. Princípios fundamentais de contabilidade e Normas brasileiras de contabilidade. Contabilidade Pública. Teoria da Contabilidade. Contabilidade Geral – Conceito, objetivos, campo de atuação. Patrimônio: formação, composição. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equação Fundamental do Patrimônio, Variações Patrimoniais: receita e despesa. Escrituração: Mecanismo de Débito e Crédito, as Contas: Função e funcionamento. Plano de Contas, Sistema de Escrituração. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (Etapas do levantamento, regularização de contas,). Depreciação, Amortização e Exaustão. Provisões e Reservas. Demonstração do Resultado do Exercício. Contabilidade Pública - Conceitos. Escrituração: Funcionamento das contas nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial. Registro de Operações típicas: Receita efetiva e por mutações patrimoniais. Despesa efetiva e por mutações patrimoniais. Restos a pagar processados e não-processados. Encerramento do exercício: Operações de encerramento no Sistema Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Orçamento Público; proposta orçamentária e lei de orçamento; a receita e a despesa pública; Dotações Orçamentárias, PPA, LDO, LOA. Execução orçamentária: receita, despesa, adiantamentos, créditos adicionais; receita e despesa extra-orçamentária. Lei Complementar 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Lei 4.320/64. Poder Legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Atualidades referentes à função.

ANEXO III

CRONOGRAMA PREVISTO SUJEITO A ALTERAÇÕES.

ATOS	DATAS
Divulgação do Extrato do Edital	16/01/2012
Publicação Legal do Extrato do Edital	17/01/2012
Publicação do Edital na Íntegra	17/01/2012
Período de Inscrições	17/01 a 13/02/2011
Divulgação da Homologação das Inscrições	14/02/2012
Recursos quanto às Inscrições	14 à 15/02/2012
Homologação Final das Inscrições	17/02/2012
Realização da Prova – 08h00min Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky	03/03/2012
Divulgação do Gabarito Provisório	05/13/2012
Recursos quanto ao Gabarito	05 a 06/03/2012
Divulgação do Gabarito Oficial	08/03/2012
Divulgação dos Aprovados	09/03/2012
Recursos quanto à Classificação	09 a 12/03/2012
Divulgação da Classificação Final do Concurso Público (após recursos)	13/03/2012
Homologação do Resultado Final do Concurso Público	14/03/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA - SC
INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2012

Número da Inscrição:			
Necessidades Especiais:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Quais:			
Formação:			
Cargo:			
Nome do Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: Masc. <input type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	
	/ /		
CPF nº:	Título Eleitoral nº:		
Estado civil:	<input type="checkbox"/> – Casado(a) <input type="checkbox"/> – Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)		
Endereço:	Bairro:		
			Fone: ()
Município:			Estado:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Concurso Público, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.			
Local e data:	Assinatura do Candidato:		

Via da Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2012	
Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato(a):	
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta tinta azul ou preta e chegar com um mínimo de 30 (trinta) minutos de antecedência, no dia da realização da prova.	
Local e data:	Assinatura do candidato:

Via do Candidato

Rol Testemunhas

Joaçaba, 13 de Janeiro de 2012

Ilmo Sr. ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA, por seus Representantes Legais Sr. Francisco Assis De Lima e outros, para apresentarem Rol de Testemunhas, no prazo de 03 (três) dias com qualificação e endereço, especificando os fatos a serem provados, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nr.122.812/2011

Donizete M. B. Angonese
Presidente da Comissão de Processo Administrativo

Lages

PREFEITURA

PE 03-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2012 - PML
OBJETO: Aquisição de Arame Galvanizado e Tela, para Confecção, Manutenção e Recuperação de Campos de Futebol e Quadras Esportivas de Areia, em diversos Bairros do Município.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/02/2012 às 13:30 h.
TIPO: Menor Preço Global

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoeletronico@lages.sc.gov.br

Lages, 13 de janeiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação CC 01-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2012 – PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA O FORNECIMENTO, EXECUÇÃO E TRANSPORTE DE MASSA ASFÁLTICA, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a complementação que se faz necessária no Edital em comento:

- INCLUIR O ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	8.000	Ton.	Execução de massa asfáltica (CBQU) Incluindo Imprimação e Limpeza do Local Pavimentado.	28,08	224.640,00
2	8.000	Ton.	Transporte de Massa Asfáltica.	12,48	99.840,00
3	8.000	Ton.	CBQU – Concreto Betuminoso Usinado Quente	249,50	1.996.000,00

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 06/02/2012 às 13:30 horas, para o dia 23/02/2012 às 13:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 13 de janeiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

Eu abaixo assinado autorizo, na forma da Lei, a publicação acima e solicito faturar em trinta dias, em nome da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES, CNPJ nº82.777.301/0001-90, sito à Rua Benjamin Constant, 13, Centro.

Atenciosamente,

RENO ROGÉRIO DE CAMARGO
Presidente Comissão de Licitação

Comunicação Social - Recebido em: ____/____/____ -
Resp.:_____

DOM
Dc
Doe
tce

Rerratificação PE 02-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
RERRATIFICAÇÃO

REF.:EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2012 - PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS E SACOS PLÁSTICOS P/ EMBALAGEM DE PÃES DA MERENDA ESCOLAR..

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos Interessados, as complementações que se fazem necessárias no Edital em voga:

- NAS ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 2 DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, DO ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E DO ANEXO IV - ESTIMATIVA DE PREÇOS:

Onde se lê: Saco plástico transparente medindo 0,50 cm x 0,80 cm (largura x comprimento)

Leia-se: Saco plástico transparente medindo 0,50 cm x 0,80 cm x 0,7 mm (largura x comprimento x espessura), com capacidade para até 30 kg.

As demais cláusulas, remanesçam inalteradas.

Lages, 13 de janeiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação PP 02-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012 - PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BLOCO, BUEIRO, MEIO-FIO, TUBO, TAMPA, BRIQUETE E LAJOTA, PARA USO EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- EXCLUIR O LOTE 02 DO TERMO DE REFERÊNCIA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

- NO SUBITEM 8.2 DO ITEM 8 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

DO EDITAL:

Onde se lê: R\$ 1.153.852,80 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Leia-se: Valor Total Estimado: R\$ 957.852,80 (novecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 19/01/2012 às 15:30 horas, para o dia 08/02/2012 às 13:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 13 de janeiro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário da Administração

Rerratificação PP 69-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2011 - PML
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "POR HORA CHEIA TRABALHADA," DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM MOTORISTA E/OU OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO(S), PARA AS FRENTES DE TRABALHO DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- NAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS 5, 7, 8, 9, 17, 18, 19, 21, 22, E 26 DO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Substituir a expressão "ACIMA" por "ANO DE FABRICAÇÃO ACIMA DE".

- NA ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 2 DO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Onde se lê: CAMINHÃO TRUCK BASCULANTE 6x4 CAP. 10M³, FABRICAÇÃO ACIMA 2006 e 300 CV.

Leia-se: CAMINHÃO TRUCK BASCULANTE 6x4 CAP. 10M³, ANO DE FABRICAÇÃO ACIMA DE 2006, IGUAL OU ACIMA DE 250 CV.

-NOS VALORES DO ITEM 12 DO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Onde se lê: Valor Unitário R\$ 12,92 e Valor Total R\$ 32.300,00.

Leia-se: Valor Unitário R\$ 121,92 e Valor Total R\$ 304.800,00.

- NO VALOR TOTAL DO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA/PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Onde se lê: 3.197.491,35.

Leia-se: 3.469.991,35.

- NO SUBITEM 8.2 DO ITEM 8 - DOS RECURSOS FINANCEIROS DO EDITAL:

Onde se lê: Valor Total Estimado: R\$ 3.197.491,35 (três milhões cento e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos).

Leia-se: Valor Total Estimado: R\$ 3.469.991,35 (três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos).

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 18/01/2012 às 13:30 horas, para o dia 07/02/2012 às 13:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 13 de janeiro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário da Administração

PUBLICAÇÃO Contrato 61/2010 e 1º Termo Aditivo ao Contrato

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO EMERGENCIAL: 61/2010

CONTRATADA: GEORGE DE BONA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.781.780/000142, com sede à Rua Amazonas, 394 - Lages/SC.

Fundamento legal: As partes ajustam entre si o presente contrato emergencial de prestação de serviços, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 e processo de dispensa de licitação n.º 02/2010.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a contratação de empresa para Prestação de serviços "por hora" Máquina e caminhões, com motorista e /ou operador, devidamente habilitado(s) para o transporte de cascalho e colocação de drenos e tubos (bueiros), para recuperação de estradas do interior do Município.

Item	Quant	Un	Especificação	R\$	Total R\$
1	1.200	Horas	Retro escavadeira potência min 75HP, ano de fabricação acima de 1990.	54,00	64.800,00
2	800	Horas	Caminhão basculante 5m³, ano de fabricação acima de 1990.	56,00	44.800,00
3	800	Horas	Caminhão basculante 10m³, ano de fabricação acima de 1990.	62,00	49.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente instrumento terá duração pelo período de tres meses a contar da data da assinatura deste termo, ou até a conclusão do processo licitatório referido na cláusula primeira, o que ocorrer primeiro, nos termos do disposto do processo de dispensa de licitação n.º 02/2010, fundamentado no art. 24, IV da 8.666/93.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2010

OBJETO: Prorrogação do prazo final em mais três meses.

Lages, 13 de janeiro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Lages

Relação dos Contrato do FMAS de 150 À 160 de 2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES - ESTADO DE SANTA CATARINA

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGES, TORNA PÚBLICO CONTRATOS FIRMADOS, ANO BASE 2011 .

CONT	EMPRESA	VALOR	PROCESSO LICITAÇÃO	DATA INICIO	DATA FINAL
150/2011	INFOWEB COM EQUIP. P/ INF. ESCRIT. LTDA	4.600,00	37/11-PP-08/11	16/12/2011	31/12/2011
151/2011	MICROLAGES INFORMATICA LTDA	5.000,00	37/11-PP-08/11	16/12/2011	31/12/2011
152/2011	NATALÍCIO DE JESUS GERALDO - EPP	7.932,82	37/11-PP-08/11	16/12/2011	31/12/2011
153/2011	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	869,00	37/11-PP-08/11	16/12/2011	31/12/2011
154/2011	BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - ME	721,00	37/11-PP-08/11	16/12/2011	31/12/2011

155/2011	NATH OLIVEIRA LTDA	1.098,80	39/11-CV-26/11	16/12/2011	31/12/2011
156/2011	COMERCIAL CN DE ARMARI-NHOS LTDA - ME	6.535,30	39/11-CV-26/11	16/12/2011	31/12/2011
157/2011	ZAGO FER. MATERIAIS DE CONST LTDA	247,35	38/11-CV-25/11	16/12/2011	31/12/2011
158/2011	INFOWEB COM EQUIP. P/ INF. ESCRIT. LTDA	3.403,77	38/11-CV-25/11	16/12/2011	31/12/2011
159/2011	NARCISO & CIA LTDA	1.374,75	38/11-CV-25/11	16/12/2011	31/12/2011
160/2011	TOYS PRESENTES LTDA	1.615,90	38/11-CV-25/11	16/12/2011	31/12/2011

Lages, 13 de JANEIRO de 2012.

Renato Nunes de Oliveira - Prefeito do Município de Lages

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 860/2012

LEI Nº 860, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 105.000,00
 Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 105.000,00
 Função 08 Assistência Social 105.000,00
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 105.000,00
 Programa 07 Vivendo Com Amor 105.000,00
 Projeto/Atividade 1.021 Construção de Casas Populares 105.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 105.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 105.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 105.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 105.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 105.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações.

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 20.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 20.000,00
 Função 26 Transporte 20.000,00
 Sub-Função 782 Transporte Rodoviário 20.000,00

Programa 10 Revitalização da Área Urbana 20.000,00
 Projeto/Atividade 1.025 Construção de Abrigos de Passageiros 20.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 20.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimento 20.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 20.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 20.000,00
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 4.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 4.000,00
 Função 15 Urbanismo 4.000,00
 Sub-Função 451 Infra-Estrutura Urbana 4.000,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 4.000,00
 Projeto/Atividade 1.027 Construção de Capela Mortuária 4.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 4.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimento 4.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 4.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 4.000,00
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 15.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 15.000,00
 Função 15 Urbanismo 15.000,00
 Sub-Função 452 Serviços Urbanos 15.000,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 15.000,00
 Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas 15.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 15.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 15.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 15.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 15.000,00
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 16.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 16.000,00
 Função 20 Agricultura 16.000,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 16.000,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 16.000,00
 Projeto/Atividade 2.030 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária de Meio Ambiente 16.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 16.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 16.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 16.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 16.000,00
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 10.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 10.000,00
 Função 20 Agricultura 10.000,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 10.000,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 10.000,00
 Projeto/Atividade 2.030 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária de Meio Ambiente 10.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 10.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 10.000,00
 Modalidade de Aplicação 50 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 10.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 10.000,00
 Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 40.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 40.000,00
 Função 04 Administração 40.000,00

Sub-Função 122 Administração Geral 40.000,00
 Programa 03 Gestão Geral e Administrativa 40.000,00
 Projeto/Atividade 2.003 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças 40.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 40.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 40.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 40.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 40.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 105.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 861/2012

LEI Nº 861, DE 16 DE JANEIRO DE 2012
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 26.000,00
 Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 26.000,00
 Função 08 Assistência Social 26.000,00
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 26.000,00
 Programa 08 Assistência ao Menor com Responsabilidade 26.000,00
 Projeto/Atividade 2039 Funcionamento e Manutenção do Programa - IGD 26.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 26.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 26.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 26.000,00
 Fonte de Recurso 0.3.0063 Índice de Gestão Descentralizada - IGD 20.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 26.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:
 I - Anulação de dotação:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 6.000,00
 Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 6.000,00
 Função 08 Assistência Social 6.000,00
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 6.000,00
 Programa 07 Vivendo Com Amor 6.000,00
 Projeto/Atividade 2.021 Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 6.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 6.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 6.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 6.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 6.000,00

II - Superávit do Exercício Anterior
 Fonte Código Valor
 Índice de Gestão Descentralizada - IGD 0.1.0063 20.000,00
TOTAL DO SUPERAVÍT UTILIZADO 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 862/2012

LEI Nº 862, DE 16 DE JANEIRO DE 2012
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:
 Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 40.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 40.000,00
 Função 12 Educação 40.000,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 40.000,00
 Programa 4 Educação é Tudo 40.000,00
 Projeto/Atividade 1.009 Construção de Quadra Esportiva Coberta para Escolas Municipais 40.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 40.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 40.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 40.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0058 Salário Educação 40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 40.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 40.000,00
 Função 12 Educação 40.000,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 40.000,00
 Programa 4 Educação é Tudo 40.000,00
 Projeto/Atividade 2.008 Transporte Escolar - Ensino Fundamental 40.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 40.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 40.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 40.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0058 Salário Educação 40.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 40.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 863/2012

LEI Nº 863, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 15.000,00

Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 15.000,00
Função 10 Saúde 15.000,00

Sub-Função 301 Atenção Básica 15.000,00

Programa 06 Saúde com Excelência 15.000,00

Projeto/Atividade 1.020 Aquisição de Veículo - Saúde 15.000,00

Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 15.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 15.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 15.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0064 Compensação de Especificidades Regionais 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 15.000,00

Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 15.000,00
Função 10 Saúde 15.000,00

Sub-Função 301 Atenção Básica 15.000,00

Programa 06 Saúde com Excelência 15.000,00

Projeto/Atividade 2.016 Atenção Básica 15.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 15.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 15.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 15.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0064 Compensação de Especificidades Regionais 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 864/2012

LEI Nº 864, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 57.000,00

Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 57.000,00

Função 10 Saúde 57.000,00

Sub-Função 301 Atenção Básica 57.000,00

Programa 6 Saúde Com Excelência 57.000,00

Projeto/Atividade 1.020 Aquisição de Veículo - Saúde 57.000,00

Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 57.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 57.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 57.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 57.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 57.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação.

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 57.000,00

Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 57.000,00

Função 10 Saúde 57.000,00

Sub-Função 301 Atenção Básica 57.000,00

Programa 6 Saúde Com Excelência 57.000,00

Projeto/Atividade 2.015 Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS 57.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 57.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 57.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 57.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 57.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 57.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 865/2012

LEI Nº 865, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 30.000,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 30.000,00

Função 15 Urbanismo 30.000,00

Sub-Função 451 Infra-Estrutura Urbana 30.000,00

Programa 10 Revitalização da Área Urbana 30.000,00

Projeto/Atividade 1.026 Pavimentação de Ruas 30.000,00

Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 30.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 30.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 30.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação.

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 30.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 30.000,00
 Função 26 Transporte 30.000,00
 Sub-Função 782 Transporte Rodoviário 30.000,00
 Programa 09 Revitalização das Estradas 30.000,00
 Projeto/Atividade 2.028 Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos 30.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 30.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 30.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 30.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 30.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 866/2012

LEI Nº 866, DE 16 DE JANEIRO DE 2012
 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 110.712,78
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 110.712,78
 Função 20 Agricultura 110.712,78
 Sub-Função 606 Extensão Rural 110.712,78
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 110.712,78
 Projeto/Atividade 1.035 Construção de Unidade Agroindustrial 110.712,78
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 110.712,78
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 110.712,78
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 110.712,78
 Fonte de Recurso 0.3.0024 Transferência de Convênios - Outros (Convênio com o ministério do desenvolvimento agrário) 66.616,75
 Fonte de Recurso 0.3.0024 Transferência de Convênios - Outros (Rendimento de Aplicações dos anos de 2009, 2010, 2011) 19.796,03
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 24.300,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 110.712,78

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:

I - Anulação de dotação:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 24.300,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 24.300,00
 Função 20 Agricultura 24.300,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 24.300,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 24.300,00
 Projeto/Atividade 2.030 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente 24.300,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 24.300,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 24.300,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 24.300,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 24.300,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 24.300,00

II - Superávit do Convênio

Fonte Código Valor

Transferência de Convênios - Outros (Convênio com o ministério do desenvolvimento agrário) 0.1.0024 66.616,75
 TOTAL DO SUPERAVIT DE CONVENIO 66.616,75

III - Superávit do Rendimento de Aplicação

Transferência de Convênios - Outros (Rendimento de Aplicações ano de 2009, 2010 e 2011) 0.1.0024 19.796,03
 TOTAL O SUPERAVIT DO EXERCICIO ANTERIOR 19.796,03

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 867/2012

LEI Nº 867, DE 16 DE JANEIRO DE 2012
 "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 34.500,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 34.500,00
 Função 20 Agricultura 34.500,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 34.500,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 34.500,00
 Projeto/Atividade 1.028 Aquisição de equipamentos Maquinas e Veículos 34.500,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 34.500,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 34.500,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 34.500,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 34.500,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 34.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação.

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 34.500,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE 34.500,00
 Função 20 Agricultura 34.500,00
 Sub-Função 606 Extensão Rural 34.500,00
 Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 34.500,00
 Projeto/Atividade 2.030 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente 34.500,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 34.500,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 34.500,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 34.500,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 34.500,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 34.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 868/2012

LEI Nº 868, DE 16 DE JANEIRO DE 2012.

"ALTERA O ANEXO DE PRIORIDADES EMETAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO PARA 2012"

Art. 1º - O anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012, aprovado pela Lei Municipal nº 836/2011 referente ao programa 11 - Revitalização da Agricultura Familiar, fica acrescida a ação nº 1.035 - Construção de Unidade Agroindustrial, no valor de R\$ 110.712,78

Parágrafo Único - A unidade da Agroindústria de que tratam os artigos anteriores será construída na comunidade de Vargem dos Bugres.

Art. 2º - A nova ação, ora incluída na LDO para 2012, correrá por conta das seguintes fontes de recursos e respectivos valores:

I - Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário devido ao superávit do ano anterior, no valor de R\$ 66.616,75

II - Recursos Ordinários no Valor de R\$ 24.300,00

III - Rendimentos de Aplicação dos recursos de que trata o Inciso I deste artigo, no exercício de 2009 no valor de R\$1.890,22

IV - Rendimentos de Aplicação dos recursos de que trata o Inciso I deste artigo, no exercício de 2010 no valor de R\$ 8.352,41

V - Rendimentos de Aplicação dos recursos de que trata o Inciso I deste artigo, no exercício de 2011 no valor de R\$ 9.553,40

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lei N.º 859/2012

LEI Nº 859 DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar

dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 81.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 81.000,00
 Função 26 Transporte 81.000,00
 Sub-Função 782 Transporte rodoviário 81.000,00
 Programa 09 Revitalização das Estradas 81.000,00
 Projeto/Atividade 1.024 Construção de Ponte de Concreto 81.000,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 81.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 81.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 81.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 81.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 81.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação.

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 81.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 81.000,00
 Função 26 Transporte 81.000,00
 Sub-Função 782 Transporte rodoviário 81.000,00
 Programa 09 Revitalização das Estradas 81.000,00
 Projeto/Atividade 2.028 Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços urbanos 81.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 81.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 81.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 81.000,00
 Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 81.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO 81.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de Janeiro de 2012.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Extrato Leilão N.º 002/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LEILÃO 002/2012 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2012 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO às 09h 30min do dia 02 de FEVEREIRO de 2012, tendo como local a Garagem da Prefeitura, localizada atrás da prefeitura, na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro. O leilão será conduzido pelo Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, Leiloeiro Público Oficial de SC, matrícula AARC 162, JUCESC e pela Srta. DANIELA KONELL RITA, Leiloeira Pública Oficial, AARC 275, para venda à vista dos seguintes bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 GOL 1.0 GIV / VW, ano 2008, modelo 2009, cor branca, placas MEV 1524. LANCE INICIAL R\$ 5.500,00 LOTE 02: 01 DOBLO EX / FIAT, ano/modelo 2005, cor branca, placas MDE 6406. LANCE INICIAL R\$ 7.800,00; LOTE 03: 01 UNO MILLE FIRE FLEX/FIAT, ano 2005, modelo 2006, cor branca, placas MDE 6336. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. Leia atentamente o edital completo, que poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, ou WWW.LEOBERTOLEAL.SC.GOV.BR ainda pelos telefones (48) 3268 1212 (Prefeitura) ou

com o Leiloeiro (47) 3521 7730. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Em 16/01/2012.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Contrato Nº 003/2012 FMS

CONTRATO Nº 003/2012 - FMS

Contrato de Suporte e Atualização Técnica de Software do Fundo Municipal de Saúde.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, o senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa NAJ SISTEMAS EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Fernando Allein, 498, Bairro Centro, Imbuia/SC, inscrita no CNPJ sob número 05.596.509/0001-62, neste ato representada por seu sócio Senhor Nelson Allein Júnior, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a licença de uso de Sistema de Informática de Controle de Estoque de Farmácia, que executa os seguintes serviços:

- I - Controlar os estoques de produtos médico/hospitalares da farmácia básica do Município;
- II - Controlar os produtos médico/hospitalares vencidos;
- III - Controlar o estoque mínimo de produtos médicos/hospitalares;
- IV - Emitir requisição de produtos individualmente objetivando comprovar a entrega e o fluxo de saída de materiais médicos/hospitalares da farmácia básica do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO: DEFINIÇÃO DE MANUTENÇÃO - Compreendem-se como SUPORTE E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA os serviços a serem realizados, após o período de garantia, consistentes em:

- I - corrigir o mau funcionamento do software, sempre que gerado por erros, em sua concepção e produção, de responsabilidade do produtor e titular dos direitos autorais;
- II - manter o programa atualizado tecnicamente, disponibilizando prontamente as novas versões que venham a ser liberadas e contenham alterações, acréscimos de rotinas ou melhorias de desempenho, de forma geral;
- III - Atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto ao programa fornecido via fax ou contato telefônico ou e-mail;

CLÁUSULA SEGUNDA - ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. A CONTRATADA não se responsabiliza por problemas, erros, danos ou prejuízos advindos:

- I - de quaisquer alterações efetuadas sem sua autorização expressa, seja no software, seja no equipamento que o comporta, bem como por problemas oriundos de má operação, operação indevida e/ou sem sua expressa anuência;
- II - de decisões tomadas com base em informações, quaisquer que sejam, fornecidas pelo software;
- III - de problemas originários de outros programas ou sistemas que trabalhem não integrados ao software objeto deste contrato, como aplicativos e sistemas operacionais em geral;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início em 09/01/2012 e término em 31/12/2012.

PARÁGRAFO ÚNICO. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

- a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;
- b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte;

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I - a prover, sempre que ocorrer quaisquer problemas com o programa, toda a documentação, relatórios de erros e demais informações que relatem as circunstâncias em que os problemas ocorreram e que possam facilitar os trabalhos da CONTRATADA, de acordo com os procedimentos já fornecidos por esta nos manuais do software;

II - a fornecer nome, endereço, cargo/função, e outros dados necessários, de pessoa (s) que ficará (ão) responsável (is) pelos contatos com os técnicos da CONTRATADA;

III - a ceder, sempre que necessário, suas instalações, equipamentos e pessoal e a facilitar, de forma geral, o acesso e os trabalhos da CONTRATADA necessários para a execução dos serviços de assistência técnica de manutenção;

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pelos serviços de manutenção, pagará o MUNICÍPIO, a quantia de R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais), pagas em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 137,50 (cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), até o dia 10 do mês subsequente, através de depósito bancário no Banco do Brasil, AG. 5304-X, Conta nº 56765-5.

§ 1º. O valor da prestação referente ao suporte e atualização técnica será reajustado anualmente em conformidade com o índice IGP-M, ou na falta deste, qualquer outro índice oficial que reflita a inflação do período.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0002 (7)
Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA OITAVA - DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA NONA - DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Todos os direitos da CONTRATADA ou do MUNICÍPIO, previstos neste contrato e na legislação são cumulativos e facultativos e o não exercício de qualquer deles não impedirá que o MUNICÍPIO ou a CONTRATADA o exerça, a qualquer tempo, mesmo após a extinção deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 09 de Janeiro de 2012.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

NELSON ALLEIN JUNIOR
NAJ SISTEMAS EM INFORMÁTICA LTDA
Contratado

TESTEMUNHAS:
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012

"Abre inscrições e baixa normas para a seleção de Servidores em caráter temporário para os cargos de Professor de Educação Especial e Auxiliar de Serviços Gerais para o Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos Vereador João Francisco Steinbach"

O Município de Leoberto Leal, com base nas Leis Municipais nº 136, de 03 de dezembro de 1999, nº 461, de 30 de novembro de 2005 e Lei nº 810, de 26 de junho de 2011, torna pública as normas para a realização de Processo Seletivo para a contratação de servidor em caráter temporário para o cargo de Professor de Educação Especial e Auxiliar de Serviços Gerais para o Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos Vereador João Francisco Steinbach, para atuar no Município de Leoberto Leal, por prazo determinado.

I – Das Inscrições

1.1 As inscrições poderão ser feitas de 17 de janeiro de 2012 a 15 de fevereiro de 2012, das seguintes formas:

1.1.1 Pessoalmente, ou por procurador devidamente habilitado através de procuração pública, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição, comparecendo ao Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sito à Rua Mainolvo Lemhkuhl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal / SC, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número de inscrição.

1.2.1 Via correio, a documentação exigida no Capítulo II item 2 – Dos Documentos necessários para inscrição deverá ser autenticada e enviada, via correio, por SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 002/2012, ao endereço à Rua Mainolvo Lemhkuhl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal / SC, CEP 88445-000. Serão consideradas apenas as inscrições cuja documentação for enviada com data de postagem até 15 de fevereiro de 2012. A ficha de inscrição encontra-se no ANEXO IV do presente Edital.

1.2. Toda documentação será examinada por uma comissão designada para esse fim e será considerada nula, para todos os efeitos legais, a inscrição do candidato que não atender a todos os requisitos dos itens desse edital.

1.3. A Comissão Especial de Processo Seletivo nº 002/2012 não assumirá qualquer responsabilidade por inscrição ou documentos que eventualmente sejam extraviados.

1.4. Após o recebimento, pela Comissão Especial de Processo Seletivo nº 002/2012, da documentação exigida no Item II – Dos documentos necessários para inscrição, o candidato não poderá mais ter acesso à mesma. As cópias dos documentos enviados não serão devolvidas ao candidato.

1.5. As informações prestadas na ficha de inscrição e em todos os documentos de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 002/2012 do direito de excluir, deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, aquele que fornecer dados ou documentos comprovadamente inverídicos ou ainda, que não postar, dentro do prazo previsto, os documentos exigidos para o ato da inscrição.

1.6. No caso de serem identificadas duas, ou mais Fichas de Inscrição de um mesmo candidato, será considerada válida, a mais recente.

1.7. Os portadores de deficiência poderão se inscrever, desde que apresentem atestado médico que certifique a deficiência e declare que esta permite o exercício da atividade.

II – Dos Documentos necessários para inscrição:

2.1 O Candidato deverá anexar cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade;
- b) CPF;
- c) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área específica;

- d) Atestado de tempo de serviço; e,
- e) Endereço para correspondência.

III – Das Exigências para a Contratação:

3.1 O candidato aprovado será contratado, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

3.2 No ato da contratação o classificado deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos, sendo penalizado com a eliminação se não cumprir qualquer deles:

3.2.1. Habilitação exigida para a vaga: Diploma de Licenciatura Plena na Área (autenticado), Certificado de Conclusão de Magistério (autenticado), atestado de matrícula e/ou frequência para comprovar mínimo 5ª fase (original).

3.2.2. Prova de aptidão física e mental para a contratação, mediante atestado fornecido por médico oficial.

3.2.3. Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Comprovar idade mínima de 18 anos;
- c) Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- d) Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- e) Apresentar comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo no ato da Posse;
- f) Exame médico admissional;
- g) Declaração de não acúmulo de cargo ou função pública;
- h) Declaração de bens;
- i) CPF, RG, PIS/PASEP;
- j) Declaração de não ter sofrido nenhuma penalidade disciplinar no exercício das funções em órgão público;
- l) Comprovante de residência.

3.2.4. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma ou não aceitar a vaga oferecida passará, automaticamente para o final da lista de classificação.

3.2.5. O candidato depois de aceitar a vaga deverá permanecer no mesmo local de trabalho durante toda a contratação, salvo necessidade imperiosa de interesse público, justificada pela autoridade competente.

3.2.6. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu endereço atualizado junto à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente, passando automaticamente para o final da lista de classificados.

3.2.7. É garantida a devida preferência do candidato portador de necessidades especiais, devidamente aprovado no Processo Seletivo nº 002/2012, desde que no momento da inscrição apresente o atestado médico que certifique a deficiência e declare que esta permite o exercício da atividade.

3.3 A classificação neste Processo Seletivo, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático. A contratação é de competência da Prefeitura Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

IV – Das Provas e da Classificação:

4.1 O Processo Seletivo Simplificado será composto de Prova Escrita e Prova de Títulos.

4.1.2 – Da Prova Escrita e da Classificação: A prova escrita será realizada no dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2012, às 08h30min, nas dependências da Casa da Cidadania, sito Avenida Adolfo Scheidt, nº 326, Centro, município de Leoberto Leal/SC, e obedecerá aos seguintes critérios:

4.1.2.1. A Prova Escrita terá duração máxima de 02h00min. O caderno de provas somente será liberado depois de 1 hora do início da mesma;

4.1.2.1.1 Não haverá provas fora do local designado, nem em

datas e/ou horários diferentes.

4.1.2.2. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas. Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado;

4.1.2.3. Para a realização da prova, o candidato deverá trazer somente caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, lápis e borracha;

4.1.2.4. A prova deverá ser realizada pelo próprio candidato, que somente será admitido para realizar a prova se estiver munido de documento de identidade original com foto e o comprovante de inscrição;

4.1.2.5. Os 03 (três) últimos candidatos da sala de provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente;

4.1.2.6. Será considerado classificado na prova escrita o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos;

4.1.2.7. No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "walk-man" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

4.1.2.8. O caderno de questões é o espaço onde o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.

4.1.2.9. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

4.1.2.10. Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

4.1.2.11. O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida, ou preencher o mesmo com a letra correspondente. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

4.1.2.12. Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

4.1.2.13. Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta) ou que estiverem em branco.

4.1.2.14. O candidato, ao terminar a prova objetiva, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.

4.1.2.15. Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do Processo Seletivo.

4.1.2.16. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

4.1.2.16.1. Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

4.1.2.16.2. For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

4.1.2.16.3. Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

4.1.2.16.4. Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

4.1.2.16.5. Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

4.1.2.16.6. Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova;

4.1.2.17. A prova escrita de Professor de Educação Especial será de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma)

correta;

4.1.2.17.1 A prova escrita é composta pelos seguintes conteúdos: Língua Portuguesa 04 (quatro) questões; Conhecimentos Gerais 03 (três) questões; Matemática 03 (três) questões e Conhecimentos Específicos da Profissão 15 (quinze) questões, valendo cada uma delas a quantia de 0,20 pontos.

4.1.2.18. A prova escrita de Auxiliar de Serviços Gerais será de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma) correta;

4.1.2.18.1 A prova escrita é composta pelos seguintes conteúdos: Língua Portuguesa 10 (dez) questões; Matemática 08 (oito) questões; Conhecimentos Gerais 07 (sete) questões, valendo cada uma delas a quantia de 0,40 pontos.

4.1.2.19. Os Professores serão classificados de acordo com a Habilitação, na seguinte ordem:

1º - Curso Superior completo – Licenciatura Plena, na área específica;

2º - Cursando Licenciatura na área específica - MÍNIMO QUINTA FASE;

3º - Ensino Médio – Magistério Completo;

4º - Ensino Médio.

4.1.3 – Da Prova de Títulos

A prova de títulos, cujos comprovantes deverão ser apresentados no ato de inscrição abrangerá:

Tempo de Serviço, no exercício da função de professor, máximo de 2,5 pontos, sendo:

Tempo de Serviço no Magistério	Na área
a) De 1 ano a 3 anos	0,5
b) De 3 anos e 1 dia a 6 anos	1,0
c) De 6 anos e 1 dia a 9 anos	1,5
d) De 9 anos e 1 dia a 12 anos	2,0
e) Acima de 12 anos e 1 dia	2,5

Cursos de Aperfeiçoamento, cujos comprovantes devem ser apresentados no ato da inscrição, e serão considerados a fim de compor a prova de Títulos, sendo a pontuação máxima permitida no total de 2,5 pontos (não acumulativos), aproveitados os cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área específica, nos anos de 2009 e até 31 de dezembro de 2011, sendo:

- Curso de capacitação e aperfeiçoamento (mínimo 30 horas) – 0,5 pontos;
- Curso de capacitação e aperfeiçoamento (mínimo 100 horas) – 1,0 pontos;
- Especialização (pós-graduação) – 1,5 pontos;
- Mestrado – 2,0 pontos;
- Doutorado – 2,5 pontos.

V – Das Vagas:

5.1 O quadro de vagas e as especificações são as constantes do quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargo	Carga horária semanal	Vagas de Reserva	Habilitação Necessária para a admissão	Remuneração Inicial	Tipo de Prova
-----------------	-------	-----------------------	------------------	--	---------------------	---------------

001	Professor de Educação Especial	20	01	01	Prof. II – Licenciatura Plena na área	681,45 + Abono de 135,30	Escrita e Títulos
002	Professor de Educação Especial	20			Cursando Licenciatura Plena da área – mínimo 5ª fase	395,36 + Abono de 135,30	Escrita e Títulos
003	Professor de Educação Especial	20			Prof. I Ensino Médio – Magistério	454,30 + Abono de 135,30	Escrita e Títulos
004	Professor de Educação Especial	20			Prof. Leigo - Ensino Médio	395,36 + Abono de 135,30	Escrita e Títulos
005	Auxiliar de Serviços Gerais para o Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos, Vereador João Francisco Steinbach	40	01	01	Alfabetizado	434,10 + Abono de 270,79	Escrita

VI – Do Prazo de Validade:

6.1 – O presente processo seletivo, para todos os efeitos, tem validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal de Leoberto Leal.

VII – Da Responsabilidade pelo Processo Seletivo;

7.1 O presente Processo Seletivo será regido pelo presente Edital.

VIII – Do Regime Empregatício e do Regime Previdenciário:

8.1 O candidato habilitado e classificado neste Processo Seletivo, será admitido em caráter temporário, sob o regime Estatutário, e será filiado ao Regime Geral de Previdência Social, não lhes aplicando o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

IX - Da Homologação:

9.1 O resultado final do processo seletivo será homologado pela Prefeitura Municipal e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e no DOM/SC.

X – Do Resultado:

10.1. O resultado final será a soma dos pontos da Prova Objetiva e dos Títulos.

10.2. Em caso de empate, terá preferência o candidato mais idoso.

10.3. Persistindo o empate, o que tiver maior nota na Prova Escrita/Objetiva.

10.4. Não será classificado o candidato que deixar de realizar a prova escrita.

10.5. O gabarito da Prova Objetiva Será homologado e publicado no dia 27/02/2012.

10.6. O Resultado do Processo Seletivo será homologado pela Prefeitura Municipal e publicado no dia 29/02/2012.

XI – Da Escolha de Vagas:

11.1. A escolha de vagas será realizada no dia 02/03/2012 (dois de março de 2012), às 08h00min na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

11.2. O candidato aprovado deverá comparecer na escolha de vagas com 30min (trinta minutos) de antecedência.

11.3. Caso o candidato não compareça no horário e data marcada será considerado como desistente, passando automaticamente para o final da lista de classificados.

XII - Dos Recursos

12.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

I – do presente edital;

II – do não deferimento do pedido de inscrição;

III – da formulação das questões;

IV – da discordância com o gabarito das provas escritas;

V – da classificação;

VI – da homologação do resultado do Processo Seletivo;

12.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal.

12.3. Todos os recursos deverão conter nome do recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido a Prefeita Municipal.

12.4. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação:

12.4.1. Da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

12.4.2. Dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;

12.4.3. Da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de suas provas e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo.

12.4.4. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

12.5. Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pela Prefeita Municipal.

XIII - Das Disposições Gerais e Finais

13.1. A reformulação do presente Processo Seletivo será executado e fiscalizado por uma Comissão nomeada pela Prefeita Municipal, a qual fica delegada a competência de:

13.1.1. Reformular o Edital.

13.1.2. A execução de todas as etapas.

13.1.3. Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas e os títulos, bem como divulgar os resultados, após homologado pela Prefeita Municipal.

13.1.4. Receber e dar o indispensável parecer nos recursos.

13.2. A aprovação no Processo Seletivo origina para o classificado o direito à contratação de acordo com a necessidade do município durante o prazo de sua validade, observada a ordem de classificação.

13.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso à expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

13.4. Os candidatos que não comparecerem na Prova Escrita serão automaticamente desclassificados.

13.5. A guarda dos Cartões Respostas deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Comissão designada nomeada pela Prefeita Municipal, por um período de 05 (cinco) anos, após a homologação do resultado, quando serão incineradas.

13.6. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração no

requerimento, exceto o referente ao endereço do candidato.

13.7. É garantida a devida preferência do candidato portador de necessidades especiais, devidamente aprovado no Processo Seletivo nº 002/2012, desde que no momento da inscrição apresente o atestado médico que certifique a deficiência e declare que esta permite o exercício da atividade.

13.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão nomeada, juntamente com a Prefeita Municipal.

Leoberto Leal, em 13 de janeiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO I**ATRIBUIÇÕES DO CARGO****I- ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR:**

Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;

Participar do processo de planejamento das atividades da escola;

Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Zelar pela aprendizagem do aluno;

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;

Zelar pela disciplina e pelo material docente;

Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

II- ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Executar trabalhos de natureza operacional, abrangendo serviços braçais, de zeladoria e limpeza, copa, protocolo e vigilância, e outras atividades correlatas no Núcleo Escolar da localidade Ribeirão dos Ovos, município de Leoberto Leal.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO II

Conteúdos Programáticos para a Prova Objetiva

Disciplina	Conteúdos
------------	-----------

Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação Gráfica; Classes Gramaticais; Conjugação de Verbos Usuais; Regência; Concordância, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, Figuras de Palavras, Figuras de Pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de Pronomes; Formas de Tratamento; Interpretação de Textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Grau, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; Terceiro Setor; Relações com o Trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; População; Estados Brasileiros; Organização Social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). Constituição Federal nos assuntos relacionados aos Direitos e Deveres do cidadão, Administração Pública, Servidor Público, Previdência Social.

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados

ANEXO III

Conteúdos Programáticos para a Prova Objetiva

Conteúdos ESPECÍFICOS PEDAGÓGICOS E DA ÁREA

Área de Atuação	Conteúdos Específicos da Área de Atuação -
- Professor de Educação Especial	- Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento - Didática Geral; - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - PPP – Plano Político Pedagógico da escola - Constituição Federal, na parte referente à Educação - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). - Inclusão com necessidades educacionais especiais - Parâmetros curriculares nacionais - Diretrizes curriculares nacionais - Saúde Escolar - Temas transversais

ANEXO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº002/2012		Nº da Inscrição
1ª inscrição:		
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M () F ()
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:
Endereço:	Número:	Bairro:
Município:	Número de Dependentes: (comprovar)	Fone: ()
E-mail:		
Títulos Apresentado: (Curso de Aperfeiçoamento na área) – se preciso, utilize o verso ou anexe relação		
Nome do Curso	Órgão Promotor	Carga Horária
		Período de Realização
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Local e Data: Leoberto Leal, em		Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº002/2012		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 45 minutos de antecedência.		
Local e Data: Leoberto Leal, em		Assinatura do Responsável PELO RECEBIMENTO (Prefeitura):

Via Candidato

ANEXO V FORMULÁRIO DE RECURSO

À Exma Srª Tatiane Dutra Alves da Cunha
Prefeita Municipal de Leoberto Leal:

REFERENTE: Processo Seletivo para contratação de professores por tempo determinado – Edital nº 002/2012 – Leoberto Leal / SC

Código do Cargo:	
Nome do Cargo:	
Número da Inscrição:	
Nome do Candidato:	
Endereço para correspondência:	
Telefone para contato:	()

TIPO DE RECURSO (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/> ()	Contra Indeferimento de Inscrição	Nº da questão:
<input type="checkbox"/> ()	Contra Gabarito da Prova Escrita (Anulação)	
<input type="checkbox"/> ()	Contra Gabarito da Prova Escrita (Troca de alternativa)	Gabarito oficial:
<input type="checkbox"/> ()	Contra Resultado Prova Escrita	Resposta do Candidato:
<input type="checkbox"/> ()	Contra Resultado Prova de Títulos	

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O presente recurso deverá ser entregue no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, devidamente preenchido e protocolado.

Data: ____/____/2012.

Assinatura do Candidato

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº: fms.001.10 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.001.10 - Terceiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o valor, com a inclusão de veículo, e em razão da prorrogação da vigência do contrato e pela baixa ocorrência de sinistro, se obteve desconto da Seguradora, passando o valor total de R\$ 8.710,15 (oito mil, setecentos e dez reais e quinze centavos) para R\$ 13.200,77 (treze mil, duzentos reais e setenta e sete centavos), conseqüentemente, também alterando o item 1.1. da Cláusula Primeira, item 2.1. da Cláusula Segunda.

Luzerna(SC), 12 de janeiro de 2011.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS
CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº: pml.001.10 - Sétimo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.001.10 - Sétimo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o valor, em razão da prorrogação da vigência do contrato e pela baixa ocorrência de sinistro, se obteve desconto da Seguradora, passando o valor total de R\$ 29.469,54 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 27.767,69 (vinte e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), conseqüentemente, também alterando o item 1.1. da Cláusula Primeira, item 2.1. da Cláusula Segunda.

Luzerna(SC), 12 de janeiro de 2011.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

SHEILA MANTOANI

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CONTRATADA

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 02/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 03/2012

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 27/01/2012 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Material de Expediente e toner, que serão adquiridos de acordo com as necessidades dos Fundos e Secretarias do Município de Monte Carlo.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. ENTREGA: Documentos e propostas até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 27/01/2012



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

MONTE CARLO, 16/01/2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Aditivo Nº 01/2012 do Contrato Administrativo de FORNECIMENTO de APÓLICES de SEGURO PARA VEÍCULOS da FROTA do FUNCO MUNICIPAL de SAÚDE Nº 46/2007.

ADITIVO Nº 01/2012 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNCO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 46/2007.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde de Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Marcos NEI Correa De Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ nº .07.727.642/0001-36, representada neste ato pelo Srta. Sheila Montoani brasileira, comerciante, portador da carteira de identidade nº11/R-3.156.463/SSP/SC, CPF nº 019.063.479-05, residente e domiciliado em Joaçaba estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo de Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2007, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente contrato é a inclusão/endorosso na apólice vigente de seguro da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, de um veículo Minibus L3H2 Executivo novo 0 (zero) km, ano 2011 modelo 2012, com capacidade para 16 passageiros, chassi nº 93yadcul6cj133008, conforme condições da apólice e da proposta anexa ao devido processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor total deste Aditivo de contrato nº 01/2012 pela inclusão/endorosso na apólice é de R\$ 1.699,95 (um mil, seiscentos e noventa e nove reais com noventa e cinco centavos), conforme proposta apresentada pela contratada, que faz parte integrante deste instrumento, relativo ao(s) item(ns)

Item	Descrição
01	<p>Veículo placa: aavisar Espécie:MINIBUS L3H2 EXECUTIVO Marca: RENAULT Passageiros: 16 Modelo: 2011/2012 TABELA FIPE 110% - SEGURO TOTAL TABELA FIPE 110% - Franquia normal: 2.327,00 - SEGURO CONTRA TERCEIROS - Danos Materiais - 40.000,00 - Danos Corporais - 100.000,00 - APP MORTE POR PESSOA 27.000,00 - APP INVALIDEZ POR PESSOA 27.000,00 - DMH POR PESSOA 6.000,00 - ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 km - SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 4(quatro) vezes, com 01 mais 03 vezes, com vencimentos a cada 30(trinta) dias, devendo estar anexados comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente aditivo de contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, constantes do Orçamento Geral do Município abaixo relacionadas:

Conta Reduzido
01.01 2.030 3.3.90.00.00.00.00.00 16

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado.

As outras cláusulas, itens e parágrafos permanecem inalterados na sua forma original, as quais este aditivo se submete e fica irrevogavelmente ligado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 16 de janeiro de 2012.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Marcos Nei Correa de Siqueira
CONTRATANTE

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Sheila Montoani
CONTRATADA

Testemunhas:
SABRINA BECKER GAUER
CPF - 006.523.799-40
ALBERTINHO MANGOLT
CPF - 789.268.079-91

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 07/2012
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze,

presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Lebon Régis, s/nº, na cidade de Friburgo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 78.989.126/0001-28, neste ato representada pelo Sr. EDGAR RODRIGUES DE MORAES, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Material Gráfico, que serão adquiridos de acordo com as necessidades dos Fundos e Secretarias do Município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária pelos itens constantes na planilha abaixo, pelos itens solicitados e efetivamente entregues, conforme segue:

LOTE:				
2				
	GRAFICA COSMOS			
ITEM	MATERIAL	QTDE	UNIT.	TOTAL
47	ENVELOPE BRANCO TAMANHO 11,5 X 23 CM C/ BRASÃO E	500	1,25	623,39
	LOGOTIPO MONTE CARLO			
48	ENVELOPE BRANCO TAMANHO 18 X 25CM C/ BRASÃO E	500	1,67	835,80
	LOGOTIPO MONTE CARLO			
49	ENVELOPE BRANCO TAMANHO 36 X 26 CM C/ BRASÃO E	1000	1,77	1768,20
	LOGOTIPO MONTE CARLO			
50	PASTA TIMBRADA A CORES COM VERNIS UV C/ BRASÃO E	100	5,41	541,08
	LOGOTIPO DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO			
51	PAPEL TIMBRADO A4 75G/M² COM BRASÃO E BANDEIRA DE MONTE CARLO	16000	0,25	4019,20
52	CARTÃO DE VISITA COM TIMBRE E LOGOTIPO MONTE CARLO	300	0,14	40,59
53	BLOCO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA C/ 50 JOGOS DE 4 VIAS CARBONADOS E COLORIDOS	10	12,56	125,61
54	FICHA CADASTRO FISCAL PAPEL 180G/M² TAMANHO 230X158	500	0,36	178,75
55	PASTAS A CORES CIDADANIA	500	2,13	1062,85
56	ORDEM DE COMPRA CARBONADA C/ 2VIAS- 50 JOGOS	50	12,56	628,04
57	CARTÃO EM CORES COM ENVELOPE BRANCO MEDINDO 10X15CM	3500	0,35	1217,30

58	BOLETIM INFORMATIVO TAMANHO 24X33CM - 4X4 CORES	3000	0,60	1797,30
	COM TEXTO EM COLUNAS E FIGURAS EM PAPEL TIPO			
	COUCHÊ 150G/M²			
70	AUTORIZAÇÃO ADASTECIMENTO/MANUTENÇÃO	50	12,54	627,08
71	DIÁRIO CAMINHÃO	72	11,59	834,81
	TOTAL LOTE			14300,00
LOTE:				
3				
	GRAFICAS COSMOS LTDA			
ITEM	MATERIAL	QTDE	UNIT.	TOTAL
59	PAPEL TIMBRADO A4 75G/M² COM BRASÃO DE MONTE	1000	0,69	692,27
	CARLO E TIMBRE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
60	PASTA EM PAPEL TRIPLEX COM BOLSA INTERNA	1000	3,36	3363,00
	TIMBRADA EDUCAÇÃO TAMANHO 46X31CM, COM VERNIS			
	UV			
61	FICHA DE MATRICULA ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	1000	0,29	286,80
	TAMANHO 21X28CM EM PAPEL SULFITE 180G/M²			
62	BOLETIM P/ ACOMPANHAMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL	500	1,95	974,25
	TIMBRADO EM PAPEL SULFITE 180G/M²			
63	ENVELOPE BRANCO TAMANHO 26X36 CM C/ BRASÃO DE	1000	1,19	1186,90
	MONTE CARLO E TIMBRE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
64	ENVELOPE BRANCO TAMANHO 18X25 CM C/ BRASÃO DE	1000	0,79	791,30
	MONTE CARLO E TIMBRE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
65	CARTAZES DIVULGAÇÃO DA SME TAMANHO 46X31CM EM	500	7,91	3956,45
	CORES PAPEL COUCHÊ 115G/M²			
66	CADERNO UNIVERSITÁRIO C/ ASPIRAL C/ 8 MATÉRIAS COM	250	43,52	10880,23
	FIGURAS E MENSAGENS CFME MODELO			
67	MARCADORES DE PAGINAS COM MENSAGEM TAMANHO	2000	1,19	2373,80
	6X15CM PAPEL COUCHÊ 170G/M²			
68	JORNAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	500	8,90	4451,00
	C/ 22 PAGINAS.			
69	FOLDERS P/ DIVULGAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS	5000	1,38	6924,00
	EDUCACIONAIS TAMANHO 30X20CM EM PAPEL COUCHÊ			
	170G/M² COLORIDO.			
	TOTAL LOTE			35880,00
LOTE:				
4				
	GRAFICAS COSMOS LTDA			
ITEM	MATERIAL	QTDE	UNIT.	TOTAL
72	LAUDO DE VISTORIA BOMBEIROS COM 50 JOGOS DE 2 VIAS	300	18,83	5648,65

	CARBONADA			
73	FICHA ATENDIMENTO PRÉ HOSPI-TALAR CORPO	30	20,32	609,46
	BOMBEIROS SC 100X1 FRENTE E VERSO			
74	RECIBO DE ENTREGA DE VITIMAS E PERTENCES, CFME	100	9,41	941,44
	MODELO BOMBEIROS, COM 30 JOGOS DE 2 VIAS			
	CARBONADAS			
75	BOLETIM DE OCORRENCIA POLI-CIA MILITAR C/ 50 JOGOS	10	14,86	148,65
	DE 2 VIAS FRENTE E VERSO			
76	AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO COM 50 JOGOS C/ 3 VIAS	20	12,09	241,80
	CARBONADAS			
	TOTAL LOTE			7590,00

As despesas decorrentes da entrega do, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, já enumeradas no edital PR 38/2011, que este termo se subordina.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 74/2011, Pregão Presencial nº 38/2011 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12(dose) meses a contar da assinatura do presente ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 16 de Janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo	ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES	EDGAR RODRIGUES DE MORAES
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 08/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2012

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo , Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Gustavo Zimmermann, nº 1990 , na cidade de Blumenau-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05.665.084/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Braz Albano, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Material Gráfico, que serão adquiridos de acordo com as necessidades dos Fundos e Secretarias do Município de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária pelos itens constantes na planilha abaixo, pelos itens solicitados e efetivamente entregues, conforme segue:

LOTE:				
1	ALBGRAF			
ITEM	MATERIAL	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	BOLETIM ATENDIMENTO DE URGENCIA (FICHA VERDE).	15000	0,10	1479,59
2	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	20000	0,08	1578,00
3	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL CARBONADA. BLOCO C/ 50FLS.	1000	7,50	7498,60
4	CARTÃO DA FAMILIA	5000	0,13	641,50
5	CARTEIRA DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS	5000	0,11	542,50
6	ATESTADO MÉDICO. BLOCO C/ 50 FLS.	600	1,97	1183,98
7	REQUISIÇÃO DE EXAMES	1000	1,97	1973,30
8	RECEITUÁRIO MÉDICO (CARBONADO EM 2 VIAS)	1000	7,40	7399,90
9	FICHA CLINICA ODONTOLÓGICA	10000	0,10	987,00
10	EVOLUÇÃO CLINICA	5000	0,11	542,50
11	FICHA A	5000	0,11	542,50
12	FICHA D	2000	0,14	276,20
13	FICHA B GES FRENTE E VERSO	1000	0,16	157,90
14	CARTÃO DE AGENDAMENTO CONSULTA	5000	0,13	641,50
15	FICHA SSA2 RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMILIAS NA AREA/EQUIPE FRENTE E VERSO	1000	0,16	157,90
16	FICHA PMA2 FRENTE RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E DE MARCADORES PARA AVALIAÇÃO	1000	0,15	148,00
17	FICHA D COMPLEMENTAR FRENTE REGISTRO DE ATIVIDADES, PROCEDIMENTOS E NOTIFICAÇÕES	2000	0,14	276,20
18	FICHA REGISTRO DIÁRIO DE ATENDIMENTOS DAS GESTANTES NO SISPRENATAL FRENTE	2000	0,14	276,20
19	BOLETIM DE SERVIÇOS PRODUZIDOS FRENTE	2000	0,14	276,20
20	BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	3000	0,13	384,90
21	BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO FRENTE	5000	0,14	690,50
22	FICHA DE CONTROLE DE SINAIS VITAIS UNID.	20000	0,10	1974,00
23	PRESCRIÇÃO MÉDICA	5000	0,10	493,50
24	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE SORO	2000	0,07	138,20
25	FICHA SISVAN FRENTE E VERSO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2000	0,15	296,00

26	FICHA DE EXAME CITOPATOLÓGICO COLO DO ÚTERO	2000	0,15	296,00
	FRENTE E VERSO 2 PAGINAS			
27	CARTÃO FISIOTERAPIA FRENTE E VERSO	2000	0,10	197,40
28	CARTÃO GESTANTE SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE E VERSO	2000	0,47	947,20
	DOBRÁVEL PAPEL CARTÃO			
29	CARTÃO PLANEJAMENTO FAMILIAR FRENTE E VERSO	2000	0,13	256,60
30	CARTÃO AGENDAMENTO CONSULTA FRENTE	5000	0,08	394,50
31	BLOCO AGENDAMENTO DE CONSULTA E EXAMES 2 VIAS	200	6,91	1381,32
	CARBONADA COM 50 JOGOS			
32	ENVELOPE TIMBRADO TAMANHO 114X229MM LOGOTIPO SAÚDE E BRASÃO DE MONTE CARLO	1000	0,49	493,30
33	ENVELOPE TIMBRADO TAMANHO 176X250MM LOGOTIPO SAÚDE E BRASÃO DE MONTE CARLO	1000	0,72	720,30
34	ENVELOPE TIMBRADO TAMANHO 240X340MM LOGOTIPO SAÚDE E BRASÃO DE MONTE CARLO	1000	1,26	1262,90
35	FOLHA A4 TIMBRADA 75G/M² COM BRASÃO DO MUNICÍPIO E LOGOTIPO SAÚDE	2000	0,30	592,00
36	PASTA BRANCA COM BRASÃO DE MONTE CARLO E LOGOTIPO SAÚDE	2000	1,68	3354,60
37	LAUDO P/ SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO INTERNAMENTO HOSPITALAR	500	0,25	123,35
38	LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DO BPA-1 FRENTE	1000	0,19	187,50
39	FICHA REQUISIÇÃO P/ EXAME IMONOLOGIA FRENTE	1000	0,19	187,50
40	FICHA REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA FRENTE E VERSO	1000	0,16	157,90
41	FICHA P/ SOLICITAÇÃO TESTE SOROLÓGICO P/ HEPATITE VIRAL FRENTE E VERSO	1000	0,19	187,50
42	FICHA P/ REQUISIÇÃO DE EXAME HIV FRENTE	1000	0,19	187,50
43	CALENDÁRIO 2012 PERSONALIZADO SECRETARIA DE SAÚDE COM BRASÃO DE MONTE CARLO 32X45, CONFORME MODELO	5000	1,38	6906,50
44	ENVELOPE P/ ACONDICIONAR RAO X 22X28CM COM BRASÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E LOGOTIPO SECRETARIA DE SAÚDE.	1200	0,73	876,12
45	ENVELOPE P/ ACONDICIONAR RAO X 34X44CM COM BRASÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E LOGOTIPO SECRETARIA DE SAÚDE.	1200	1,81	2166,72
46	ENVELOPE P/ ACONDICIONAR RAO X 39X47CM COM	1200	1,81	2166,72

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E LOGOTIPO			
SECRETARIA DE SAÚDE.			

As despesas decorrentes da entrega do, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2012, já enumeradas no edital PR 38/2011, que este termo se subordina.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 74/2011, Pregão Presencial nº 38/2011 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12(dose) meses a contar da assinatura do presente ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 16 de Janeiro de 2012.

Município de Monte Carlo	Albgraf Formulários Contínuos Ltda
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES	BRAZ ALBANO
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Navegantes

PREFEITURA

Prorroga prazo para pagamento do IPTU 2012 e suas taxas

DECRETO N º 059 DE 13 DE JANEIRO DE 2012

PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU E SUAS TAXAS REFERENTES AO ANO DE 2012, COM SEUS RESPECTIVOS DESCONTOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município e o artigo 237 da lei complementar nº 6 de 31/12/2002, DECRETA:

Art. 1 º O vencimento da parcela única do IPTU e suas taxas referentes ao exercício de 2012 fica prorrogado conforme segue:

- I - Pagamento até 31/01/2012: desconto de 20% (vinte por cento);
- II - Pagamento até 29/02/2012: desconto de 15% (quinze por cento);
- III - Pagamento até 31/03/2012: desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2 º O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU e suas taxas referentes ao exercício de 2012 em parcelas, poderá fazê-lo em até 10 (dez) vezes, com pagamento da primeira parcela até a data de 31/03/2012 sem multas ou juros.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2012.
EMÍLIO VEIRA
Prefeito Em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de janeiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 02/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK PARA O TRANSPORTE DO GERADOR DURANTE OS EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 30/01/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 30/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 17 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 182/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2011PMN

RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINA, (TRATORES E CAMINHÕES), PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 27/01/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 27/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 16 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 195/2011PMN

—PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE PEÇAS (LAMINAS, PARAFUSOS, E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DAS PATROLAS DRESSER 835 E PATROLA CARTEPILLA 120B, QUE PRESTAM SERVIÇO A SECRETARIA DE OBRAS. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 30/01/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 30/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 17 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 72/2011FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2011

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SAMU E PACIENTES DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE NAVEGANTES. (CAPS). Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 31/01/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 31/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 17 de janeiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 001/COMPRAS/2012

PORTARIA Nº 001/COMPRAS/2012 de 05/01/2012

Designa Membros para Comissão Municipal Especial para análise de amostras solicitadas em certame licitatório.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designadas as servidoras abaixo relacionadas, para sob a presidência da primeira, integrarem "Comissão Municipal Especial" para análise e avaliação de amostras de Material Pedagógico e de Escritório, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2012;

- Graciela Darós Piffer - Professora Nivel IV - Matrícula nº 197 ;
- Scheila Diamantina Torres - Assistente Administrativo;
- Andreza de Oliveira Cadorin - Assistente Administrativo - Matrícula nº 4099.

Art. 2º - A Comissão Especial ficará encarregada de analisar os itens citados em Termo de Referencia do Edital de Licitação nº 126/2011, e emitir Parecer por Escrito conforme o proposto no Anexo I, Cláusula 3, itens 3.1, 3.2 e 3.3 do referido edital;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 1 de janeiro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 1 de janeiro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário de Administração e Finanças

Paial**PREFEITURA****Processo Seletivo 06/2011**

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 06/2011.

A Prefeita Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e art. 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos no processo seletivo 06/2011, conforme relação abaixo:

Agente Comunitário de Saúde

Insc.	Nome do Candidato	Área
01	Mirian Berghofer Albrecht	L ^a Pavão
02	Janete Gross Bösing	L ^a Salete

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 13 de janeiro 2012.
LIDACI LUTERECK LOPES CROMIANSKI
Prefeita Municipal em exercício

Registra-se e publica-se.

Editais de Pregão Presencial 02/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 02/2012

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2012 - Edital de Pregão Presencial 02/2011.

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen bovino, bainhas e luvas para o programa de inseminação artificial da diretoria de agricultura conforme especificado no anexo I deste edital.

Data e Hora da Abertura da Licitação: 14h00min do dia 26/01/2012
Data e hora Limite para entrega dos Envelopes: 13h45min do dia 26/01/2012.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 13 de janeiro de 2012

LIDACI LUTERECK LOPES CROMIANSKI
Prefeita Municipal em exercício

Paulo Lopes**PREFEITURA****Processo Seletivo 01/2012**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2012 de 16/01/2012. O Município de Paulo Lopes torna Público a quem interessar, que estarão abertas de 18/01/2012 à 27/01/2012, as inscrições ao processo seletivo para o processo seletivo de Cargos Públicos, a serem admitidos em CARÁTER TEMPORÁRIO, Conforme Leis 964/94,957/202 e 1164/2006, para atuarem como monitoras do (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti), para o ano de 2012, observadas as normas e procedimentos do Edital a que se refere. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição na Secretaria de Educação e no site www.paulolopes.sc.gov.br, no horário das 07:00 às 13:00 horas. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0452.

Paulo Lopes, 17 de janeiro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto Nº 3.517, de 12 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº 3.517, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 5.275,04 (Cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0203 - Secretaria de Educação e Cultura
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 1201 - Ensino para Todos
Atividade: 3039 - Aquisição de Veículos - Educação
Modalidade de Aplicação: 4490-0000
Fonte: 0101

Total Suplementado R\$ 5.275,04

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 5.275,04 (Cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço

da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2011, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 12 DE JANEIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.518, de 12 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 3.518, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 212.000,00 (Duzentos e doze mil reais), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0203 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Ensino para Todos

Atividade: 3039 - Aquisição de Veículos - Educação

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0183

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Contrato de Operação de Crédito nº 327.697-31 celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Pinheiro Preto, destinado a execução do projeto integrante Caminhos da Escola, no valor de R\$ 212.000,00 (Duzentos e doze mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE JANEIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.519, de 12 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 3.519, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com

Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 55.447,50 (Cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0205 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 601 - Promoção e Produção Vegetal

Programa: 2001 - Assistência ao Produtor Rural

Atividade: 3052 - Aquisição de Veículos, máquinas e Equip. Agrícolas

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0124.55

Total Suplementado R\$ 55.447,50

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio nº 16693 20011-6 Processo nº ER09 1242 11-3 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o município de Pinheiro Preto, destinado a Aquisição de Equipamentos Agrícolas, no valor de R\$ 55.447,50 (Cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 12 DE JANEIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.520, de 12 de Janeiro de 2012.

DECRETO Nº 3.520, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.546/2011 de 05 de Outubro de 2011; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria de Administração e Finanças

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 2701 - Desporto e Lazer

Atividade: 3059 - Ampliação da Rede Física Esportiva

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0124.55

Total Suplementado R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Processo nº ER09 1288 11-3, Contrato de Apoio Financeiro nº 13307 2011-8, Projeto PTEC nº 1689 11-8 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o

município de Pinheiro Preto, destinado a execução do Projeto de Implantação de Academia ao ar livre, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 12 DE JANEIRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso Pregão 006/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2012 - Registro de Preços

OBJETO - Contratação de empresa(s) pelo sistema de Registro de Preços que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 40 (trinta) Códigos de Acesso (mantendo-se os Códigos de Acesso do Plano já existente, a serem informados pela contratante quando a Assinatura do Contrato - portabilidade), com o fornecimento das 40 (trinta) Estações Móveis, devidamente ativadas, associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, pelo período de 12 meses conforme especificações constantes no termo de referencia do Edital TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00h do dia 27/01/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

MARCO AURÉLIO PEREIRA
Pregoeiro

Porto Belo - SC. 16 de janeiro de 2012.

Extrato do Contrato Nº 001/2012 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 001/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 007/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de duas salas comerciais, medindo 40m² (quarenta metros quadrados) cada, localizadas na Rua José Guerreiro Filho, 265, no Centro deste Município, para a instalação da Equipe Pedagógica de Educação Infantil do Município de Porto Belo.

Contratado: MARIA DO SOCORRO CARVALHO KRAUSE

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$

12.528,00 (doze mil quinhentos e vinte e oito reais).
Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 002/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Extrato de Contrato Nº 002/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 006/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de uma casa de alvenaria, com 280m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizada na Rua Hironildo Conceição dos Santos, nº 1.100, Bairro Perequê, neste Município, para a instalação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Contratado: BENEDICTO FERRI

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 16.584,00 (dezesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 002/2012 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 002/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 008/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de duas salas comerciais, medindo 40m² (quarenta metros quadrados) cada, localizadas na Rua José Guerreiro Filho, 265, no Centro deste Município, para a ampliação da Secretaria de Educação do Município de Porto Belo.

Contratado: MARIA DO SOCORRO CARVALHO KRAUSE

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 12.528,00 (doze mil quinhentos e vinte e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 002/2012 - TURISMO

Extrato de Contrato Nº 002/2012 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Folha de Pagamento e Recursos Humanos em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da CONTRATANTE.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos

mesmos, durante o período contratual.

b) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.

c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.

d) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Prazo de vigência: O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de implantação do(s) sistema(s), com vigência até 31/12/2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 3.501,60 (três mil e quinhentos e um reais e sessenta centavos)

Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Extrato de Contrato Nº 003/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 011/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de uma casa de alvenaria, com 133m² (cento e trinta e três metros quadrados), localizada na Rua Lúcio José Airoso, nº 144, Bairro Vila Nova, neste Município, para a instalação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do Município de Porto Belo.

Contratado: PAULO HEITOR REBELO

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 9.132,00 (nove mil cento e trinta e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2012 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 003/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 009/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de três salas comerciais, medindo 40m² (quarenta metros quadrados) cada, localizadas na Rua José Guerreiro Filho, 265, no Centro deste Município, para a instalação da Secretaria Municipal de Educação, o Departamento de Nutrição e de Transporte Escolar do Município de Porto Belo.

Contratado: MARIA DO SOCORRO CARVALHO KRAUSE

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 18.744,00 (dezoito mil setecentos e quarenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 003/2012 - TURISMO

Extrato de Contrato Nº 003/2012 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública, Compras e licitações, Folha de Pagamento e Recursos Humanos em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da CONTRATANTE. 1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.

b) Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara.

c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.

d) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos SISTEMAS contratados.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Prazo de vigência: O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de implantação do(s) sistema(s), com vigência até 31/12/2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 7.688,40 (Sete mil e seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 02 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 004/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Extrato de Contrato Nº 004/2012 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 012/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de imóvel em Alvenaria com 90 m2 com cobertura de telha, 7 cômodos na Av. Colombo Machado Salles, nº 624, Bairro Perequê no Município de Porto Belo para o funcionamento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contratado: BIANOR BELO DA SILVA

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 12.612,00 (doze mil seiscentos e doze reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 004/2012 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 004/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 010/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de uma casa de alvenaria, com aproximadamente 100m² (cento metros quadrados), localizada na Rua Venino Pereira Cruz, 304, Bairro Centro, neste Município, para a instalação do Conselho Tutelar do Município de Porto Belo.

Contratado: INGO GERMANO JANDT

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 10.284,00 (dez mil duzentos e oitenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 004/2012 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 004/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 001/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de imóvel localizado na Av. Gov. Celso Ramos, nº 135, Bairro Vila Nova, anexo ao Posto 4 Ilhas para instalação e funcionamento do Departamento de Trânsito deste Município.

Contratado: PEDRO PAULO DA CUNHA

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 17.028,00 (dezesete mil e vinte e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 005/2012 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 005/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 002/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de um imóvel, localizado na Rua Leopoldo Guerreiro, SALA 01, Bairro Centro, deste Município, para a instalação da Rodoviária Municipal de Porto Belo.

Contratado: ALCIDES TOMAZI

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 10.092,00 (dez mil e noventa e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 006/2012 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 006/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 003/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de um imóvel, localizado na Rua Irineu José Moreira, nº 146, no Bairro Centro, deste Município, para a instalação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Contratado: MARIA DE LOURDES REBELO MOREIRA

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 20.496,00 (vinte mil quatrocentos e noventa e seis reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 007/2012 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 007/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 004/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de uma sala comercial, medindo 50m² (cinquenta metros quadrados), localizada na Rua Irineu José Moreira, nº 337, no Centro deste Município, para a instalação da Epagri, em serviço de assistência técnica.

Contratado: JOÃO OLIDES DEDIN

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 10.296,00 (dez mil duzentos e noventa e seis reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 008/2012 - PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 008/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação nº 005/2012

Objeto: Fica ajustada a locação de um imóvel comercial, medindo 421,25m², localizado na Avenida Governador Celso Ramos, 2.990, no Centro deste Município, para a instalação do Centro de Integração Municipal - CIM, no Município de Porto Belo.

Contratado: MAURILIO GOULART

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 12 (doze) meses, iniciando-se dia 02 de janeiro de 2012, e cessando seu tempo determinado dia 31 de dezembro de 2012.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 116.664,00 (cento e dezesseis mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de janeiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 088/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 088/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 120/2011

Objeto: CONSTRUÇÃO DE BERÇÁRIO NAS DEPENDENCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL ALDA FURTADO DOS SANTOS COM ÁREA A CONSTRUIR DE 246,24M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS.

Contratado: CHAIANE TAMARA PEREIRA DE BORTOLI-ME

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de 120 DIAS a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 131.995,23 (cento e trinta e um mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos).

Data e assinatura do contrato: 27 de dezembro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0002/RH

PORTARIA N. 0002/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização "Lato Sensu", em Ludopedagogia e Letramento na Educação Infantil e Anos Iniciais, à servidora municipal MARCIA WESSNER VINOTTI, matrícula n. 6084/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 03/01/2012, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Mglb

Portaria Nº 0801/2011

PORTARIA Nº 0801/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora FERNANDA MABEL FELTRIN ODEBRECHT, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme certidão de nascimento n.º 0039631 19 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de IAN ODEBRECHT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vf

Resumo Edital Dispensa Licitação Nº 004/2012

DISPENSE DE LICITAÇÕES Nº 004/2012

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Prestação de serviços de palestrante e docente para realização do seminário pedagógico de abertura no ano letivo/2012, com palestras e cursos para professores da rede pública municipal de Rio do Sul. Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 19.179,54 (dezenove mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Fundamento Legal: Parágrafo 1º, Inciso II, do Art. 25, combinado com Inciso II do Art. 13, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 09 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo Edital Pregão Presencial Nº 001/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de calcário para Secretaria Municipal de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 30/01/2012, às 14:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 30/01/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo Edital Pregão Presencial Nº 002/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2012

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de lâminas, unhas, dentes e suportes para reposição em equipamentos da Secretaria Municipal de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 30/01/2012, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 30/01/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

001/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PILZ DE SOUSA portador(a) do CPF nº 029.596.199-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Urubici, 374, Bairro Sumaré, Rio do sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA PAULA PILZ DE SOUSA
Contratado (a)

002/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2011**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIBEL MARIA PEREIRA portador(a) do CPF nº 806.821.469-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Visconde Maua, 56, Bairro Santana, Rio do sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARIBEL MARIA PEREIRA
Contratado (a)

011/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISETE LOOZ portador(a) do CPF nº 932.044.779-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302 Km, 057316, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARISETE LOOZ
Contratado (a)

019/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISETE LOOZ portador(a) do CPF nº 932.044.779-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302 Km, 057316, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARISETE LOOZ
Contratado (a)

021/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA BOLL CARDOSO portador(a) do CPF nº 006.449.959-63, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santa Cruz, 150, Bairro Auto Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA BOLL CARDOSO
Contratado (a)

025/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Dom João VI, 55, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
Contratado (a)

026/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA SOARES portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Decio Giovane Schlatter Lot. Continental, s/n, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRICIA SOARES
Contratado (a)

027/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ORIANE PISETTA portador(a) do CPF nº 969.595.929-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 23 de julho, 375, Bairro Centro, Pouso Redondo - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ORIANE PISETTA
Contratado (a)

028/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Benedito Novo, 440, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIENE BARTH ERRATH
Contratado (a)

029/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINARIO KISSNER portador(a) do CPF nº 004.328.729-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Humaita, 1059, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

GISHLAINE APOLINARIO KISSNER
Contratado (a)

030/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA portador(a) do CPF nº 833.570.689-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Finardi, 286, Bairro Centro, Agronômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
Contratado (a)

031/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA SALLA portador(a) do CPF nº 020.384.439-47, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Augusto Perffol, 60, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

TATIANA SALLA
Contratado (a)

032/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cerejeira, 76, Bairro Jardim Alexandro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
Contratado (a)

033/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Peroba, 220, Bairro Jardim Alexandro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CARLA FRANCYELE SOUZA
Contratado (a)

034/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua dos Vereadores, 1505, Bairro Itoupava, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ZONEIDE DE SOUZA
Contratado (a)

035/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANA GIOVANELLA MAZERA portador(a) do CPF nº 005.860.839-79, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Otto Peyerl, 63, Bairro Riachuelo, Lontas - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANA GIOVANELLA MAZERA
Contratado (a)

036/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIR LUZIA WEISS portador(a) do CPF nº 487.773.829-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodolfo Leite, 26, Bairro Centro, Lontas - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SONIR LUZIA WEISS
Contratado (a)

037/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLÖPPEL SEBOLD portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa, 788, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ZILMA KLÖPPEL SEBOLD
Contratado (a)

038/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Antônio Tonon, 430, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDNA KOCH SCHOWAMBACH
Contratado (a)

039/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE DEMETRIO portador(a) do CPF nº 041.603.109-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Samuel, 43, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELAINE DEMETRIO
Contratado (a)

040/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua da Floresta ,s/n, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARILISE SCHWARTZ

Contratado (a)

041/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI CARMEN ZIMERMAN portador(a) do CPF nº 474.293.300-10, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Luis Pasteur, 86, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ROSELI CARMEN ZIMERMANN

Contratado (a)

042/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELLA ARAGÃO portador(a) do CPF nº 036.197.239-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rio do Oeste, 42, Bairro Europiso, Lontas - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

FRANCIELLA ARAGÃO

Contratado (a)

043/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gentil Becker, 42, Bairro Laranjeiras, Rio do sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER
Contratado (a)

044/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA DA ROCHA portador(a) do CPF nº 008.974.759-33, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, 930, Bairro Boa Vista, Rio do sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com

jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANESSA DA ROCHA
Contratado (a)

045/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA CEOLIN portador(a) do CPF nº 071.396.559-28, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade da Bracatinga, 308, Bairro Bracatinga, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DEBORA CEOLIN
Contratado (a)

046/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI portador(a) do CPF nº 060.058.209-40, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mario Ferrari , S/N, Bairro Caçador, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI

Contratado (a)

047/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Oscar Strerv , 888, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado (a)

048/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NILVA MARIA MIGUEL portador(a) do CPF nº 000.098.479-52, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Caetano Ce , 254, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NILVA MARIA MIGUEL
Contratado (a)

049/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) PATRICIA NAHRING WERNKE portador(a) do CPF nº 007.803.029-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Ribeirão Strey, s/n, Bairro Ribeirão Strey, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRICIA NAHRING WERNKE
Contratado (a)

050/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA portador(a) do CPF nº 053.881.749-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gabriel Bianchet, 179, Bairro Taboão - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KELLY DA SILVA
Contratado (a)

051/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CIRILO portador(a) do CPF nº 007.042.079-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Leal da Silva, 424, Bairro Centro Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA PAULA CIRILO
Contratado (a)

052/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Nunes, 25, Bairro Santa Rita Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDITE CARDOSO
Contratado (a)

053/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI portador(a) do CPF nº 023.323.219-26, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gustavo Kopp, 265, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI
Contratado (a)

054/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER portador(a) do CPF nº 038.977.919-94, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Fundos Aurora , s/n, Bairro Fundos Aurora, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER
Contratado (a)

055/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARY LEIDE KAMMER portador(a) do CPF nº 036.883.719-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua República Argentina, 208, Bairro Salto Pilão, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARY LEIDE KAMMER

Contratado (a)

056/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) VALQUIRIA CLASEN MOHR portador(a) do CPF nº 041.392.859-40, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Décio Giovane Schlatter, s/n, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VALQUIRIA CLASEN MOHR

Contratado (a)

057/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Veriador Luiz Valiatti, 121, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CRISTIANI BECKER

Contratado (a)

058/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ernesto Ferrari, 77, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CINEIDE MARILEIA MOSER
Contratado (a)

059/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) LUCIARA JULIA AVI portador(a) do CPF nº 007.405.149-03, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Videira, 44, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIARA JULIA AVI
Contratado (a)

060/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Blumenau, 2193, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA KURTZ
Contratado (a)

061/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ISABEL SCHRAMM BRITO portador(a) do CPF nº 569.413.159-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Belem, 177, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ISABEL SCHRAMM BRITO
Contratado (a)

062/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Venezuela, 140, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS
Contratado (a)

063/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Bom Fim , s/n, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SINTIA LUCIANO
Contratado (a)

064/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA RAMOS DA SILVA portador(a) do CPF nº 046.711.619-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Espírito Santo, 114, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANA RAMOS DA SILVA
Contratado (a)

065/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANDRESSA CATIUCIA CUNHA portador(a) do CPF nº 063.620.849-42, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gustavo Kopp, 129, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANDRESSA CATIUCIA CUNHA
Contratado (a)

066/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 1º de Maio, 50, Bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS

Contratado (a)

067/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 070.322.879-05, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Finardi, 286, Bairro Centro, Agronômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ALESSANDRA DE SOUZA

Contratado (a)

068/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MAGALI CRISTINA SCHON portador(a) do CPF nº 006.547.999-89 , na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alfredo Viebrantz, 286, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MAGALI CRISTINA SCHON
Contratado (a)

069/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 040.805.686-06, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Anildo de Oliveira, 207, Bairro Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível I), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.261,38 (mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS
Contratado (a)

070/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Margem Esquerda, S/n Bairro Margem Esquerda, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOICE MARA SCHMITZ

Contratado (a)

071/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE VANESSA VANDRESEN portador(a) do CPF nº 066.327.439-78, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco dos Metalúrgicos, 63 Bairro Budag, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANE VANESSA VANDRESEN
Contratado (a)

072/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA FACHINI SCHEIDT portador(a) do CPF nº 027.711.179-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 7 de Setembro, 651 Bairro Centro, Laurentino- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABIANA FACHINI SCHEIDT
Contratado (a)

073/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Justino de Oliveira, s/n Bairro Centro, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

BIANCA JANINE SCOZ
Contratado (a)

074/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA FOSTER portador(a) do CPF nº 004.149.659-06, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Erminio Stolf, 77 Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CATIA FOSTER
Contratado (a)

075/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Eugênio Marchi, 665 Bairro Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado (a)

076/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANGELA APARECIDA SILVA portador(a) do CPF nº 045.639.119-33, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Braço Aurora, Bairro Braço Aurora, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANGELA APARECIDA SILVA

Contratado (a)

077/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ portador(a) do CPF nº 006.462.199-52, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 13 de Agosto,190, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ

Contratado (a)

078/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Krieger, 415, Bairro Valada São Paulo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANAINA APARECIDA DA SILVA
Contratado (a)

079/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MAZZINI portador(a) do CPF nº 073.275.319-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Conselheiro Willy Hering, 647, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JESSICA MAZZINI
Contratado (a)

080/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emilio Ferrari, 97, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SUSANA MARIA FERREIRA

Contratado (a)

081/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LENIR PETRY DA SILVA portador(a) do CPF nº 037.948.119-76, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Angelo João Cruz, 443, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LENIR PETRY DA SILVA
Contratado (a)

082/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Alameda Aristiliano Ramos, 817, Bairro Centro, Petrolândia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT
Contratado (a)

083/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE FRANCISCA DA SILVA portador(a) do CPF nº 004.635.959-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alfredo Swarowsky, 780, Bairro Bela Aliança, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANE FRANCISCA DA SILVA
Contratado (a)

084/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE INÊS SAWICKI portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Expedicionário Menelau Claudino dos Santos, 151, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

IVONE INÊS SAWICKI
Contratado (a)

085/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA MEES portador(a) do CPF nº 009.943.479-28, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Henrique Degenhardt, 320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANA CAROLINA MEES

Contratado (a)

086/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA FERREIRA portador(a) do CPF nº 040.944.249-62, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Morro do Diogo, Bairro Morro do Diogo, Lontras- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA FERREIRA
Contratado (a)

087/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELLE CRISTINA FRONZA portador(a) do CPF nº 007.798.389-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vicente João Barcelos, 246 Bairro Budag- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELLE CRISTINA FRONZA
Contratado (a)

088/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MACHADO portador(a) do CPF nº 008.803.589-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Luiz Florentino Porto, 401 Bairro Fundo Canoas- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANA MACHADO
Contratado (a)

089/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 089/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISÂNGELA MAFRA portador(a) do CPF nº 817.979.409-10, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leonel Thiesen, 190 Bairro Centro Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELISÂNGELA MAFRA
Contratado (a)

090/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NILVO DA SILVA portador(a) do CPF nº 898.208.009-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nereu Ramos, 2547 Bairro vila Nova Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NILVO DA SILVA
Contratado (a)

091/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 024.026.039-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Dorval Gonzaga, 282 Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.261,38 (mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS

Contratado (a)

092/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA TEIKOSKI portador(a) do CPF nº 024.026.039-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Dorval Gonzaga, 282 Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANDREIA TEIKOSKI

Contratado (a)

093/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) AMARILDA HAMES portador(a) do CPF nº 792.082.239-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302, 4680, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

AMARILDA HAMES
Contratado (a)

094/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE BIANCHET portador(a) do CPF nº 005.505.949-06, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pref. Jose Tambosi, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FRANCIANE BIANCHET
Contratado (a)

095/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI STEINHEUSER portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Localidade Itaquá, 429, Bairro Itaquá, Presidente Nereu - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NOELI STEINHEUSER
Contratado (a)

096/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL portador(a) do CPF nº 053.459-459-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carmela Stolf, s/n, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELA PAUL
Contratado (a)

097/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DILVA NAZARI FRANCO portador(a) do CPF nº 988.911.549-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tocantins, 98, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DILVA NAZARI FRANCO
Contratado (a)

098/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINHA SOARES portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Porto Seguro, 200, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSINHA SOARES
Contratado (a)

099/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT portador(a) do CPF nº 050.303.569-67, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guilherme Kanitz, 54, Bairro Centro, Agrolândia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT
Contratado (a)

100/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MIRIAN BRODWOLF PADILHA portador(a) do CPF nº 692.385.379-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Frankemberg, S/N, Bairro Bela Aliança, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN BRODWOLF PADILHA
Contratado (a)

101/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa, 788, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SANTILIA DOS ANJOS
Contratado (a)

102/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) AUCELY MARIA OTTO ROBERTI portador(a) do CPF nº 518.344.309-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carlos Knappmann, 449, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

AUCELY MARIA OTTO ROBERTI
Contratado (a)

103/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Waschington Luiz, 280, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSEMERY LEHMKUHL
Contratado (a)

103/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Waschington Luiz, 280, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSEMERY LEHMKUHL
Contratado (a)

104/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES portador(a) do CPF nº 006.414.499-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Geremias Medeiros, 333, Bairro Valada Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
Contratado (a)

105/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Luis Adelar Soldatelli, 6520, Bairro Valada São Paulo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância

correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KELI CARLA RIBEIRO
Contratado (a)

106/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMARY LEHMKUHL portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Waschigton, 333, Bairro Valada Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSEMARY LEHMKUHL
Contratado (a)

107/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELINHA SCHAFFER NAU portador(a) do CPF nº 046.938.749-14, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Wenceslau Borini, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais

da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ADELINE SCHAFFER NAU
Contratado (a)

108/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Beco Aldo Magnani, 42 Bairro Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas

partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE PEREIRA MAGNANI
Contratado (a)

109/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA BINI portador(a) do CPF nº 071.149.219-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Madeira, 3137 , Bairro , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

DAIANA BINI

Contratado (a)

110/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELE CRISTINE LEHMANN portador(a) do CPF nº 057.800.689-84, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emilio Trevisani,200 , Bairro Barra da Itoupava , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELE CRISTINE LEHMANN
Contratado (a)

111/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DE MATOS portador(a) do CPF nº 009.522.329-01, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Nascheweng , 301 , Bairro Brehmer , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANA DE MATOS
Contratado (a)

112/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE GOEDERT DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 066.195.789-69, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Willy Schroeder , 2371 , Bairro Centro , Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
Contratado (a)

113/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA REGINA GALDINO portador(a) do CPF nº027.485.799-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Daniel Andreata, 191, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezanove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANDREIA REGINA GALDINO
Contratado (a)

114/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA COELHO portador(a) do CPF nº 041.079.929-77, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Henrique Muller, 305, Bairro Canoas, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SABRINA COELHO
Contratado (a)

115/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA RITA TONET portador(a) do CPF nº 003.481.569-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ivo Badziak, 140, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MONICA RITA TONET
Contratado (a)

116/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOPF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 520 , Bairro Centro , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FRANCIANE KNOPF
Contratado (a)

117/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL DOLSAN portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alfredo Viebrantz, S/N , Bairro Fundo Canoas , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN
Contratado (a)

118/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua , , Bairro , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado (a)

119/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRÍCIA MELLO SORDI portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua , , Bairro , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRÍCIA MELLO SORDI
Contratado (a)

120/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TAÍS ALESSANDRA KORB SOMMER portador(a) do CPF nº 053.732.879-38, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jacob, Johann Dyck,49 , Bairro Budag , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

TAÍS ALESSANDRA KORB SOMMER
Contratado (a)

122/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARETH CREUTZBERG portador(a) do CPF nº 664.838.839-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 15 Novembro, 253, Bairro Centro, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARGARETH CREUTZBERG
Contratado (a)

123/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Acre, 530, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KETRIN BOSCO
Contratado (a)

124/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANE GÓES portador(a) do CPF nº 003.534.089-48, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Antônio José Poleza , 681 Lotamento João Paulo II, Bairro Brehmer , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSEANE GÓES
Contratado (a)

125/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 056.369.549-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Décio Giovani Schlatter, 681, Bairro Barra do Trombudo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NACA CLAUDINO DOS SANTOS
Contratado (a)

126/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MERI TEREZINHA MANTOANELLI portador(a) do CPF nº 675.246.999-72, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ettore Losi, 77, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MERI TEREZINHA MANTOANELLI
Contratado (a)

127/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM portador(a) do CPF nº 019.089.169-66, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rod. SC 302, 1430 , Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM
Contratado (a)

127/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM portador(a) do CPF nº 019.089.169-66, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rod. SC 302, 1430 , Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM
Contratado (a)

128/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nova Trento, 730, Santana Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELENICE DE JESUS
Contratado (a)

129/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETI ALVES portador(a) do CPF nº 052.589.249-47, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nereu Ramos, s/n, Vila Nova, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SALETI ALVES
Contratado (a)

130/2012**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI portador(a) do CPF nº 995.566.930-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Trombudo Central, 309, Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI
Contratado (a)

Editais de Processo Seletivo 001/2012 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, nomeada pelo Decreto n.º 1.942, de 27 de junho de 2011.

RESOLVE

Tornar público que se acham abertas, as inscrições via internet ao Concurso Público, para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, em conformidade com a Lei Complementar no. 174 de 14/12/2007 e suas alterações posteriores, Lei Complementar no. 207 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores e com o Decreto no. 1509 de 17/11/2010, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital:

DO CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.1	Período de inscrições exclusivamente via internet	16/01/2012 a 14/02/2012
1.1.1	Último dia para pagamento do valor da inscrição	15/02/2012
1.2	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de deficiência física e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz	14/02/2012
1.3	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	21/02/2012
1.3.1	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições	22 e 23/02/2012
1.4	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	24/01/2012
1.5	Aplicação da prova objetiva	26/02/2012 (matutino)

1.6.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita	27/02/2012
1.6.1	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	28 e 29/02/2012
1.7.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva	Após julgados os recursos
1.8	Divulgação da classificação preliminar da prova objetiva	Após julgados os recursos
1.8.1	Recursos contra a classificação preliminar da prova objetiva	Dois dias após publicação
1.9	Divulgação da classificação final da prova objetiva	Após julgados todos os recursos

1.11. O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Concurso Público e do Instituto o Barriga Verde.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Concurso Público realizar-se-á sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde, obedecidas às normas deste Edital.

2.2. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-ão pela publicação de editais, por meio da internet, no DOM – Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no sitio oficial da Prefeitura www.riodosul.sc.gov.br, e em caráter meramente informativo no sitio www.iobv.com.br.

3. DOS CARGOS, DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, sendo os empregos públicos regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital.

3.2. Os cargos, as vagas, a escolaridade, a jornada de trabalho e a remuneração de todos os cargos constam do quadro a seguir em ordem alfabética:

Nº	Cargo	Bairro	00	Carga horária semanal	Escolaridade	Vencimentos R\$	Tipo de prova	Valor da Taxa de Inscrição
1.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Taboão	02	40 hs	Ensino Fundamental Completo e requisitos conforme anexo I	804,24 + auxílio alimentação no valor de R\$ 8,78 por dia	Objetiva	R\$ 17,00
2.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Barra do Trombudo	03					
3.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Boa Vista	04					
4.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Barragem	05					
5.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Fundo Canoas	02					
6.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Bela Aliança	04					
7.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Canta Galo	01					
8.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Santana	02					
9.	Agente Comunitário de Saúde PACS	Pamplona	01					
10.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Santa Rita	01					
11.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Brehmer	01					
12.	Agente Comunitário de Saúde PACS	Sumaré	02					

3.3. Das vagas para formação de Cadastro de Reserva.

3.3.1. Os cargos, a escolaridade, a jornada de trabalho e a remuneração de todos os cargos constam do quadro a seguir em ordem alfabética:

Nº	Cargo	Bairro	Nº de vagas	Carga horária semanal	Escolaridade	Vencimentos R\$	Tipo de prova	Valor da Taxa de Inscrição
13.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Budag	CR	40 h	Ensino Fundamental Completo e requisitos conforme anexo I	804,24 + auxílio alimentação no valor de R\$ 8,78 por dia	Objetiva	R\$ 17,00
14.	Agente Comunitário de Saúde ESF	Laranjeiras	CR					
15.	Agente Comunitário de Saúde PACS	Canoas	CR					
16.	Agente Comunitário de Saúde PACS	Itoupava	CR					
17.	Agente de Combate às Endemias	-	CR	40 h	Ensino Fundamental Completo e requisitos conforme anexo I	749,44 + Auxílio Alimentação de 8,78 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores)	Objetiva	17,00

3.4. Os requisitos básicos para exercer o cargo e a descrição das atribuições constam do Anexo I e II.

3.5. Os conteúdos programáticos constam do Anexo III.

3.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade do município, respeitada a ordem de classificação.

3.7. A validade do Concurso Público é para 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma vez, para igual período.

3.8. Os candidatos, se aprovados e convocados, deverão apresentar no momento da contratação, certificado de conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada.

3.8.1. Os candidatos aprovados até o limite de 03 (três) vezes o número de vagas, não detentores do respectivo certificado,

deverão participar do curso introdutório, sem custo, a ser ministrado pelo município.

4. VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1 - Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do emprego em provimento.

4.2 - Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada

emprego.

4.3 - Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 4.298/99 e alterações.

4.4 - As pessoas portadoras de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5 - O candidato inscrito como portador de deficiência deverá encaminhar ao INSTITUTO O BARRIGA VERDE, sito à Rua Coronel Feddersen, 1381, Centro, segundo andar, sala 1, Taió -SC, CEP 89160-000, via SEDEX, para segurança do candidato, (poderá também o candidato entregar pessoalmente na Central de Atendimento, sito a Rua XV de Novembro, 283, Bairro Centro - Rio do Sul - SC, anexo a Gil Cartuchos, dentro do período de inscrições, laudo médico, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova.

4.5.1 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar, em declaração, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão Especial de Concurso Público, que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

4.5.2 - Não serão reconhecidos os atestados médicos nem os pedidos de provas especiais que não forem postados nos correios até o último dia das inscrições.

4.6 - Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados neste Edital, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

4.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.8 - Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

4.9 - As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

4.10 - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até a data limite para a realização das inscrições.

4.11 - Os candidatos portadores de deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

4.12 - O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem específica de classificação de candidatos portadores de deficiência, se conseguir a nota mínima para a prova e dentro do número de vagas reservadas para portadores de deficiência.

4.13. O portador de deficiência física não está isento do recolhimento da taxa de inscrição.

4.14. Das Condições Especiais para realizar as provas:

4.15. O candidato que necessite de condições especiais na data da prova seja, devido à deficiência que possua ou a impedimentos temporários resultantes de cirurgias e/ou acidentes ou ainda doença infecto contagiosa, deverá especificar na ficha de inscrição, apresentando atestado médico. Caso aconteça esta impossibilidade depois de feita a inscrição o candidato deverá entrar em contato com a Empresa Executora ou a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público, para anexar atestado médico e

informar as condições necessárias.

4.16. No caso de amamentação, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, desde que solicite tal condição por escrito (anexo IV) na mesma forma do item 4.7, ainda durante o período do recebimento das inscrições, conforme especificado no item específico.

a) A mesma deverá levar no dia da prova um acompanhante, o qual será responsável pela criança e permanecerá em sala reservada para esta finalidade;

b) Durante a amamentação, ela será supervisionada por fiscal de prova.

4.17. Não será necessário o encaminhamento de laudo médico no caso de atendimento especial que não modifique os padrões normais e comuns para aplicação e execução da prova objetiva, que são: amamentação, gestante, canhoto e obesidade.

4.18. Após análise dos requerimentos será divulgada listagem completa dos requerimentos deferidos e indeferidos, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições ficarão abertas e serão realizadas exclusivamente pela Internet, no período determinado conforme cronograma, item I deste edital e de acordo com as orientações elencadas nos itens subsequentes deste Capítulo.

5.1.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito até o dia seguinte da data de término das inscrições, conforme cronograma, mediante pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, devendo o candidato conservar em seu poder o comprovante de pagamento para a eventualidade de comprovação.

5.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2.1. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor da inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o certame e para o provimento do cargo ou emprego.

5.2.2. Para evitar transtornos de última hora aconselha-se que o candidato efetue sua inscrição e faça o pagamento da mesma antecipadamente, não deixando para o último dia.

5.3. Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá, no período das inscrições:

Acessar o site www.iobv.com.br, durante o período de inscrições por meio do link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura de Rio do Sul Edital 01/2012.

Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições o Formulário Eletrônico de Inscrição e efetuar sua inscrição;

Preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, não deixando nenhum campo em branco, optando pelo cargo desejado;

Imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da inscrição correspondente ao cargo escolhido, nos seguintes valores:

Escolaridade	Valor da Taxa de Inscrição
Ensino Fundamental Completo	R\$ 17,00

Efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, em horário bancário, ou caixa eletrônico até o fechamento do horário de atendimento bancário da data de vencimento constante no mesmo.

O pagamento após a data de vencimento acarretará o cancelamento da inscrição.

O banco confirmará o seu pagamento junto ao Instituto o Barriga Verde, através de conta exclusiva.

A inscrição paga será processada, constando no site o status de "boleto pago".

O candidato poderá acessar novamente o site, com seu CPF e senha, na área do candidato, para imprimir o seu comprovante de inscrição o qual constará seu número de inscrição.

5.3.1. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

5.3.2. As inscrições somente serão efetivadas após a confirmação do pagamento do valor da inscrição.

5.4. O Instituto Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC não se responsabilizam por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha ou congestionamento das linhas de comunicação, esquecimento de senha, bem como outros fatores técnicos que impossibilitem a transferência de dados.

5.5. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não-efetivação.

5.6. Da escolha dos cargos:

5.6.1 Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar no Formulário Eletrônico de Inscrição a opção de emprego/cargo, conforme barra de opções do Formulário Eletrônico de Inscrição via Internet.

5.6.2 – Não será permitida a inscrição para mais de um emprego/cargo.

5.6.3. Havendo mais de 1 (um) Formulário Eletrônico de Inscrição pago para mais de um emprego/cargo, será considerada válida, para fins de homologação, a última inscrição efetuada.

5.6.4. Efetuada a inscrição em um dos empregos/cargos, não será aceito pedido de sua alteração para outro emprego/cargo.

5.7. Do atendimento presencial

5.7.1 Os candidatos que não possuírem internet poderão realizar sua inscrição na central de atendimento do Instituto o Barriga Verde, localizada na Rua XV de Novembro, n.º 283 - Bairro Centro - Rio do Sul/SC (Anexo a Gil Cartuchos), de segunda à sexta-feira no horário normal de expediente. (Colocar o horário)

5.8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES

5.8.1. Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

5.8.2. A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma, exceto no caso de cancelamento do concurso.

5.8.3. Após a data e horário fixado como o prazo final para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, nem a anexação de qualquer documento, sob qualquer condição ou pretexto.

5.8.4. O Instituto o Barriga Verde, bem como a Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, não se responsabilizam por inscrições que não cumprirem integralmente as etapas especificadas neste Edital, seja por motivo de horário de atendimento de agência arrecadadora, por falhas de ordem técnica em computadores, falhas na comunicação via internet, congestionamento de linhas de comunicação, falhas nas transmissões, perda de dados, falhas na comprovação do pagamento da inscrição, incorreções no preenchimento do cadastro e nas opções do concurso, sobrecarga no atendimento a candidatos que deixarem para inscrever-se de última hora ou qualquer outro fator de ordem técnica.

5.8.5. Terá a inscrição cancelada o candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

5.9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.9.1. Após análise das inscrições será divulgada listagem completa das inscrições deferidas e indeferidas, abrindo-se prazo recursal

de 2 (dois) dias úteis para contestação.

5.9.1.2. Julgados os pedidos de inscrição e os recursos interpostos, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais.

6. DAS PROVAS

6.1. As provas serão realizadas no município de Rio do Sul – SC.

6.2. Não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação;

6.3. O Concurso Público será constituído de provas escritas objetivas para todos os candidatos.

6.5. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS

6.5.1. As provas escritas com duração de 3 (três) horas, serão de caráter classificatório e se constituirão de 40 questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme segue:

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PONTOS
Prova Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
	Matemática	05	0,25	1,25
	Conteúdos Gerais (Ciências, História, Geografia, atualidades conforme conteúdo programático)	05	0,25	1,25
	Prova de Legislação e Conteúdos Específicos do Cargo.	20	0,25	5,00
Total		40		10,00

6.5.2. O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo ao qual o candidato concorrer, de acordo com suas atribuições e conforme o conteúdo programático Anexo III deste edital.

6.5.3. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

6.5.4. As provas escritas objetivas, serão realizadas em data conforme cronograma item I deste edital em local a ser anunciado no momento da homologação das inscrições, através de edital de convocação a serem realizadas nos seguintes horários:

Escolaridade	Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberação do Caderno de Provas
Ensino Fundamental Completo	08h15min.	08h30min	11h30min	11h00 min.

6.5.5 O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.5.6 Quinze (15) minutos antes do horário de início das provas os portões serão fechados e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, ir ao banheiro ou tomar água, e deverá estar em sala de provas até as 8h30 minutos.

6.5.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

6.5.8 O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia, sem o qual não poderá realizar a prova, comprovante de

inscrição e de 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de tubo transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.5.9 É vedado toda e qualquer tipo de consulta a materiais sejam livros, revistas, impressos, etc. O candidato não poderá levar para o local de realização da prova qualquer aparelho eletrônico. O porte e/ou uso de bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor, entre outros e qualquer material de consulta, incorrerá na exclusão do candidato do concurso, podendo a organização do certame vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos, além dos acima citados.

6.5.10 Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

6.5.11 O candidato só poderá levar o caderno de provas se permanecer em sala até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

6.5.12 Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

6.5.13 A Comissão Especial poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.5.14. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, nos termos deste edital.

6.5.15. O candidato poderá ausentar-se temporariamente da sala das provas somente acompanhado por um fiscal, nas saídas para banheiros, tomar água e/ou medicamento e amamentar.

6.5.16. O candidato só poderá entregar a prova e retirar-se definitivamente da sala depois de transcorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do início das provas.

6.5.17. Será excluído do certame o candidato que tentar fraudar as provas, ou for responsável por falsa identificação.

6.5.18. Será automaticamente eliminado do certame o candidato que não se apresentar na sala de provas até a hora designada para a realização das provas.

6.5.19. A Prefeitura Municipal de Rio do Sul e o Instituto o Barriga Verde não se responsabilizam pela locomoção dos candidatos e despesas de viagem.

6.5.20. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.

6.5.21. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.5.22. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

6.5.23. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição. A critério da organização do Concurso este poderá ser dispensado, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato e que seja apresentada a carteira de identidade.

6.5.24. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.5.25. O candidato que deixar de comparecer a qualquer uma das provas determinadas, será considerado reprovado.

6.5.26. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão

considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

6.5.27. Quando, após a realização da prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.5.28. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova e consequente exclusão do certame:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) não apresentar um documento de identidade que bem o identifique;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou retirar-se antes de decorrer 45 minutos do início da prova;
- e) for surpreendido em comunicação com candidatos ou pessoas estranhas ao concurso ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos, ou calculadora;
- f) emprestar material a outros candidatos;
- g) lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
- h) não devolver o cartão de respostas;
- i) perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos;
- j) tratar com desrespeito ou descortesia, organizadores e fiscais.

6.5.29. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

6.5.30. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no Quadro de Atos Oficiais e no site www.iobv.com.br, no dia seguinte após a realização das provas.

6.5.31. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas a instituições de direito público ou privado, nem mesmo sua publicação on-line, mesmo após o encerramento do certame.

6.5.32. Aos candidatos só será fornecido o caderno de provas se o candidato permanecer em sala de provas até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término das provas.

6.5.33. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.5.33.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

6.5.33.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada cargo, que no caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

6.5.33.3. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

6.5.33.4 Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.5.33.5. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.5.33.6. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;
- c) não estiver assinalada no cartão-resposta (questões em branco);
- d) preenchida a lápis, caneta de ponta porosa ou fora das especificações contidas neste edital, nas instruções da prova e do cartão-resposta.

6.5.34. O Gabarito das provas objetivas será divulgado, nos site www.riodosul.sc.gov.br e no quadro de atos oficiais da Prefeitura no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site. www.iobv.com.br.

6.5.35. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder,

como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.5.36. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

6.5.37. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas ou a falta de assinatura do mesmo, implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.5.38. Tendo em vista ser o processo de correção de provas por meio eletrônico - leitura ótica -, não haverá desidentificação das folhas de respostas.

6.5.39. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

6.5.40. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. Para efeitos de classificação final:

7.2. A Prova objetiva terá peso 10. O resultado final será a nota da prova objetiva.

7.3. A média final será obtida pela nota da prova escrita objetiva, considerando-se aprovado o candidato que alcançar nota igual ou superior a 5 (cinco).

7.3. A lista final de classificação do Concurso apresentará apenas os candidatos aprovados por emprego.

7.4. Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente dos pontos obtidos.

7.5. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os critérios estabelecidos no item 7.6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

7.6 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.6.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

I – possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos, se for o caso;

III – possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;

IV – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

V – possuir maior número de pontos na prova de Matemática;

VI – o candidato mais velho.

8. DOS RECURSOS E REVISÕES

8.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

I – do presente edital;

II – do não deferimento do pedido de inscrição;

III – da formulação das questões;

IV – da discordância com o gabarito das provas escritas;

V – da classificação;

VI – da homologação do resultado do concurso;

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

8.3. Os demais recursos, nos termos do modelo anexo a este Edital, deverão conter nome do candidato recorrente, número de

inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva e será dirigido ao Instituto o Barriga Verde, executora do Concurso, para a qual deverá ser encaminhado através do e-mail concursos@iobv.com.br e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas e/ou dos títulos;

III - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do concurso público.

8.4. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente, bem fundamentados, acrescidos de referência bibliográfica, e encaminhados para o e-mail concursos@iobv.com.br .

8.5. Findo o prazo para recurso, o concurso será homologado pelo Prefeito Municipal.

9. REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO AO CARGO

9.1. Para provimento no emprego, o candidato deverá apresentar:

9.1.1. Comprovante dos requisitos exigidos para o emprego, conforme edital;

9.1.1.2. O aprovado para o emprego de Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar residência na área da comunidade que irá atuar, através do comprovante de residência (fatura de água ou luz) referente a data de publicação deste edital e a data em que estiver sendo convocado.

9.1.1.3. O comprovante de residência deve estar em nome do candidato aprovado.

9.1.1.4. Caso o comprovante de residência não esteja em seu nome, o candidato aprovado deverá apresentar declaração com firma reconhecida em cartório, assinada pelo proprietário do imóvel, confirmando a residência naquele imóvel desde a publicação deste edital.

9.2. Prova de aptidão física e mental para o exercício do emprego, mediante atestado fornecido por médico oficial.

9.2.3. Declaração de bens que constituem seu patrimônio.

9.2.4. Declaração que a investidura no emprego não implica em acumulação proibida de emprego, emprego ou função pública.

9.2.5. Comprovante que possui idade mínima de 18 anos;

9.2.6. Comprovante de nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

9.2.7. Original e Fotocópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

Identidade;

Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;

CPF;

Comprovante de quitação com as obrigações políticas e eleitorais; Outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

9.3. O candidato aprovado que declarar ser deficiente físico, nos termos deste edital, para a contratação deverá se submeter a perícia médica do município para confirmar de modo definitivo a sua situação como portador de deficiência e a compatibilidade com o emprego pretendido.

10. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

10.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

10.2. A convocação para contratação será feita através de telefone ou AR.

10.3. Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir

da data de recebimento da comunicação via telefone ou correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento AR, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.4. Não haverá, em hipótese alguma, segunda convocação, por qualquer que seja o motivo.

10.5. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço, junto a Prefeitura Municipal, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

10.6. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item 11.3, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.7. O candidato convocado, ao apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, deverá estar de posse dos seguintes exames: HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG (para maiores de 40 anos). CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA.

11. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período de tempo uma única vez.

11.2. Os cadernos de provas pertencem aos candidatos e estes poderão levá-los consigo desde que permaneçam em sala de provas até 30 minutos antes do horário previsto para o término da prova.

11.3.1. Os cadernos de provas escritas que não forem levados pelos candidatos no dia da prova, serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

11.3.2. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 6 (seis) meses, quando serão encaminhados para arquivo da administração municipal.

11.4. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados no sítio da rede mundial de computadores da empresa no endereço eletrônico – www.iobv.com.br, no dia seguinte após o encerramento do certame, e lá permanecerão durante todo o prazo recursal, mesmo ambiente em que serão divulgados os resultados e demais informes atinentes.

11.4.1. Por resolução interna da instituição, os cadernos de provas não serão disponibilizados na rede mundial de computadores, como medida cautelar, a fim de evitar plágios futuros, mantendo o ineditismo e integridade da banca elaboradora.

11.4.2. A partir da abertura do prazo recursal a Comissão Municipal de Concurso, disponibilizará um caderno de provas de cada cargo, para consulta, não podendo os mesmos serem reproduzidos.

11.5. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora. Os membros da Comissão Especial de Concurso Público, nomeada para acompanhar o certame ficam impedidos de funcionar e serão substituídos se qualquer candidato inscrito for seu parente até 2º grau.

11.6. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso.

11.7. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Requisitos básicos para exercer o cargo

Anexo II – Atribuições dos Cargos

Anexo III – Conteúdo Programático

Anexo IV – Requerimento de Necessidades Especiais

Anexo V – Formulário para Interposição de Recursos

Rio do Sul (SC), 13 de Janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUISITOS BÁSICOS PARA EXERCÍCIO DO CARGO

CARGO	REQUISITOS BÁSICOS
Agente Comunitário de Saúde – PSF e PACS (todas as áreas)	<ul style="list-style-type: none">- Possuir certificado/diploma de conclusão de curso de Ensino Fundamental;- Comprovar residência na área da comunidade em que irá atuar, desde a data da publicação do edital de Concurso Público;- Possuir certificado de conclusão de curso introdutório de formação inicial e continuada.
Agente de Combate às Endemias	<ul style="list-style-type: none">- Possuir certificado/diploma de conclusão de curso de Ensino Fundamental;- Possuir carteira nacional de habilitação "AB";- Possuir certificado de conclusão de curso qualificação de formação inicial e continuada.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

EMPREGO	Descrição das Atribuições
Agente Comunitário de Saúde	<p>Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. Ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar mapeamento de sua área adstrita; - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; - Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco; - Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; - Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário; - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica; - Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; - Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; - Traduzir para a Unidade de Saúde da Família a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

Agente de Combate às Endemias	<p>Compreende o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. Ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar visitas, semanalmente, conforme itinerário pré-estabelecido, nos pontos estratégicos e de armadilhas, a fim de fiscalização e coleta de larvas para controle do <i>aedes aegypti</i>; - Visitar quinzenalmente borracharias, ferro velho, floriculturas, materiais de construção, etc., ou seja: pontos estratégicos, para fiscalizar a presença de água parada e coletar amostras de larvas para análise. - Realizar visita semanal nas armadilhas instaladas em empresas de transporte, empresas de modo geral, distribuidora de bebidas, etc., (locais com movimento de entrada e saída de pessoas do município), para trocar a água, lavar as armadilhas e coletar as larvas (quando presentes) e encaminhar para o setor de vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde do Município. - Colocar as larvas encontradas em tubitos e identificar com etiqueta de remessa contendo o número do agente e número do tubito. - Fechar boletins diários de visitas, separando por bairros, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc., e realizar a contagem das irregularidades. - Identificar locais necessários para instalação de novas armadilhas e instalá-las com a prévia permissão dos proprietários locais. - Identificar novos locais necessários para pontos estratégicos de visitas, mediante denúncias, informações gerais, determinação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). - Realizar levantamento de índices (LIA), através de visitas domiciliares, distribuídas por bairro/agentes, fiscalizando área interna e externa, verificando locais de favorecimento de proliferação de larvas do mosquito da dengue, realizando orientações necessárias e coletando larvas quando necessário. Preencher boletim de visita, discriminando o local visitado, a presença de depósito de água parada, tubitos enviados para análise, etc. e realizar a contagem das irregularidades. - Entregar ficha de visita em cada local fiscalizado e anotar a data, hora, informações da residência/empresas, etc. (Em cada visita realizada anotar na ficha de informações). - Realizar a delimitação (300 metros) de foco positivo do mosquito da dengue e fiscalizar a área em 100% de abrangência para identificação do local de proliferação. Eliminar todos os depósitos de água. Em caso da não possibilidade de eliminação do depósito de água utilizar larvecida (na medida necessária), de 2 em 2 meses durante um ano. - Realizar PVE - Visitas especiais em locais onde residem pessoas com sintomas e diagnóstico da dengue, fiscalizando no raio de 100 metros a presença do <i>Aedes aegypti</i> e, a partir de denúncias em locais com possíveis depósitos de água parada. - Realizar informações sobre doenças transmissíveis e outras.
-------------------------------	---

ANEXO III

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CARGOS DE ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

1.1. COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

1.1.1. LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Texto, Estilos Literários; Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Fonética, Pontuação; Sílabas; Acentuação Gráfica, Crase, Classes Gramaticais; Conjugação de Verbos; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de Tratamento; Uso dos Porquês, Figuras de linguagem.

1.2.2 MATEMÁTICA. Número e Problemas, envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e Proporções. Juros simples, Porcentagem, Sistemas de Medidas e Equações.

1.1.3. CONHECIMENTOS GERAIS

História, Geografia, Cultura, Artes e Atualidades do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Rio do Sul; Ciências, Ecologia e Meio Ambiente, Atribuições e Comportamento do Funcionário Público.

1.1.3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Noções gerais sobre o SUS, PACS e ESF e sua legislação; Quem é o Agente Comunitário de Saúde; suas atribuições; ações a serem desenvolvidas pelo agente de comunitário de saúde; sistema de informações trabalhadas e sua finalidade para o trabalho do Agente Comunitário de Saúde; Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; SUS (Sistema Único de Saúde) – importância e finalidades – Lei Federal 8.080/90; Lei nº 11.350/2006. ESF (Programa Saúde da Família) – objetivos, método de trabalho, expectativas, saúde da mulher, saúde do idoso - Constituição Federal no que diz respeito à saúde. - Noções de ética e cidadania. Conceito de territorialização, micro-área e área de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doenças da população; Critérios operacionais para definição de propriedades: indicadores sócio-econômicos, culturais e epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade, outros; Sistema de informação em saúde; Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica, outros; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; recursos existentes para o enfrentamento dos problemas; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Estatuto da criança e do adolescente e do idoso; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Uso de equipamentos de escritório. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público. , Lei Orgânica do Município, referente as atribuições, direitos e deveres do funcionalismo público. Como referência bibliográfica sugerimos as cartilhas e publicações oficiais do

site do Ministério da Saúde www.saude.gov.br.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Princípios do Sistema Único de Saúde. SUS. Promoção, prevenção e proteção à saúde. Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças. Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família. Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde. LEGISLAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Lei Federal nº. 8080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; e Lei Federal nº. 8142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; e Lei Federal nº. 10.424/2002 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica de Saúde; Lei Federal nº. 11.350/2006 - Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº. 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Noções básicas de administração pública e direitos e deveres do servidor público. Noções de ética e cidadania; Informática Básica, Lei Orgânica do Município, referente as atribuições, direitos e deveres do funcionalismo público. Como referência bibliográfica sugerimos as cartilhas e publicações oficiais do site do Ministério da Saúde www.saude.gov.br.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 01/2012 da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1) () Inscrição para vaga de Deficiente Físico apresentando laudo médico, sendo a deficiência:

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO 01/2012

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 – Contra o edital
	2 – Contra indeferimento de inscrição
	3 – Contra Inscrição
	4 – Contra questão da prova
	5 – Contra o Gabarito
	6 – Contra a Pontuação Prova
	7 – outros
	1 – Deferido
	2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Local e data _____ de _____ de 2012.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 7/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL TÉRREA COM ÁREA DE 110 M2, SITUADA NO EDIFÍCIO LEO FRANTZ, NA RUA HENRIQUE SCHWARTZ Nº 61, CENTRO EM SÃO BENTO DO SUL, PARA ABRIGAR A FARMÁCIA CENTRAL E ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: Administradora de Bens Dona Luiza Ltda

VALOR: R\$21.338,76 (Vinte e um mil, trezentos e trinta e oito

reais e setenta e seis centavos).

São Bento Do Sul, 16 de janeiro de 2012.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

MARCUS MALUF

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

I Retificação Pregão Eletrônico 14/2012

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, SETOR DE COMPRAS no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:
No ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO NO ITEM 01:

Onde se lê:

Processadores:

2 (dois) processadores, seis núcleos cada processador com 2.8 Ghz de clock cada núcleo, suporte a sistemas operacionais de 64-bit;

12 MB de Cache L2;

12 Threads;

Tecnologia HT.

Memória:

12 (doze) GB de memória RAM PC (DDR3-1333) com tecnologia ECC, ou superior;

Deverá possuir 18 (dezoito) Slots de memória RAM, ou superior.

Interfaces:

Deverá Possuir as seguintes interfaces:

1 (uma) porta Serial;

2 (Duas) portas de Vídeo (1 (uma) frontal, 1 (uma) Traseira);

4 portas Network RJ-45;

1 (uma) Porta de gerenciamento remoto;

4 (quatro) portas USB sendo duas traseiras, 1 frontal e uma interna;

1 (um) slot SD.

Slots (mínimo):

2 (dois) Slots PCI-E, ou superior.

Vídeo:

Deverá possuir 32 Mb de memória de vídeo;

Suportar as seguintes resoluções:

16 bit 1600 x 1200;

32 bit 1280 x 1024.

Rede:

Deverá possuir 4 (quatro) portas de rede gigabit on-board com as seguintes características:

10Base-T/100Base-TX/1000Base-TX

IEEE 802.3 10Base-T;

IEEE 802.3ab 100Base-T;

IEEE 802.3u 100Base-TX;

IEEE 802.3ad 1000Base-TX;

IEEE 802.1p 100Base-TX;

IEEE 802.1q 100Base-TX;

Controladora de Raid :

Deverá possuir controladora de Array com 256 (duzentos e cinquenta e seis) MB de memória

com as seguintes características, ou superior:

Suporte a RAID 6 com ADG (Advanced Data Guardian - Guardiã)

avanzado de dados);
 Suporte a RAID 5;
 Suporte a RAID 5 0;
 Suporte a RAID 1, 1 0;
 Deverá possuir no mínimo 2 links físicos de 6Gb/s SAS

Discos Rígidos:

Deverá acompanhar 2 (dois) discos rígidos compatíveis com tecnologia SAS com capacidade de 900 GB (novecentos) (cada) ou superior com no mínimo 10000 rpm (rotações por minuto) com tecnologia Hot Pluggable.

Unidade Óptica:

Deverá acompanhar unidade óptica suportando a gravação de discos do tipo CD/DVD.

Segurança

Deverá possuir as seguintes características de segurança:

Power-on password;
 Keyboard password;
 QuickLock, Network Server Mode;
 Serial interface control;
 Administrator's password;

BIOS

Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ofertado.

Fontes

Duas fontes redundantes equipadas com a tecnologia "Hot Plug" com as seguintes características:
 Tensão de 100 - 240 (automática);
 750W de potência;
 Eficiência de no mínimo 91,5%.

Unidades de Ventilação

Deverá acompanhar no mínimo 4 (quatro) unidades de ventilação (N 1 unidade redundante).

Dimensões

Deverá ter as seguintes dimensões:
 Rack (1U);

Sistema Operacional

Deverá ser compatível com Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux (RHEL), SUSE Linux Enterprise Server (SLES), Oracle Solaris, VMware e Citrix XenServer;

Garantia

Deverá ser dada pelo fabricante do equipamento garantia de 3 anos para todo o conjunto do equipamento;
 O problema deverá ser solucionado em até 6 horas após a abertura do chamado;
 Os chamados abertos devem ser verificados e/ou atendido no local onde o equipamento se encontra (Garantia On-Site);

Padrões Industrial de Conformidade:

ACPI 2.0b Compliant
 PCI 2.2 Compliant
 PXE Support
 WOL Support
 Microsoft® Logo certifications
 USB 1.1 e 2.0 Compliant
 SMBIOS 2.6.1

Certificações

EN 60950

- O proponente deverá anexar JUNTO DA PROPOSTA ANEXADA AO SISTEMA

ELETRÔNICO BLL as certificações para análise do equipamento;

- Deverá ser apresentado catálogo do fabricante comprovando todas as características solicitadas;

Leia-se:

Processadores:

2 (dois) processadores, seis núcleos cada processador com 2.8 Ghz de clock cada núcleo, suporte a sistemas operacionais de 64-bit;
 12 MB de Cache L2;
 12 Threads;
 Tecnologia HT.

Memória:

12 (doze) GB de memória RAM PC (DDR3-1333) com tecnologia ECC, ou superior;
 Deverá possuir 12 (doze) Slots de memória RAM, ou superior.

Interfaces:

Deverá Possuir as seguintes interfaces:

1 (uma) porta Serial;
 2 (Duas) portas de Vídeo (1 (uma) frontal, 1 (uma) Traseira);
 4 portas Network RJ-45;
 1 (uma) Porta de gerenciamento remoto;
 4 (quatro) portas USB sendo duas traseiras, 1 frontal e uma interna;
 1 (um) slot SD.

Slots (mínimo):

2 (dois) Slots PCI-E, ou superior.

Vídeo:

Deverá possuir memória de vídeo entre 08 Mb e 32 Mb;

Rede:

Deverá possuir 4 (quatro) portas de rede gigabit on-board com as seguintes características:
 10Base-T/100Base-TX/1000Base-TX
 IEEE 802.3 10Base-T;
 IEEE 802.3ab 1000Base-T;
 IEEE 802.3u 100Base-TX;
 IEEE 802.3ad 1000Base-TX;
 IEEE 802.1p 100Base-TX;
 IEEE 802.1q 100Base-TX;

Controladora de Raid :

Deverá possuir controladora de Array com 256 (duzentos e cinquenta e seis) MB de memória com as seguintes características, ou superior:
 Suporte a RAID 6 ;
 Suporte a RAID 5;
 Suporte a RAID 5 0;
 Suporte a RAID 1, 1 0;
 Deverá possuir no mínimo 2 links físicos de 6Gb/s SAS

Discos Rígidos:

Deverá acompanhar 4 (quatro) discos rígidos compatíveis com tecnologia SAS com capacidade de 600 GB (seiscentos) (cada) ou superior com no mínimo 10000 rpm (rotações por minuto) com tecnologia Hot Pluggable.

Unidade Óptica:

Deverá acompanhar unidade óptica suportando a gravação de discos do tipo CD/DVD.

Segurança

Deverá possuir as seguintes características de segurança:

Power-on password;
Keyboard password;
QuickLock, Network Server Mode;
Serial interface control;
Administrator's password;

BIOS

Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ofertado.

Fontes

Duas fontes redundantes equipadas com a tecnologia "Hot Plug" com as seguintes características:
Tensão de 100 - 240 (automática);
700W de potência (mínimo);

Unidades de Ventilação

Deverá acompanhar no mínimo 4 (quatro) unidades de ventilação (N 1 unidade redundante).

Dimensões

Deverá ter as seguintes dimensões:

Rack (1U);
Deverá acompanhar o Servidor, trilhos deslizantes para Rack 19"

Sistema Operacional

Deverá ser compatível com Microsoft Windows Server, Red Hat Enterprise Linux (RHEL), SUSE Linux Enterprise Server (SLES), Oracle Solaris, VMware e Citrix XenServer;

Garantia

Deverá ser dada pelo fabricante do equipamento garantia de 3 anos para todo o conjunto do equipamento;
O problema deverá ser solucionado em até 6 horas após a abertura do chamado;
Os chamados abertos devem ser verificados e/ou atendido no local onde o equipamento se encontra (Garantia On-Site);

Padrões Industrial de Conformidade:

ACPI 2.0b Compliant
PCI 2.2 Compliant
PXE Support
WOL Support
Microsoft® Logo certifications
USB 1.1 e 2.0 Compliant
SMBIOS 2.6.1

Certificações
EN 60950

- O proponente deverá anexar JUNTO DA PROPOSTA ANEXADA AO SISTEMA ELETRÔNICO BLL as certificações para análise do equipamento;

- Deverá ser apresentado catálogo do fabricante comprovando todas as características solicitadas;

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e para que este produza os seus efeitos conforme Lei 8.666/93, art. 21, III, § 3, conte-se novo prazo para abertura, ficando a abertura das propostas adiada de 17 de janeiro de 2012 para o dia 27 de janeiro de 2012, com recebimento das propostas por meio eletrônico até as 14:15h e início da sessão de disputa de preços as 15:00h.

Os interessados poderão obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração ou pelo site: www.bll.org.br

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 7/2012 - FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL TÉRREA COM ÁREA DE 110 M2, SITUADA NO EDIFÍCIO LEO FRANTZ, NA RUA HENRIQUE SCHWARTZ Nº 61, CENTRO EM SÃO BENTO DO SUL, PARA ABRIGAR A FARMÁCIA CENTRAL E ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

II - Contratado: Administradora de Bens Dona Luiza Ltda

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a) O imóvel locado é dotado das características necessárias para o funcionamento da Farmácia Central e Almoarifado de Medicamentos, inclusive e principalmente pela localização (no Centro), e do espaço físico necessário.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Contratada foi a que apresentou o melhor imóvel disponível para locação, com as características necessárias e suficientes para o funcionamento da Farmácia e Almoarifado, pelos motivos acima referenciados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel. Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

JAYME FUCK
Diretor De Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

MARCUS MALUF
Presidente Do Fundo Municipal De Saúde

Resumido Chamada Pública Nº 39/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 39/2012
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 11.947/09 de 16/07/2009, que receberá de 17 de janeiro à 26 de janeiro de 2012, no horário de expediente, em sua sede, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas dos Grupos Formais para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 as

12:00 e das 13:30 às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário De Administração

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2012

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
		Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença	Previsto Realizado Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.581.529,13	5.581.529,13	5.581.529,13	5.581.529,13	5.581.529,13	5.581.531,27	33.489.176,92
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.926.611,82	2.926.611,82	2.926.611,82	2.926.611,82	2.926.611,82	2.926.612,40	17.559.671,50
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,66	10.666,70	64.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.915.945,16	2.915.945,16	2.915.945,16	2.915.945,16	2.915.945,16	2.915.945,70	17.495.671,50
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.629.917,31	2.629.917,31	2.629.917,31	2.629.917,31	2.629.917,31	2.629.918,87	15.779.505,42
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	106.666,63	106.666,63	106.666,63	106.666,63	106.666,63	106.666,85	640.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	50.250,00	50.250,00	50.250,00	50.250,00	50.250,00	50.250,00	301.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.473.000,68	2.473.000,68	2.473.000,68	2.473.000,68	2.473.000,68	2.473.002,02	14.838.005,42
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.294.795,02	3.294.795,02	3.294.795,02	3.294.795,02	3.294.795,02	3.294.796,54	19.768.771,64
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.153.128,36	3.153.128,36	3.153.128,36	3.153.128,36	3.153.128,36	3.153.129,84	18.918.771,64
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,35	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.152.295,03	3.152.295,03	3.152.295,03	3.152.295,03	3.152.295,03	3.152.296,49	18.913.771,64
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,70	850.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,66	141.666,70	850.000,00
Total Geral		8.876.324,15	8.876.324,15	8.876.324,15	8.876.324,15	8.876.324,15	8.876.327,81	53.257.948,56

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 28/12/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

Metas Bimestrais de Arrecadação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2012

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - (c/ valores de reestimativas) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SÃO LOURENÇO DO OESTE

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	7.313.118,19	7.313.118,19	7.946.326,69	7.313.118,19	8.348.842,79	21.760.544,42	59.995.068,47
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.313.118,19	7.313.118,19	7.313.118,19	7.313.118,19	7.313.118,19	7.313.119,52	43.878.710,47
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	905.868,50	905.868,50	905.868,50	905.868,50	905.868,50	905.868,75	5.435.211,25
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	900.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	46.321,74	46.321,74	46.321,74	46.321,74	46.321,74	46.321,81	277.930,51
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.110.858,13	6.110.858,13	6.110.858,13	6.110.858,13	6.110.858,13	6.110.858,66	36.665.149,31
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.069,82	100.069,82	100.069,82	100.069,82	100.069,82	100.070,30	600.419,40
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	633.208,50	0,00	1.035.724,60	14.447.424,90	16.116.358,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	633.208,50	0,00	1.035.724,60	10.447.424,90	12.116.358,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.470,01	-5.510.819,91
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.470,01	-5.510.819,91
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.469,98	-918.470,01	-5.510.819,91
TOTAL GERAL PREVISTO:		6.394.648,37	6.394.648,37	7.027.856,87	6.394.648,37	7.430.372,97	20.842.073,61	54.484.248,56

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 28/12/2011

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto de Emergência 02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.224

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 002/2012, de 05 de janeiro de 2012

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CA-RACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE E-MERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFE-TADA POR FORTES CHUVAS COM GRANDE CAMADA DE GRANIZO.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 45, IV, da Lei Orgânica do Município, pelo art. 17 do Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual n.º 10.925, de 22 de setem-bro de 1998, pelo Decreto Estadual n.º 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n.º 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil e

CONSIDERANDO que a chuva ocorrida no dia 04 de janeiro de 2012, atingiu parte da área rural do município, conforme Mapa e Croqui das Áreas Afetadas, anexos ao presente Decre-to;

CONSIDERANDO que como consequência deste desastre, resul-taram danos mate-riais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais, constantes do Formulário de Avaliação de Danos - AVA-DAN -, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que concorrem como critérios agravantes da si-tuação de anor-malidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população atingida.

DECRETA:

Art. 1.º- Fica declarada a existência de situação anormal provo-cada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência. Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Municí-pio comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formu-lário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2.º- Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da PREFEITU-RA, e se autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, depois de adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3.º- Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilit-tar as ações de assistência à população afetada pelo desas-tre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secreta-ria Municipal da Admi-nistração.

Art. 4.º- De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV, do art. 5.º da Constituição da Repú-blica Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e aos agentes de defe-sa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I- penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para

determinar a pronta evacuação das mesmas;

II- usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou parti-culares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade pro-voque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administra-tiva municipal que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5.º- De acordo com o estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de proprie-dades particulares comprovadamente localizadas em áreas de ris-co intensificado de desastres.

§ 1.º- No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalori-zação que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2.º- Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6.º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias.

Art. 7.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Portaria 30.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 030/2012

Revoga a Portaria n.º. 407/2011 que concede férias ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcân-tara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria n.º. 407/2011 que concede férias do servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, devido a necessidade de prestação de serviços junto a Secretaria de Transportes e Obras, haja vista, a situação de emergência no Município.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/01/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de janeiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Homologação Inscrições Proc Seletivo 02.2012

Estado de Santa Catarina

Município de São Pedro de Alcântara

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2011

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de São Pedro de Alcântara homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2011

01 – Motorista II - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
27	DIONISIO NERY BARBOZA
23	GEAN JOSÉ BOTELHO
31	GILMAR JOSÉ ZIMERMANN
20	MANOEL ALBINO DE OLIVEIRA
Total = 04	

02 – Telefonista - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
15	EDITE HACK
09	MARIA DA GRAÇA RAICHE
Total = 02	

03 – Trabalhador Braçal - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
02	ANTONIO CARLOS ELIAS
01	TEREZINHA KUHN HAMES
Total = 02	

04 – Fiscal de Tributos - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
13	ANDRÉ PERAÇA REIS
26	UBIRAJARA FERNANDES DA SILVA
Total = 02	

05 – Professor I - Auxiliar de Sala - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
18	ANA CAROLINA JUNCKES
22	EDUARDA STAHELIN
05	FRANCIELE VIEIRA
29	FRANCIELLE SCHUTZ
04	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA
14	MARIANE APARECIDA PEREIRA
06	SEZIANE TURATTO
10	VERA LUCIA KUHN STAHELIN
Total = 08	

06 – Professor II – Educação Infantil - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
17	DANIELA DA ROCHA THEISIES
21	DANIELI ELIANE NAU
07	ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES
16	TAIS DE MELO VIEIRA
Total = 04	

07 – Professor II – Ensino Fundamental - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
11	ANDRÉIA BERNADETE DA SILVA GONÇALVES
12	CLAUDIA ZIMMER
24	KARINA SILVANO
19	SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ
Total = 04	

08 – Professor II – Educação Especial - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
25	CRISTIANE HOFFMANN
28	FABIANA HAMES
30	MARIA TERESA MARTINS PINHEIRO DA SILVA SMIELEWSKI
Total = 03	

09 – Professor Horista Habilitado - Educação Física - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
03	THIAGO RODRIGUES
Total = 01	

10 – Professor Horista Não Habilitado - Educação Física - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
32	FILIPPE LOHN
Total = 01	

11 – Professor Horista Habilitado - Música - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
08	NEY PLATT
Total = 01	

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 14:00 horas do dia 14.01.2012, nas dependências da Escola Básica Municipal DR. Adalberto Tolentino de Carvalho, em São Pedro de Alcântara - SC.

São Pedro de Alcântara, 13 de Janeiro de 2012.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Homologação Proc Seletivo 02.2012

Estado de Santa Catarina

Município de São Pedro de Alcântara

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2011

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público que todas as inscrições referentes ao Edital de Processo Seletivo Nº 002/2011, foram HOMOLOGADAS, a lista completa com os nomes dos inscritos está afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal. Comunica ainda que as provas serão realizadas às 14:00 horas do dia 14.01.2012, nas dependências da Escola Básica Municipal DR. Adalberto Tolentino de Carvalho, em São Pedro de Alcântara - SC.

São Pedro de Alcântara, 13 de Janeiro de 2012.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Ata de Registro de Preço Pregão 54/2011-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2011**Número do Registro de Preços: 35/2011****Data do Registro: 14/10/2011****Válido até: 14/10/2012****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de larvicida para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Larvicida com a seguinte composição: Bacillus thuringiensis israelensis, cepa H14, com 1200 UTI, com lacre interno, embalagem de 10 litros, prazo de validade mínima 18 meses, var, princípio ativo com no mínimo 1,2%, e ingredientes Inertes - 98,8% (percentagem máxima).	LT	AGRO LÍDER LTDA (10288)	VECTOBAC	0	63,3000	1

SCHROEDER, 14 de Outubro de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

Ata de Registro de Preço Presencial Nº 55/2011-PMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2011

Número do Registro de Preços: 36/2011

Data do Registro: 17/10/2011

Válido até: 17/10/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu novo 275/80 - R 22,5 - 149/146 Liso	UN	J.K. PNEUS LTDA (8761)		0	881,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.022,0000	2
2	Pneu novo 275/80 - R 22,5 - 149/146 Borrachudo	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.114,0000	1
3	Pneu novo doblô 175/70 aro 14	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	217,0000	1
4	Pneu novo - boxer 205/75 aro 16	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	397,0000	1
5	Pneu novo - Sprinter 225/70 aro 15 cd	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	375,0000	1
7	Pneu novo 215/75, aro 17,5 - 12 lonas.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	630,0000	1
8	Pneu novo 1300 X 24 - 12 lonas	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.165,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	1.169,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.470,0000	3
9	Protetor para pneu 1400 X 24.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	34,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	58,0000	2
10	Pneu novo 23,1 / 26 - 10 lonas	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	3.250,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	3.300,0000	2
11	Câmara para pneu 23,1 / 26	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	270,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	412,0000	2
12	Pneu novo 19,5 X 24 - 12 lonas .	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.845,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	1.849,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	2.200,0000	3
13	Câmara para pneu 19,5 X 24 - Verificar	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	165,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	185,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	240,0000	3
14	Pneu novo 18,4 / 30 - 12 lonas	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.850,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	2.250,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	2.381,0000	3
15	Câmara para pneu 18,4 / 30.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	145,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	165,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	305,0000	3
16	Pneu novo 17,5 X 25 - 16 lonas.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	1.930,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2011

Número do Registro de Preços: 36/2011

Data do Registro: 17/10/2011

Válido até: 17/10/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	2.200,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	2.744,0000	3
17	Câmara para pneu 17,5 X 25.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	150,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	155,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	203,0000	3
18	Pneu novo 12,5/80 X 18 - 10 lonas.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	945,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	949,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.140,0000	3
19	Câmara para pneu 12,5/80 .	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	62,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	70,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	80,0000	3
20	Pneu novo 14,9 X 24 - 8 lonas.	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.150,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	1.255,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.423,0000	3
21	Câmara 14,9 X 24.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	125,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	128,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	229,0000	3
22	Pneu novo 12,4 X 24 - 10 lonas.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	910,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.050,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.167,0000	3
23	Câmara para pneu 12,4 X 24;	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	110,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	125,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	165,0000	3
24	Protetor para pneu 17,5 X 25.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	89,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	90,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	135,0000	3
26	Câmara para pneu 650 X 16.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	45,0000	1
27	Pneu novo 195/65 X 15.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	258,0000	1
28	Câmara para pneu 195/65 X 15.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	32,0000	1
29	Pneu novo 185 R 14 - 8 lonas	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	220,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2011

Número do Registro de Preços: 36/2011

Data do Registro: 17/10/2011

Válido até: 17/10/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	258,0000	2
30	Câmara para pneu 185 R 14.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	32,0000	1
31	Pneu novo 175/70 X 13,	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	134,0000	1
32	Câmara para pneu 175/70 X 13.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	27,0000	1
33	Pneu novo 165/70 X 13.	UN	MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	130,0000	1
34	Pneu novo 1400 X 24 - 12 lonas.	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	1.400,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	1.550,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	1.690,0000	3
35	Câmara para pneu 1300 X 24.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	104,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	119,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	122,0000	3
36	Câmara para pneu 1400 X 24.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	104,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	119,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	122,0000	3
37	Protetor para pneu 1300 X 24.	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	34,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	36,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	58,0000	3
38	Câmara de ar 900 X 20	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	48,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	50,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	59,0000	3
39	Câmara de ar 1000 X 20	UN	FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	58,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	60,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	68,0000	3
40	Protetor aro 20	UN	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10674)		0	17,0000	1
			FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (11849)		0	19,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (9762)		0	28,0000	3
41	Recapagem de Pneu 1.000 x 20 Borrachudo Convencional	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	325,0000	1
42	Recapagem de pneu 1300 X 24 garra normal	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	750,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2011**Número do Registro de Preços: 36/2011****Data do Registro: 17/10/2011****Válido até: 17/10/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus e para a aquisição de pneus, câmaras e protetores para os veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Recapagem de pneu 1400 X 24 garra normal	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	870,0000	1
44	Recapagem de pneu 17,5 X 25 garra normal	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	980,0000	1
45	Recapagem de Pneu 12,5/80 x 24 (Retro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	610,0000	1
46	Recapagem de pneu 19,5 X 24 (retro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	980,0000	1
47	Recapagem de pneu 14/9 X 24 (arrozeiro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	875,0000	1
48	Recapagem de pneu 23,1 / 26 (arrozeiro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	2.283,0000	1
49	Recapagem de pneu 18,4 / 30	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	1.239,0000	1
50	Recapagem de pneu liso 7,50 / 16	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	190,0000	1
51	Recapagem de pneu 12,4 X 24	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	540,0000	1
52	Recapagem de Pneu 900 x 20 Borrachudo Convencional	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)		0	305,0000	1

SCHROEDER, 17 de Outubro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2628, de 09 de Janeiro de 2012

DECRETO Nº 2628, DE 09 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre os índices de revisão geral anual 2012 na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e reajuste salarial, nos moldes da Lei Complementar nº 413, de 26 de dezembro de 2011.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V e VII, c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 413, de 26 de Dezembro de 2.011, e

Considerando que com a publicação em 06 de janeiro de 2012 pelo IBGE, do IPCA equivalente ao mês de Dezembro de 2011 o índice do IPCA/IBGE acumulado no período de Abril de 2011 a Dezembro de 2011 a ser considerado como índice oficial para a revisão geral para o ano de 2012 aos servidores públicos municipais de Timbó, nos termos do inciso X da Constituição Federal, atingiu a marca de 3,90% (três vírgula noventa por cento);

Considerando que a Lei Complementar nº 413 de 26 de dezembro de 2011 estabeleceu como índice para o reajuste dos servidores Públicos Municipais a diferença entre o índice a ser aplicado à revisão geral anual e o teto de 8%,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em 3,90% (três vírgula noventa por cento), o índice de revisão geral anual para o exercício de 2012, aos agentes públicos municipais de que trata o §2º do art. 1º da Lei Complementar nº 413 de 26 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O índice fixado no caput deste artigo tem por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE acumulado no período de abril/2011 a dezembro/2011.

Art. 2º Fica fixado em 4,10% (quatro vírgula dez por cento) o índice de reajuste dos vencimentos, proventos ou subsídios dos agentes públicos de que trata o art. 2º da Lei Complementar nº 413 de 26 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Excetuam-se da aplicação do índice de reajuste de que trata este artigo os subsídios dos Agentes Políticos, bem como os proventos de aposentadoria e/ou pensões concedidas sem paridade aos vencimentos dos servidores ativos.

Art. 3º Com a aplicação dos índices de que tratam os artigos 1º e 2º deste decreto, ficam retificadas as tabelas de referência salarial do poder executivo da administração direta e indireta, nos moldes constantes dos anexos deste decreto, sendo:

I – Anexo I – Atualiza as tabelas de unidade de vencimentos dos cargos do poder executivo, constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998 e Anexo XIII da Lei Complementar nº 196 de 29 de dezembro de 2000;

II – Anexo II – Atualiza a Tabela de Unidade de Vencimentos, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998.

§1º O valor da bolsa de estudo de que trata o inciso I, do art. 3º, da Lei nº 2.521 de 12/07/2011, passa a ser de:
R\$ 472,15 (Quatrocentos e trinta e sete reais e dezoito centavos)

para estágio de Nível Superior;

R\$ 377,73 (Trezentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), para estágio de Ensino Técnico Profissionalizante; ou anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

R\$ 269,82 (Duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos), para estágio de Ensino Médio ou da Educação Especial.

§2º O subsídio dos Conselheiros Tutelares de que trata o inciso III, do §1º, do Art. 20 da Lei nº 1.375, de 01 de julho de 1992, com redação dada pela Lei 2.253, de 1º de fevereiro de 2005, passa a ser de R\$ 1.206,58 (um mil duzentos e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 4º Caberá ao Departamento de Recursos Humanos ou setor equivalente da Administração Direta e Indireta, a aplicação dos índices estabelecidos neste Decreto aos vencimentos, salários, proventos, pensões e/ou subsídios dos agentes públicos que tiverem direito, nos moldes disciplinados nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 413 de 26 de dezembro de 2011.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 1º de janeiro de 2012.

Município De Timbó, em 09 de janeiro 2012; 142º de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó em exercício

ANEXO I

Atualiza as Tabelas de Unidade de Vencimentos, constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998 e do Anexo XIII da Lei Complementar nº 196 de 29 de dezembro de 2000:

Ref.	Valor	Ref.	Valor	Ref.	Valor	Ref.	Valor
1	609,76	26	1.033,16	51	1.818,08	76	3.273,30
2	622,17	27	1.056,12	52	1.860,69	77	3.352,28
3	634,85	28	1.079,67	53	1.904,35	78	3.433,23
4	647,88	29	1.103,83	54	1.949,10	79	3.516,22
5	661,24	30	1.128,56	55	1.994,99	80	3.601,27
6	674,91	31	1.153,94	56	2.042,02	81	3.688,45
7	688,93	32	1.179,94	57	2.090,21	82	3.777,82
8	703,31	33	1.206,59	58	2.139,63	83	3.869,43
9	718,05	34	1.233,90	59	2.190,27	84	3.963,30
10	733,15	35	1.261,90	60	2.242,18	85	4.059,54
11	748,63	36	1.290,60	61	2.295,38	86	4.158,17
12	764,49	37	1.320,00	62	2.349,91	87	4.259,28
13	780,77	38	1.350,17	63	2.405,81	88	4.362,91
14	797,42	39	1.381,07	64	2.463,10	89	4.469,14
15	814,52	40	1.412,75	65	2.521,83	90	4.578,02
16	832,03	41	1.445,21	66	2.582,04	91	4.689,63
17	849,98	42	1.478,49	67	2.643,73	92	4.804,01
18	868,38	43	1.512,60	68	2.706,98	93	4.921,26
19	887,25	44	1.547,57	69	2.771,81	94	5.041,45
20	906,58	45	1.583,41	70	2.838,25	95	5.164,63
21	926,39	46	1.620,15	71	2.906,36	96	5.290,90

22	946,70	47	1.657,81	72	2.976,16	97	5.420,32
23	967,51	48	1.696,41	73	3.047,71	98	5.552,98
24	988,86	49	1.735,97	74	3.121,07	99	5.688,95
25	1.010,73	50	1.776,52	75	3.196,24	100	5.828,33

ANEXO II

Atualiza a Tabela de Unidade de Vencimentos, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 138 de 02 de julho de 1998:

Ref.	A	B	C	D	E	F
1	609,76	684,12	783,29	882,46	998,69	1.150,02
2	622,17	698,39	800,03	901,66	1.020,76	1.175,87
3	634,85	712,99	817,18	921,36	1.043,39	1.202,37
4	647,88	727,98	834,77	941,55	1.066,57	1.229,54
5	661,24	743,33	852,77	962,23	1.090,32	1.257,36
6	674,91	759,06	871,25	983,43	1.114,69	1.285,91
7	688,93	775,18	890,17	1.005,18	1.139,66	1.315,16
8	703,31	791,72	909,58	1.027,46	1.165,25	1.345,14
9	718,05	808,67	929,47	1.050,29	1.191,49	1.375,86
10	733,15	826,03	949,87	1.073,71	1.218,37	1.407,36
11	748,63	843,83	970,76	1.097,70	1.245,94	1.439,65
12	764,49	862,08	992,19	1.122,30	1.274,18	1.472,74
13	780,77	880,77	1.014,14	1.147,50	1.303,14	1.506,67
14	797,42	899,95	1.036,63	1.173,33	1.332,83	1.541,43
15	814,52	919,59	1.059,71	1.199,81	1.363,24	1.577,07
16	832,03	939,74	1.083,36	1.226,97	1.394,43	1.613,59
17	849,98	960,39	1.107,59	1.254,80	1.426,40	1.651,04
18	868,38	981,55	1.132,42	1.283,31	1.459,15	1.689,42
19	887,25	1.003,24	1.157,89	1.312,54	1.492,74	1.728,75
20	906,58	1.025,46	1.183,99	1.342,51	1.527,15	1.769,08
21	926,39	1.048,26	1.210,73	1.373,22	1.562,42	1.810,39
22	946,70	1.071,60	1.238,16	1.404,70	1.598,60	1.852,75
23	967,51	1.095,55	1.266,27	1.436,97	1.635,66	1.896,17
24	988,86	1.120,09	1.295,06	1.470,06	1.673,65	1.940,68
25	1.010,73	1.145,24	1.324,60	1.503,94	1.712,59	1.986,30
26	1.033,16	1.171,03	1.354,86	1.538,70	1.752,52	2.033,07
27	1.056,12	1.197,45	1.385,89	1.574,31	1.793,43	2.080,99
28	1.079,67	1.224,54	1.417,69	1.610,82	1.835,36	2.130,11
29	1.103,83	1.252,31	1.450,28	1.648,24	1.878,34	2.180,47
30	1.128,56	1.280,76	1.483,67	1.686,61	1.922,40	2.232,09
31	1.153,94	1.309,94	1.517,92	1.725,92	1.967,56	2.284,98
32	1.179,94	1.339,83	1.553,02	1.766,23	2.013,86	2.339,21
33	1.206,59	1.370,47	1.589,00	1.807,52	2.061,30	2.394,80
34	1.233,90	1.401,89	1.625,88	1.849,86	2.109,94	2.451,77
35	1.261,90	1.434,08	1.663,68	1.893,26	2.159,78	2.510,17
36	1.290,60	1.467,09	1.702,41	1.937,74	2.210,89	2.570,02
37	1.320,00	1.500,92	1.742,13	1.983,35	2.263,26	2.631,37
38	1.350,17	1.535,58	1.782,83	2.030,07	2.316,94	2.694,25
39	1.381,07	1.571,14	1.824,56	2.077,98	2.371,96	2.758,72
40	1.412,75	1.607,57	1.867,31	2.127,08	2.428,37	2.824,77
41	1.445,21	1.644,90	1.911,15	2.177,41	2.486,17	2.892,50
42	1.478,49	1.683,17	1.956,09	2.229,00	2.545,44	2.961,92
43	1.512,60	1.722,41	2.002,13	2.281,86	2.606,17	3.033,07
44	1.547,57	1.762,62	2.049,33	2.336,07	2.668,42	3.106,00
45	1.583,41	1.803,84	2.097,73	2.391,62	2.732,23	3.180,75

46	1.620,15	1.846,08	2.147,32	2.448,57	2.797,64	3.257,37
47	1.657,81	1.889,39	2.198,15	2.506,92	2.864,68	3.335,90
48	1.696,41	1.933,77	2.250,25	2.566,75	2.933,41	3.416,39
49	1.735,97	1.979,26	2.303,66	2.628,06	3.003,83	3.498,90
50	1.776,52	2.025,89	2.358,40	2.690,91	3.076,05	3.583,49

Aviso Carta Convite 009-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 000009/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA PARA PLANEJAMENTO DAS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ (Administração Direta). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:30 horas do dia 24 de janeiro de 2012. ABERTURA: dia 24/01/2012 às 14:35 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC.

TIMBO (SC), 16/01/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Inexigibilidade Nº 10 2012 Clayton A L Fontoura

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00010/2012

DATA: 16/01/2012.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, VISANDO CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DA QUALIDADE NO TRABALHO CONFORME CRONOGRAMA por cumprir os requisitos dos incisos II do Art. 25 C/C com Art. 13, inciso VI da Lei 8.666/93. VALOR: R\$ 44.000,00. CONTRATADO: CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA

TIMBO (SC), 16/01/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato de prorrogação Edital PP 01_2012 materiais de construção

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE DATA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

O Município de Timbó informa que o Pregão Presencial 001-2012 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, MADEIRA, TUBOS DE DIVERSAS BITOLAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS teve sua data para recebimento e abertura dos envelopes prorrogada para o dia 30/01/2012 as 09h:05min no local indicado no edital.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas

TIMBO (SC), 13/01/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 2012_03 Nenhum de Nós

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/03

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó

CONTRATADO: NDN EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS

OBJETO: Apresentação Artística/show (musical) da banda Nenhum de Nós

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PRAZO:04/01/2012 a 25/02/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 2012_12

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/12

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó

CONTRATADO: Cooperativa Agroindustrial de Rio dos Cedros - CO-OPERCEDROS

OBJETO: Dispensa para aquisição de leite destinado a alimentação escolar conforme lei 11.947/2009.

VALOR TOTAL: R\$ 50.947,65 (cinquenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

PRAZO:13/01/2012 a 15/08/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 098 1236/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1236/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLM2341	54768506C	5185/1	13/09/2011	R\$ 127,69	167
MBV2130	54768605C	5207/0	17/09/2011	R\$ 53,20	169
MDF2284	54766894C	5541/1	14/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT9095	54768660C	7056/1	09/09/2011	R\$ 191,53	244 * III
MDT9095	54768661C	7030/2	09/09/2011	R\$ 191,53	244 * I
MDT9095	54768662C	5835/0	09/09/2011	R\$ 127,69	195
MGC9504	54766896C	5541/1	14/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH4055	54768244C	5550/0	04/10/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 098 1235/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1235/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACN5341	54768466C	6920/0	03/08/2011	R\$ 127,69	233
AJF7362	54766587C	6912/0	20/09/2011	R\$ 53,20	232
CKH6930	54768670C	5045/0	21/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
LWU9633	54768459C	6920/0	28/07/2011	R\$ 127,69	233
LXK3461	54766510C	5010/0	13/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXK3461	54766511C	6599/2	13/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZC9213	54766492C	6556/1	01/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAR8114	54768645C	6599/2	31/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAX1602	54764014C	6599/2	14/05/2010	R\$ 191,53	230 * V
MAX9815	54766926C	6599/2	11/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAX9815	54766927C	5010/0	11/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAY9808	54766892C	5045/0	14/09/2011	R\$ 191,53	162 * V
MAY9808	54766893C	6912/0	14/09/2011	R\$ 53,20	232
MAZ1450	54766218C	6556/1	21/08/2011	R\$ 191,53	230 * I
MBS7721	54766745C	6599/2	16/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCI2034	54766488C	6599/2	27/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCT7819	54766241C	6602/0	02/09/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MCT7819	54766242C	6653/1	02/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCT7819	54766243C	6637/2	02/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDU3053	54763890C	5010/0	08/05/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDU8478	54767117C	5045/0	27/07/2011	R\$ 191,53	162 * V
MDX1441	54766487C	5010/0	27/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGV5351	54768610C	5010/0	19/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHK8591	54766567C	6769/3	06/08/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
MIK8719	54768222C	6912/0	20/09/2011	R\$ 53,20	232
MIK8719	54768223C	5010/0	20/09/2011	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 756 267/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 267/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGE2563	8756015179	5673/2	16/09/2011	R\$ 85,12	183
AJN1856	8756014522	7463/0	15/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
AMO3939	8756015249	5673/2	15/09/2011	R\$ 85,12	183
APL0157	8756016323	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
CAU7038	8756014911	5673/2	01/09/2011	R\$ 85,12	183
CFG1263	8756014978	6050/3	04/09/2011	R\$ 191,53	208
CMO5887	8756014124	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CON6857	8756014980	7455/0	05/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
DLM2341	8756015282	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILW7638	8756015286	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWV9536	8756014773	5673/2	23/08/2011	R\$ 85,12	183
LXE6037	8756014261	7463/0	08/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXF4407	8756015656	5673/2	08/10/2011	R\$ 85,12	183
LXL1266	8756015789	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXN0285	8756015079	6050/3	08/09/2011	R\$ 191,53	208
LYI4940	8756015315	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYL4349	8756015167	5673/2	13/09/2011	R\$ 85,12	183
LYM9037	8756013986	7463/0	26/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYP6152	8756015231	5673/2	14/09/2011	R\$ 85,12	183
LYU3439	8756015947	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZA4927	8756014965	6050/3	02/09/2011	R\$ 191,53	208
LZA8982	8756014070	5673/2	31/07/2011	R\$ 85,12	183
LZC7791	8756014044	5673/2	28/07/2011	R\$ 85,12	183
LZE8364	8756016254	5673/2	04/11/2011	R\$ 85,12	183
LZX9109	8756014942	5673/2	01/09/2011	R\$ 85,12	183
LZZ6062	8756015110	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ9009	8756015224	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAC8312	8756013843	7455/0	11/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAD0548	8756015810	6050/3	13/10/2011	R\$ 191,53	208
MAL3119	8756014710	5673/2	25/08/2011	R\$ 85,12	183
MAN5398	8756015273	7455/0	12/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAV1602	8756014855	7455/0	22/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ1416	8756015180	5673/2	17/09/2011	R\$ 85,12	183
MBH4837	8756016355	7455/0	05/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBH9599	8756015052	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
MCL5969	8756015065	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
MDG0107	8756014443	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDP3184	8756016339	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDV8702	8756014775	5673/2	23/08/2011	R\$ 85,12	183
MDW0305	8756015929	7463/0	13/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEG1076	8756014779	5673/2	25/08/2011	R\$ 85,12	183
MEL2613	8756014022	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN8139	8756015870	7455/0	11/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES1022	8756015316	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX5218	8756015803	7455/0	09/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFM2065	8756015062	5673/2	06/09/2011	R\$ 85,12	183
MFO3596	8756014224	7471/0	07/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFP3563	8756014034	5673/2	31/07/2011	R\$ 85,12	183
MFQ6109	8756015687	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW3659	8756013965	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW5639	8756015250	6050/3	16/09/2011	R\$ 191,53	208
MGI9835	8756015266	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ2565	8756007689	5673/2	08/11/2010	R\$ 85,12	183
MGR4945	8756015264	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI7085	8756014035	6050/3	01/08/2011	R\$ 191,53	208
MHN2122	8756015066	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
MIM4440	8756015048	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
MIQ7149	8756015283	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU9564	8756015200	5673/2	17/09/2011	R\$ 85,12	183
MJF2692	8756015303	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKM8140	8756015653	6050/3	07/10/2011	R\$ 191,53	208
MLV2700	8756013907	7463/0	25/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MMM0048	8756015239	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MWA9965	8756014819	7455/0	26/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 756 266/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 266/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKZ5616	8756017149	5673/2	13/12/2011	183
COO6636	8756016698	5673/2	27/11/2011	183
GOL4766	8756017107	7455/0	15/12/2011	218 * I
IFZ1030	8756017144	7455/0	17/12/2011	218 * I
LYC8851	8756017099	7455/0	14/12/2011	218 * I
LYJ6121	8756017057	7455/0	13/12/2011	218 * I
LYL4522	8756016783	7455/0	27/11/2011	218 * I
LYU6854	8756017086	7455/0	14/12/2011	218 * I
MAO1507	8756017139	7455/0	16/12/2011	218 * I
MBE8240	8756017097	7455/0	14/12/2011	218 * I
MBJ3801	8756017054	7455/0	13/12/2011	218 * I
MCP2624	8756017136	7455/0	16/12/2011	218 * I
MDG7316	8756017073	7455/0	14/12/2011	218 * I
MDY4209	8756017128	7455/0	13/12/2011	218 * I
MEH7125	8756017066	7455/0	13/12/2011	218 * I
MEH7125	8756017100	7455/0	14/12/2011	218 * I
MEV8810	8756017156	7463/0	18/12/2011	218 * II
MFL7869	8756016132	7455/0	21/10/2011	218 * I
MFT3007	8756017077	7455/0	14/12/2011	218 * I
MFX6770	8756017171	7455/0	19/12/2011	218 * I
MHX6876	8756016755	7463/0	25/11/2011	218 * II
MIS1711	8756017083	7455/0	14/12/2011	218 * I
MML6680	8756017059	7455/0	13/12/2011	218 * I
MOT1097	8756017126	7455/0	13/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1233/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1233/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACH7931	54765220C	6556/5	21/12/2011	230 * I
CYS6136	54768266C	5169/1	21/12/2011	165
CYS6136	54768267C	7340/0	21/12/2011	252 * IV
CYS6136	54768268C	5045/0	21/12/2011	162 * V
MCM8021	54764891C	5010/0	25/11/2011	162 * I
MCO7436	55369552D	6653/2	25/11/2011	230 * XI
MFI5560	54764894C	6599/2	18/12/2011	230 * V
MFI5560	54764895C	5045/0	18/12/2011	162 * V
MHN1369	54768258C	6599/2	27/11/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1234/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1234/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACH7931	54765219C	5525/0	21/12/2011	181 * XV
MFI5560	54764896C	7048/1	18/12/2011	244 * II
MGH1160	54766942C	7030/1	28/11/2011	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE JANEIRO DE 2012

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Termo de Realização de Estágio Nº 112255**
EXTRATO TERMO REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO Nº 112255

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio
Estagiária: Noemi Kannenberg - Ensino Médio
Instituição de Ensino: Escola de Educação Básica Ruy Barbosa.
Unidade Concedente: Câmara de Vereadores de Timbó
Agente de Integração: Centro de Integração Empresa Escola-
CIEE-SC
Objeto: Termo de Rescisão de Compromisso de Estágio firmado
entre o Estudante e a Unidade Concedente, Instituição de Ensino,
e Agente de Integração.
Vigência: 06/06/2011 a 31/12/2011
Assinaturas: Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas - Presiden-
te) e Estagiária.

Tunápolis**PREFEITURA****Decreto Nº 1433/2012 de 17 de Janeiro de 2012.**

DECRETO Nº 1433/2012 DE 17 DE JANEIRO DE 2012.
AUTORIZA A EXCLUSÃO DA DÍVIDA ATIVA DOS CRÉDITOS QUE
ESPECIFICA.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de
Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições
legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, do
artigo 14, inciso II, da Lei Complementar Nº 1433/2012 DE 17
DE JANEIRO DE 2012.

AUTORIZA A EXCLUSÃO DA DÍVIDA ATIVA DOS CRÉDITOS QUE
ESPECIFICA.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de
Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições
legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal,
do artigo 14, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04
de maio de 2000, do Código Tributário Municipal, Lei 097/1990 de
14 de dezembro de 1990 e considerando o parecer emitido pela
Assessoria Jurídica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ao setor de Tributos do Município a ex-
clusão e respectiva baixa do cadastro os créditos a seguir identi-
ficados:

Receita: IPTU

CADASTRO DO CONTRI- BUINTE	Nº DA INSCRIÇÃO DÍVIDA ATIVA	TAXA, IM- POSTO OU SERVIÇO	VALOR (R\$) ORIGINAL	DATA DO VENCIMENTO
1424	391	IPTU	136,97	31.03.2004
1424	471	IPTU	153,99	27.05.2005
1424	571	IPTU	155,85	30.04.2006
1424	754	IPTU	161,80	11.06.2007
1424	1169	IPTU	178,02	30.04.2009
1424	1540	IPTU	185,14	30.04.2010
1424	390	IPTU	429,50	31.03.2004

1424	470	IPTU	482,87	27.05.2005
1424	570	IPTU	488,65	30.04.2006
1424	755	IPTU	507,36	11.06.2007
1424	1172	IPTU	557,49	30.04.2009
1424	1542	IPTU	579,77	30.04.2010

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 17 de janeiro de
2012.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Vidal Ramos**PREFEITURA****Dispensa Licitação Nº. 13/2012 - CONTRATAÇÃO
EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS**

PREFEITURA VIDAL RAMOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação 13/2012

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo
objeto é PROJETO II JORNADA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
VIDAL RAMOS - REFLETIR SOBRE O PERFIL DO EDUCADOR QUE
SE EXIGE NA ATUALIDADE, OU SEJA, UM PROFISSIONAL ÉTI-
CO, ESTUDIOSO, INOVADOR, MEDIADOR DO CONHECIMENTO E
FUNDAMENTALMENTE HUMANO, com fulcro no artigo 24, inciso
XIII, da Lei nº 8.666/93.

Valor da contratação R\$ 18.350,00 (dezoito mil trezentos e cin-
quenta reais).

NOME DO CREDOR: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM CO-
MERCIAL - SENAC

CNPJ/CPF: 03.603.739/0001-86

ENDEREÇO: RUA FELIPE SCHIMITZ, 785, CENTRO - FLORIANÓ-
POLIS - SC

Vidal Ramos, 16 De Janeiro De 2012

NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0036/12

PORTARIA nº 0036/12

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, ARNALDO POSANSKE e RAFAEL BITENCOURT OLINGER, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de incentivos econômicos, os seguintes imóveis:

"Um terreno urbano, sem benfeitoria, com a área de 3.500,00m² (três mil e quinhentos metros quadrados), constante do lote nº 01, do Loteamento Distrito Industrial II - Campo Experimental, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 16.946, de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com o lote nº 02, com distância de 84,55; ao Sul, confronta-se com o lote nº 08, com distância de 69,87 metros; ao Leste, confronta-se com a Rodovia SC 303, com distância de 47,65 metros; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Egídio Canever, com distância de 43,33 metros."

"Um terreno urbano, sem benfeitoria, com a área de 3.890,00m² (três mil, oitocentos e noventa metros quadrados), constante do lote nº 02, do Loteamento Distrito Industrial II - Campo Experimental, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 16.946, de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com o lote nº 03, com distância de 92,88; ao Sul, confronta-se com o lote nº 01, com distância de 84,55 metros; ao Leste, confronta-se com a Rodovia SC 303, com distância de 45,61 metros; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Egídio Canever, com distância de 43,95 metros."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de janeiro de 2012.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0037/12

PORTARIA nº 0037/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0360/2012,

RESOLVE

Declarar estável a servidora MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovado no

estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2011.

Videira, 13 de janeiro de 2012.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0038/12

PORTARIA nº 0038/12

Concede Licença Sem Vencimentos

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97 e alterações e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14401/11,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Videira, 13 de janeiro de 2012.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Edital Chamamento Público

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Videira

Aviso de Chamamento Público

O Vice - Prefeito na Chefia do Executivo Municipal do Município de Videira, Estado de Santa Catarina faz conhecer a todos o Chamamento público para atualização de dados cadastrais e cadastramento de novos interessados, em conformidade com o art. 34 § 1º da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. O registro cadastral fica permanentemente aberto aos interessados durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal, na Av. Manoel Roque nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC, 89560-000. Maiores informações podem ser obtidas junto ao departamento de Compras pelo telefone (49) 3566-9060.

JORGE A. LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

POLIANA CARLA HAAS
Departamento de Compras

Pregão Presencial 02/2012 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012 - FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2012 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS PARA BOTIÃO P13 E P45 PARA SER UTILIZADO NO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, CASA LAR, GRUPO DA TERCEIRA IDADE, CEBEM, PETIS, CRAS E CREAS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 31 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 16 de Janeiro de 2012.

JORGE A. LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Pregão Presencial 07/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 07/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA USO NOS APARELHOS DE SOLDA NA OFICINA MECÂNICA E NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 31 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 13 de Janeiro de 2012.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****Aviso de Pregão Nº 01/2012**

Processo de Licitação 01/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza para os prédios públicos, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 08h30min, do dia 27 de janeiro de 2012 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor

Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitor-meireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 16 de janeiro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Nº 02/2012

Processo de Licitação 02/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, objetivando aquisição de Material Escolar para as Escolas do Município, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 27 de janeiro de 2012 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitor-meireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 16 de janeiro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Associações**EGEM****Edital Nº 03/2012 - Chamamento inscrição Curso de Oratória**

EDITAL Nº 03/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE ORATÓRIA

COMO FALAR EM PÚBLICO COM NATURALIDADE E ENTUSIASMO

1. OBJETIVO DO CURSO

Transmitir as técnicas da comunicação e da apresentação em público para eliminar a timidez, o medo de falar em público e a insegurança pessoal;

Ampliar a competência e o poder de persuasão nas negociações organizacionais e exposições ao público, por meio dos instrumentos e das técnicas da comunicação;

Despertar a motivação para a liderança e para o empreendedorismo nesses tempos de mudanças, onde a comunicação é o carro-chefe para dirimir os conflitos e unir equipes de sucesso.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, procuradores, contadores, controladores internos e demais servidores públicos.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC Sala Arquipélago Hotel Faial Rua Felipe Schmidt, 603 Telefone: (48) 3203-2766
Período das inscrições	De 17/01/2012 a 17/02/2012
Vencimento do boleto de cobrança	17/02/2012
Homologação das inscrições	22/02/2012
Período de realização do curso	27 e 28 de fevereiro de 2012
Carga horária	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	120

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 220,00*
Demais participantes	R\$ 400,00*

* Será fornecido um livro de Oratória do ministrante para cada participante, o curso é 100% prático.

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	Voz, dicção e respiração; Gestos e postura adequados; Como vencer o medo, o vermelhidão, a gagueira, o "branco", a "tremedeira" e a sudorese;
13h30 às 17h30	Técnicas para eliminar os cacoetes e vícios de linguagem: "né...tá...daí...certo...tipo assim..." Naturalidade, Motivação, Entusiasmo e Convencimento na Fala
8h30 às 12h	Técnicas para preparar: Apresentações de trabalhos, monografias, palestras, discursos e saudações; Como responder e amortecer as perguntas hostis; Como falar na TV, no rádio e em teleconferência.

7. PALESTRANTE

Acácio Moraes Garcia

Mestre em oratória, conferencista internacional na área motivacional, comportamental e gerencial, diretor do IMCEV, procurador federal aposentado, ministra cursos e palestras há 25 anos por todo país e EUA, é autor de 8 livros e DVDs entre eles: Cerimonial, Protocolo e Etiqueta para Municípios; Vença a Timidez de Falar em Público; Histórias e Frases de Efeito para Apresentações em Público; Como Falar Em Público Com Naturalidade e Entusiasmo; Adequação Empresarial; A Força Do Poder Do Elogio Para Atingir As Metas. Foi incluso como "Os 30 + em Motivação do Brasil" pela editora 3C.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Será fornecido livro sobre oratória, cujo autor é o ministrante, para cada participante. O curso é 100% prático.
- O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

Consórcios

CINCO

Aviso das Marcas Aprovadas no Edital de Chamamento n. 0001/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO
 AVISO DE APROVAÇÃO DE MARCAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PNEUS Nº 0001/2011 – CINCO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, torna pública a aprovação das marcas/modelos analisadas e em conformidade com as condições editalícias de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados. Desta forma, ficaram APROVADAS pela Comissão as marcas/modelos relacionadas a seguir, as quais serão disponibilizados também no site deste Consórcio.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEUS	MARCA	MODELO
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	RINALDI	R-34
3	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
4	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH 21
		LEVORIN	DAKAR
		RINALDI	BS-32
5	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL, ZIAL
6	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R-34
		LEVORIN	DAKAR
7	PNEU MOTO 90/90-21 DIANTEIRO	RINALDI	R-34
8	PNEU MOTO 120/80-18	RINALDI	R-34
9	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA	FIRESTONE	CAMPEÃO S. P671
10	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	B 250
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	MULTIHAWK
11	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURADO P4
		GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		BRIGESTONE	B 250
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	F-77
		PIRELLI	P400
12	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	CINTURADO P4
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570

13	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	F590
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		BRIGESTONE	B 250
		BRIGESTONE	B391
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F570
		FIRESTONE	F570
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	P6
		PIRELLI	CINTURADO P4
14	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	GT2
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F590
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
15	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GT2
		BRIGESTONE	B 250
		FIRESTONE	F580
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	SCORPION ATR
16	PNEU 185/60R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	NCT5
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		PIRELLI	P6
17	PNEU 185/65R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	DURAPLUS
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		FIRESTONE	F570
		BRIGESTONE	POTENZA RE740
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		PIRELLI	P6
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
18	PNEU 185/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		BRIGESTONE	B391
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		FIRESTONE	F590
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
19	PNEU 185/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	NCT5
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900

20	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	P7
21	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
		PIRELLI	PHANTOM
22	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	POTENZA RE88
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	GT
		GOODYEAR	NCT5
23	PNEU 195/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	TURANZA ER30
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		FIRESTONE	FIREHAWK 680
		FIRESTONE	FIREHAWK 700
24	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	CINTURADO P7
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		BRIGESTONE	POTENZA G3
		BRIGESTONE	TURANZA ER300
		BRIGESTONE	TURANZA ER30
25	PNEU 245/60R18 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 105 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP AW
		GOODYEAR	WRANGLER HP AW
26	PNEU 185R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
		PIRELLI	CHRONO
27	PNEU 195/80R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		GOODYEAR	G32 CARGO
28	PNEU 215/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32PLUS
		GOODYEAR	G32PLUS

29	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
30	PNEU 225/70R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		FIRESTONE	CV3000
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
31	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		FIRESTONE	DESTINATION AT
		BRIGESTONE	DUELER A/T
32	PNEU 225/75R15 TIPO A PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER HT 689
		GOODYEAR	FORTERA
		PIRELLI	SCORPION STR
33	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DUELER A/T
		FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
34	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	FORTERA
		PIRELLI	SCORPION STR
35	PNEU 195/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
36	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIGESTONE	DURAVIS R630
		FIRESTONE	CV3000
37	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G26

38	PNEU 225/75R16, TIPO A ÍNDICE DE CARGA 118, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	DURAVIS R630
39	PNEU 235/60R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP ALL WEATHER
		BRIGESTONE	DUELER H/T687
40	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686MSS
41	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		GOODYEAR	RHS
		GOODYEAR	G665
42	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	M714
		GOODYEAR	RHD
43	PNEU 700-16 TIPO A 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52
44	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52
45	PNEU 750-16 TIPO A 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
		PIRELLI	RT59
		PIRELLI	AS22

46	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	BANDEIRANTE
		PIRELLI	AS22
47	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	LD35
		PIRELLI	CT65
48	PNEU 900-20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR
		PIRELLI	RT59
49	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	LD35
		FIRESTONE	BFT595
		PIRELLI	CT65
50	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR
		FIRESTONE	T615
		PIRELLI	RT59
51	PNEU 1100-22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT65
		FIRESTONE	BFT595
		PIRELLI	LD35
52	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
53	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85

54	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
		FIRESTONE	T819
55	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	M840
		GOODYEAR	G686 MSS
56	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD MSD
		PIRELLI	TG85
		BRIGESTONE	L355
57	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD MSD
58	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
		BRIGESTONE	M840
		PIRELLI	FG85
59	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD MSD
		PIRELLI	TG85
60	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686MSS

61	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
62	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25M APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
63	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		BRIGESTONE	M840
		GOODYEAR	G686
64	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686
65	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
		FIRESTONE	T831
		GOODYEAR	G677 MSD
66	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
67	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	CTRZ
		GOODYEAR	G665

68	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		GOODYEAR	G665
69	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
		PIRELLI	TD500
70	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		FIRESTONE	RIB IMPLEMENT
71	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD500
		FIRESTONE	CHAMPION GUID GRIP TRACTOR
		GOODYEAR	RIB TRACTOR
72	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
73	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUPER CUARTEADORA
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
74	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
75	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		GOODYEAR	POWER TORQUE
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
76	PNEU 16.9-28 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	ALL TRACTION UTILITY
77	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
78	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
79	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION

80	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
81	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	PN16
		GOODYEAR	IT323
82	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SURE GRIP LUG
		GOODYEAR	SURE GRIP LUG
83	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN12
		GOODYEAR	IT525
84	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM99
		FIRESTONE	SGG LOADER
		GOODYEAR	L2G2
85	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	RM95 IND4
86	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	COMPACTADOR C1
87	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS ÍNDICE DE CARGA 1170KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FARM UTILITY
88	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	L2G2
		FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2
		PIRELLI	PN14
89	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-3A
		PIRELLI	RM95 E3
90	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	FOREVER	H578
		YOKOHAMA	Y67
		PIRELLI	RM95
		GOODYEAR	HRL-3A
91	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PIRELLI	RM93 E3
		YOKOHAMA	Y67 E3
92	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	GOODYEAR	IT323
93	PNEU 15-6 PARA CORTADOR DE GRAMA	PIRELLI	PN16
		TRELLEBORG	TYRES 6
95	PROTETOR 750 -16	VIPAL	
96	PROTETOR 900- 20	VIPAL	
97	PROTETOR 1000 - 20	VIPAL	
98	PROTETOR 1100 - 22	VIPAL	
99	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	
100	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	
101	CÂMARA DE AR PARA PNEU 5.60 - 15 FUSCA	TORTUGA	

102	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	TORTUGA	
103	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	TORTUGA	
104	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMOVEL	TORTUGA	
105	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	TORTUGA VULCAN	
106	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	TORTUGA VULCAN	
107	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	TORTUGA VULCAN	
108	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	TORTUGA VULCAN	
109	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	TORTUGA VULCAN	
110	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1600-25	TORTUGA	
111	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA	TORTUGA	
112	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	TORTUGA	
113	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA VULCAN	
114	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA	
115	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA VULCAN	
116	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	TORTUGA	
117	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	
118	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
119	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
120	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
121	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	TORTUGA	
122	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	TORTUGA	
123	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA VULCAN	
124	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	TORTUGA VULCAN	
125	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	TORTUGA VULCAN	
126	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1300 - 24 PARA ROLO COMPACTADOR	TORTUGA VULCAN	
127	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10 -16,5	TORTUGA	
128	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 17	RINALDI LEVORIN	
129	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 18	RINALDI LEVORIN	
130	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 19	RINALDI LEVORIN	
131	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE MOTO ARO 21	RINALDI LEVORIN	

Informações e/ou cópia na íntegra destes Atestados: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito de FraiburgoPresidente do CINCO

CIS/AMMVI

Licitação Nº 001/2012 - Pregão Eletrônico LICITAÇÃO nº 001/2012 - PREGÃO ELETRÔNICO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, para fornecimento de medicamentos e nutrição enteral (suplemento alimentar), atendendo 14 Municípios ou aproximadamente 652.627 habitantes, com entregas parceladas durante 2012, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS até as 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 2012 (segunda-feira), ABERTURA e DIVULGAÇÃO de PROPOSTAS às 09:30 horas do dia 30 de janeiro de 2012 e INÍCIO da SESSÃO/DISPUTA de LANCES às 10:00 horas do dia 30 de janeiro de 2012 (podendo estender-se para dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional).

Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI ou servidor de Município consorciado, denominado Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

O Edital encontra-se disponível no sítio www.ammvi.org.br. Informações complementares serão prestadas aos interessados na Secretaria Executiva do CISAMVI, localizado em sua sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, fone (47) 3331-5812, bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 12/01/2012.

ORIDES KORMANN
Presidente do CISAMVI